



UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA
CENTRO SOCIOECONÔMICO
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM ADMINISTRAÇÃO UNIVERSITÁRIA

Liliane Machado Martins

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A APLICABILIDADE DA
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA
GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO**

Florianópolis

2020

Liliane Machado Martins

**PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A APLICABILIDADE DA
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO**

Dissertação submetida ao Programa de Pós-Graduação em Administração Pública da Universidade Federal de Santa Catarina para a obtenção do Grau de Mestre em Administração Universitária.

Orientadora: Profa. Dra. Andressa Sasaki Vasques Pacheco

Florianópolis

2020

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor,
através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Martins, Liliâne
PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A APLICABILIDADE DA
AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS CURSOS DE
GRADUAÇÃO / Liliâne Martins ; orientador, Andressa Sasaki
Vasques Pacheco, 2020.
137 p.

Dissertação (mestrado) - Universidade Federal de Santa
Catarina, Centro Sócio-Econômico, Programa de Pós-Graduação em
Administração Universitária, Florianópolis, 2020.

Inclui referências.

1. Administração Universitária. 2. Autoavaliação
Institucional. 3. Autoavaliação de Curso. 4. Resultado da
Autoavaliação de Curso . 5. Diretrizes . I. Sasaki Vasques
Pacheco, Andressa . II. Universidade Federal de Santa
Catarina. Programa de Pós-Graduação em Administração
Universitária. III. Título.

Liliane Machado Martins

**Proposta de Diretrizes para a Aplicabilidade da Autoavaliação Institucional na
Gestão dos Cursos de Graduação**

O presente trabalho em nível de Mestrado foi avaliado e aprovado por banca
examinadora composta pelos seguintes membros:

Prof. Rogério da Silva Nunes, Dr.
Universidade Federal de Santa Catarina

Profa. Juliana Tatiane Vital, Dra.
CESUSC

Certificamos que esta é a **versão original e final** do trabalho de conclusão que foi
julgado adequado para obtenção do título de mestra em Administração Universitária.

Prof. Leonardo Flach
Coordenação do Programa de Pós-Graduação

Profa. Andressa Sasaki Vasques Pacheco, Dra.
Orientadora

Florianópolis, 2020.

Este trabalho é dedicado à minha família, amigos e colegas de trabalho e de classe, por todo o apoio, incentivo, paciência e fé.

AGRADECIMENTOS

À Deus pela vida e inteligência, por seu amor que me proporcionou tranquilidade nos momentos de desespero e coragem nos momentos de desolação.

À minha amada família (bem grande: mãe, irmãos, sobrinhos, cunhado, primos, tios, amigos e esposo) que sempre me apoiou, por não cobrarem as ausências e sempre me darem muito carinho e incentivo, me dizendo: vamos terminar logo esse mestrado, força, se dedica. Mesmo os meus pequenos sobrinhos buscavam entender a falta de tempo desta tia para brincar. Agradeço por se alegrarem juntos com minhas conquistas.

À minha orientadora, professora Dra. Andressa Pacheco, que me adotou as vésperas da qualificação, com uma pesquisa toda por fazer, por sua coragem e todo o seu incentivo e praticidade. Ter alguém que nos apoia e direciona neste momento é extremamente decisivo na conclusão e qualidade da pesquisa.

Aos professores que ministraram disciplinas no decorrer do curso e contribuíram para enriquecer nosso conhecimento, de modo especial ao professor Dr. Maurício Rissi, também secretário do PPGAU, que sempre nos ouviu com muito carinho, nos tranquilizando e achando soluções para nossas angústias.

Aos colegas da Turma de 2018 por partilharem as alegrias, conquistas, dificuldades, por todo o apoio mutuo, em especial as minhas também colegas e amigas de trabalho (Liz, Karina e Ju) por toda a parceria, incentivo e ensinamentos que ficaram para a vida.

Aos colegas de trabalho por me apoiarem e me entenderem nesta trajetória de pesquisa, por serem pacientes no ouvir, pelas palavras de incentivo e discernimento.

A minha comunidade, pelo apoio e por rezarem juntos, sendo compreensíveis nos momentos de ausência.

“Quem sabe onde quer chegar encontra o caminho certo e o jeito de caminhar.”
(MELLO)

RESUMO

Este trabalho tem como objetivo principal a proposição de diretrizes de aplicabilidade dos resultados da autoavaliação de curso na gestão dos cursos de graduação. Para atingi-lo foram definidos como procedimentos metodológicos a realização de uma pesquisa quantitativa e qualitativa, classificada como descritiva e aplicada, sendo um estudo de caso da Universidade do Estado de Santa Catarina. A fundamentação teórica da pesquisa permeou o tema da função da universidade até a avaliação institucional, com foco na avaliação de curso interna. Os instrumentos de coleta de dados foram o questionário aplicado aos gestores dos cursos e do Centro (Chefes de Departamento e Diretores de Ensino) e a entrevista aplicada aos membros que compõe a organização da autoavaliação institucional (COAI e CSA). Resultando em 38 respostas, concluindo que se considera importante a definição de diretrizes, que podem auxiliar no processo da avaliação institucional e na aplicabilidade do resultado da autoavaliação na gestão dos cursos. Foram elencadas 10 diretrizes, construídas a partir da análise dos dados de pesquisa e fundamentação teórica, as quais são: 1. Entendimento comum da autoavaliação; 2. Planejamento da autoavaliação; 3. Sensibilização; 4. Representatividade e participação; 5. Capacitação; 6. Uso do resultado; 7. Divulgação do Resultado; 8. Apoio dos gestores; 9. Relatório de avaliação; 10. Instrumento de avaliação.

Palavras-chave: Autoavaliação Institucional 1. Autoavaliação de Curso 2. Resultado da Autoavaliação de Curso 3. Diretrizes 4.

ABSTRACT

This work has as main objective the proposal of guidelines for the applicability of the results of the course self-assessment in the management of undergraduate courses. To achieve this, quantitative and qualitative research, defined as descriptive and applied, were defined as methodological procedures, being a case study from the State University of Santa Catarina. The theoretical foundation of the research permeated the theme of the university's function until the institutional evaluation, focusing on the evaluation of an internal course. The instruments of data collection were the questionnaire applied to the managers of the courses and the Center (Heads of Department and Directors of Education) and the interview applied to the members that make up the organization of the institutional self-assessment (COAI and CSA). Resulting in 38 responses, concluding that it is important to define guidelines, which can assist in the process of institutional assessment and the applicability of the result of self-assessment in the management of courses. 10 guidelines were listed, built from the analysis of research data and theoretical foundation, which are: 1. Common understanding of self-assessment; 2. Self-assessment planning; 3. Awareness raising; 4. Representativeness and participation; 5. Training; 6. Use of the result; 7. Earnings Release; 8. Support from managers; 9. Evaluation report; 10. Evaluation tool.

Keywords: *Institutional Self-assessment 1. Course Self-assessment 2. Result of Course Self-assessment 3. Guidelines 4.*

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 – Requisitos da avaliação interna.....	45
Figura 2 – Etapas de autoavaliação	46
Figura 3 – Metodologia da avaliação institucional externa.....	51
Figura 4 – Organização da avaliação na UDESC.....	70
Figura 5 – Definição de Diretriz.....	104
Figura 6 – Conceito de Diretriz	113

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Mapa de produções referentes à temática da pesquisa	19
Quadro 2 – Mapa de produções referentes à temática da pesquisa	19
Quadro 3 – Classificação da Avaliação	26
Quadro 4 – Apresentação dos Eixos.....	42
Quadro 5 – Conceito dos Indicadores de Qualidade do Ensino Superior	56
Quadro 6 – Metodologia definida para a pesquisa	61
Quadro 7 – categorias e respectivos fatores de análise em relação a cada um dos objetivos específicos da pesquisa.....	63
Quadro 8 – Delimitação da Pesquisa e plano de coleta de dados	64
Quadro 9 – Potencialidades da autoavaliação	83
Quadro 10 – Fragilidades da autoavaliação.....	84
Quadro 11 – Planejamento da autoavaliação.....	85
Quadro 12 – Sensibilização da comunidade.....	86
Quadro 13 – Participação no processo de autoavaliação.....	88
Quadro 14 – Representatividade das CSAs.....	90
Quadro 15 – Capacitação.....	92
Quadro 16 – Divulgação do Resultado.....	93
Quadro 17 – Uso do resultado da autoavaliação	94
Quadro 18 – Reunião com os gestores	96
Quadro 19 – Apoio dos gestores	97
Quadro 20 – Relatório de avaliação	98
Quadro 21 – Relatório de Autoavaliação Institucional – RAI.....	100
Quadro 22 – Revisão do instrumento de avaliação	101
Quadro 23 – Diretrizes	103
Quadro 24 – Proposta de diretrizes.....	113

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Percentual de Participação por Centro de Ensino Participação Discente e Docente	89
--	----

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 – Percepção dos Diretores de Ensino	75
Gráfico 2 – Percepção Chefes de Departamento	77

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACAFE - Associação Catarinense das Fundações Educacionais
ACE - Análise das Condições de Ensino
ACG - Avaliação de Curso de Graduação
ACO - Avaliação das Condições de Oferta
ANDIFES - Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições Federais de Ensino Superior
Avalies - Avaliação das Instituições de Educação Superior
CAPES - Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior
CCE-SC - Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina
CEA - Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior
CNE - Conselho Nacional de Educação
COAI - Coordenadoria de Avaliação Institucional
CONAES - Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior
CPA - Comissão Própria de Avaliação
CPF - Cadastro de Pessoa Física
CSAs - Comissões Setoriais de Avaliação
EAD - Educação a Distância
ENADE - Exame Nacional de Desempenho de Estudantes
ENC - Exame Nacional de Cursos
ENEM - Exame Nacional do Ensino Médio
EUA – Estados Unidos da América
GERES - Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior
IDD - Índice de Diferença de Desempenho
IES - Instituições de Ensino Superior
IGC - Índice Geral de Curso
INEP - Instituto Nacional
LDB - Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC - Ministério da Educação
NDE - Núcleo Docente Estruturante
PAI - Projeto de Avaliação Institucional
PAIDEIA - Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área
PAIUB - Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras
PARU - Programa de Avaliação da Reforma Universitária

PDI - Plano de Desenvolvimento Institucional

PPGAU - Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária

PPI – Projeto Pedagógico Institucional

PROPLAN - Pró-Reitoria de Planejamento

SESu - Secretaria de Educação Superior

SINAES – Sistema Nacional de Avaliação do Ensino Superior

UDESC - Universidade do Estado de Santa Catarina

USP – Universidade de São Paulo

SUMÁRIO

1	INTRODUÇÃO	15
1.1	OBJETIVOS	17
1.2	JUSTIFICATIVA	18
1.3	Estrutura do Trabalho	22
2	REFERENCIAL TEÓRICO	22
2.1	A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE NOS TEMPOS ATUAIS	22
2.2	AVALIAÇÃO.....	24
2.2.1	Histórico.....	24
2.3	AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL	30
2.4	SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES).....	37
2.4.1	Avaliação Institucional.....	41
2.4.1.1	<i>Avaliação Interna</i>	<i>44</i>
2.4.1.1.1	Comissão Própria de Avaliação.....	47
2.4.1.2	<i>Avaliação Externa</i>	<i>50</i>
2.4.1.3	<i>Avaliação de Curso de Graduação (ACG).....</i>	<i>52</i>
2.4.1.4	<i>Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE).....</i>	<i>53</i>
2.4.1.5	<i>Resultado da Avaliação – Indicadores de Qualidade da Educação Superior</i>	<i>55</i>
2.5	AVALIAÇÃO DE CURSO INTERNA	59
3	PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS.....	62
3.1	CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA	62
3.2	DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA.....	65
3.3	PLANO DE ANÁLISE DE DADOS	67
3.4	O CAMPO DE PESQUISA.....	68
3.4.1	Autoavaliação ou Avaliação Interna da UDESC	71
3.4.2	Avaliação Externa.....	73
4	ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS.....	75

5	DESCRIÇÃO DAS DIRETRIZES DE APLICABILIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO NA GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	105
5.1	Entendimento comum de autoavaliação	106
5.2	Planejamento da autoavaliação.....	107
5.3	Sensibilização	108
5.4	Representatividade e Participação	109
5.5	Capacitação.....	110
5.6	Uso do Resultado.....	111
5.7	Divulgação do Resultado.....	112
5.8	Apoio dos gestores.....	113
5.9	Relatório de avaliação.....	113
5.10	Instrumento de avaliação	114
6	PROPOSTA DE DIRETRIZES DE APLICABILIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO NA GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO.....	114
7	CONCLUSÃO.....	119
	REFERÊNCIAS	123
	APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (Diretores de Ensino e Chefes de Departamento).....	123
	APÊNDICE B – Questionário sobre a Autoavaliação de Curso de Graduação	123
	APÊNDICE C – Consentimento para Gravações das Entrevistas	123
	APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (COAI e CSAs)	123
	APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista sobre a Autoavaliação de Curso de Graduação.....	123

1 INTRODUÇÃO

Nos últimos anos houve grande expansão da oferta de educação superior no Brasil. Dias Sobrinho (2010) trata dos números, informando que em 1996 havia 922 Instituições de Educação Superior, onze anos depois já havia 2.281, sendo que o crescimento do número de matrículas foi proporcional ao aumento de Instituições de Ensino Superior (IES), de 1.868.529 para 4.880.381. Dez anos depois, no Censo da Educação Superior divulgado em 2017, o número de IES passou para 2.448 IES, sendo 296 públicas e 2.152 privadas, totalizando 8,3 milhões de matrículas. (INEP/MEC, 2017).

Segundo Dias Sobrinho (2010) são muitas as justificativas para a expansão do ensino superior, como: o aumento da escolarização dos jovens que chegam à universidade; a exigência do mundo atual em seus processos de globalização e urbanização; exigência de qualificação profissional; e aumento do uso de tecnologias. Segundo Catani e Oliveira (2003) a expansão no Ensino Superior foi ainda maior após a promulgação das metas para o Ensino Superior, definidas no Plano Nacional de Educação (PNE) de 2001, por meio do aumento de matrículas no setor privado.

A avaliação caminha em conformidade com esse contexto social, assim, Dias Sobrinho (2010, p. 201) descreve que “nesse contexto de expansão do setor empresarial, as IES e os serviços que prestam são induzidos a se tornarem úteis e aderentes aos interesses e necessidades da produção privada”. Deste modo, a avaliação coerente deve funcionar para a economia de mercado – “A avaliação se tornou um instrumento importante para informar o mercado de trabalho a respeito da qualidade e do tipo de capacitação profissional que os cursos estavam oferecendo, bem como para indicar as IES que estariam mais ajustadas às exigências da economia” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 202).

Desse modo, Barreyro e Rothen (2007) afirmam que a avaliação institucional se tornou uma demanda deste cenário de expansão da oferta do ensino superior, principalmente pela via privada, como meio de regulação, para o credenciamento, autorização e reconhecimento.

Dias Sobrinho (2004) disserta que não é possível compreender as transformações da educação superior dos últimos tempos sem considerar a avaliação, tendo em vista que esta tem sido instrumento das reformas universitárias. O autor afirma que não há muitos consensos sobre a avaliação e nem muitos acordos sobre as funções da universidade, o que torna esse processo complexo.

Assim a avaliação deve primar pelo respeito às especificidades de cada instituição, construídas historicamente, realizando-a de acordo com procedimentos gerais para a regulação, mas também com autonomia, com processos avaliativos próprios que analisem sua especificidade – “a avaliação deve servir de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada instituição em particular.” (BRASIL, 2004c, p. 88). Tendo em vista que a identidade institucional é uma construção social e histórica, não é algo pronto e acabado, mas baseado em valores, objetivos e filosofias institucionais. O grande desafio é estabelecer uma avaliação da educação superior que conecte esse olhar interno e específico ao externo e global.

No Brasil, a avaliação institucional é o centro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e se divide em dois momentos, que devem ser complementares e combinados:

- Avaliação Interna ou autoavaliação, realizada pelas CPAs;
- Avaliação Externa, realizada *in loco*, por comissão de especialistas definidos pelo INEP ou Conselho Estadual de Educação.

A avaliação interna é o foco desta pesquisa, mais especificamente a avaliação de curso de graduação, buscando compreender como são utilizados os resultados da autoavaliação de curso na gestão dos mesmos.

Essa dissertação tem como campo de pesquisa a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), que é uma fundação, instituição pública e gratuita, mantida pelo Estado de Santa Catarina. Estruturada na forma *multicampi*, está distribuída em 12 (doze) Centros e a Reitoria, em 9 (nove) municípios do Estado presencialmente e em 33 (trinta e três) polos a distância. Oferece 53 cursos, destes 4 (quatro) são de Educação a Distância (EaD), tendo em 2019/2 11.511 alunos matriculados (UDESC/PROPLAN, 2017).

Na Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC) a avaliação institucional é coordenada e organizada pela Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), um órgão suplementar superior, vinculado ao Reitor (UDESC, 2007).

A avaliação institucional na UDESC é regida pelo seu Projeto de Avaliação Institucional (PAI), com vigência 2017-2019, o qual esclarece que por ser uma instituição estadual, não tem a obrigatoriedade de participação no SINAES, mas que optou por participar das discussões sobre o Protocolo de Intenções, que visava estabelecer um regime de colaboração entre o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE-SC). Sendo o CEE o “órgão responsável pela regulação e supervisão das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Santa Catarina

pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)” (UDESC, 2017).

Concebendo a autoavaliação segundo o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES) e que diversos autores utilizam: a autoavaliação deve ser vista como o centro do processo avaliativo, deve ser um processo construtivo, formativo e contínuo que permita a construção da cultura avaliativa e participativa. Deve integrar diversos instrumentos (avaliação interna e externa) que forneçam uma visão global da instituição, permitindo conhecer a realidade atual da instituição, comparando-a a seu passado imediato para a definição de ações de planejamento do futuro, em vista da melhoria da qualidade das atividades institucionais e definição da missão de cada IES (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b; ANDRIOLA, 2005; DIAS SOBRINHO 2000; BORTOT *et al* 2017).

Entendendo que é importante questionar o como avaliamos, para quem avaliamos e para quem avaliamos. Compreendendo a relevância da universidade questionar as formas que desenvolve o processo de autoavaliação para que seja internalizado e crie uma cultura avaliativa institucional que seja participativa. A partir destas alegações é que surge a pergunta de pesquisa: Quais as diretrizes de aplicabilidade dos resultados da Autoavaliação Institucional na gestão dos cursos de graduação?

1.1 OBJETIVOS

Em busca de respostas para esse problema de pesquisa define-se o seguinte objetivo geral:

Propor diretrizes de aplicabilidade da autoavaliação de curso na gestão dos cursos de graduação.

E para atingir esse objetivo se propõe os seguintes objetivos específicos, os quais serão detalhados no decorrer da pesquisa:

- a) Descrever o processo de Autoavaliação Institucional da UDESC.
- b) Identificar as formas de publicização dos resultados da Autoavaliação institucional.
- c) Analisar como são utilizados os resultados da Autoavaliação de Curso pelos gestores dos cursos de graduação.

1.2 JUSTIFICATIVA

A autoavaliação institucional das Instituições de Ensino Superior (IES) “é um processo dinâmico, participativo e pedagógico”, como mencionam Bortot *et al* (2017), pretende olhar e analisar sua realidade a partir dos próprios envolvidos. Por essa razão é um grande instrumento de gestão, capaz de auxiliar na organização das reformas das políticas educacionais, nas mudanças curriculares dos cursos, no rever as metodologias de ensino, na concepção de formação e de responsabilidade social da instituição (DIAS SOBRINHO, 2010).

Portanto, precisa ser participativo para auxiliar a IES na produção de conhecimento sobre sua realidade, identificando suas fragilidades e potencialidades, possibilitando maior consciência pedagógica e melhoria da capacitação docente e técnica (BORTOT *et al*, 2017).

Para Dias Sobrinho (2000) a avaliação institucional é um processo de julgamento pedagógico que privilegia a função formativa e assim contribui a ter consciência do que é importante e necessário na definição das ações da Universidade. Nisto consiste a importância de pesquisar a autoavaliação da UDESC, que concebe a avaliação como comprometimento com a melhoria da qualidade da instituição e ferramenta de gestão (PDI 2017; PAI, 2017), por permitir a revisão do processo de autoavaliação institucional e de curso, sendo possível elaborar diretrizes que auxiliem na aplicação de uma avaliação mais efetiva e de qualidade e que facilite a utilização do resultado da autoavaliação na gestão.

Portanto, é relevante olhar a operacionalização da autoavaliação institucional, nesta pesquisa em específico, a autoavaliação de curso de graduação, que de acordo com Santos (2018) não é um campo de pesquisa muito explorado, nem mesmo na legislação e documentos do SINAES é tratada com especificidade, somente mencionam a avaliação institucional interna, mas não discorrem sobre a operacionalização da autoavaliação de curso.

Santos (2018) em sua dissertação realizou uma revisão da literatura sobre a temática da autoavaliação de curso. A busca foi realizada nos períodos de 2012 a 2017, nas bases de dados do portal de periódicos da CAPES, no banco de teses e dissertações da CAPES e no portal de pesquisa da Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações, utilizando como descritores “autoavaliação de curso de graduação” e “autoavaliação de cursos” e obteve um retorno de cinco trabalhos:

Quadro 1 – Mapa de produções referentes à temática da pesquisa.

Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações		
Descritor	Tipo de Texto	Assunto
Autoavaliação de curso de graduação	Tese de doutorado (2016)	Autoavaliação institucional e suas articulações com a reforma curricular de cursos de graduação.
Autoavaliação de curso	Dissertação (2013)	Estudo com relação aos conceitos sobre processos avaliativos e suas relações com políticas públicas.
Banco de Teses e Dissertações da Capes		
Descritor	Tipo de Texto	Assunto
Autoavaliação de cursos	Dissertação 1 (2015)	Proposta metodológica para análise dos resultados de avaliações dos cursos de graduação.
Autoavaliação de cursos	Dissertação 2 (2015)	A contribuição dos critérios de excelência na gestão de cursos de graduação.
Portal de periódicos da Capes		
Descritor	Tipo de Texto	Assunto
Autoavaliação de curso de graduação	Artigo Quális B1 (2016)	Autoavaliação do ensino por alunos.

Fonte: Levantamento feito por SANTOS, 2018, p. 66.

Também foi feita a busca no banco de Teses e Dissertações do PPGAU, a busca foi realizada no início de 2020, utilizando autoavaliação e autoavaliação de curso como descritores, tendo um retorno de uma produção.

E nos Anais do AVALIES de 2015 a 2019, foi utilizado primeiramente o descritor Autoavaliação de Curso, tema da pesquisa. Caso a busca fosse zero buscava-se por Avaliação de Curso, se não encontrasse nada ou os artigos, a partir da leitura do resumo, não tivessem relação com a pesquisa utilizava-se o terceiro descritor, Autoavaliação. A pesquisa teve um retorno de dez produções:

Quadro 2 – Mapa de produções referentes à temática da pesquisa.

Banco de Teses e Dissertações PPGAU		
Descritor	Tipo de Texto	Assunto
Autoavaliação	Dissertação (2017)	Grau de maturidade do processo de autoavaliação da UFSC.

Continua

Quadro 2 – Mapa de produções referentes à temática da pesquisa.

Anais AVALIES (2015 - 2019)		
Descritor	Tipo de Texto	Assunto
Avaliação de Curso	Artigo (2015)	Avaliação de Cursos na Modalidade a Distância: uma Experiência no Curso de Graduação Tecnológica de Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural na Universidade Federal do Rio Grande do Sul
Avaliação de Curso	Artigo (2015)	Análise do Instrumento de Avaliação de Cursos em uma Instituição de Ensino Superior da Serra Gaúcha
Autoavaliação	Artigo (2016)	<u>A Trajetória de autoavaliação de uma instituição comunitária: desafios e possibilidades</u>
Autoavaliação	Artigo (2016)	Análise do instrumento de autoavaliação institucional utilizado na UFAM nos anos de 2014 e 2015
Autoavaliação	Artigo (2016)	Estado da arte: a autoavaliação institucional nas produções científicas da revista Avaliação (2004-2016)
Autoavaliação de Curso	Artigo (2017)	A autoavaliação de cursos de graduação utilizando abordagem qualitativa.
Autoavaliação de Curso	Artigo (2017)	A autoavaliação como instrumento de planejamento e gestão dos cursos de graduação: um estudo de caso.
Avaliação de curso	Artigo (2019)	<u>Avaliação de curso na perspectiva dos discentes: um estudo de caso nos cursos de Engenharia Química e Engenharia de Alimentos da Universidade Federal de Santa Catarina</u>
Autoavaliação	Artigo (2019)	<u>Autoavaliação Institucional e uso de seus resultados na UNB</u>
Autoavaliação	Artigo (2019)	Pesquisas relacionadas a Autoavaliação Institucional em Instituições de Educação Superior: principais abordagens e enfoques

Fonte: Levantamento feito pela autora, 2020.

Vale salientar que estas pesquisas tem um viés diferente da proposta desta dissertação, principalmente por se tratar de um estudo de caso. Porém, as pesquisas levantadas serviram para confirmar os autores utilizados na fundamentação teórica e de base para a elaboração da entrevista e questionário desta dissertação.

Justifica-se a realização desta pesquisa por que é algo inédito na UDESC, por que pode promover a revisão do processo de autoavaliação institucional e de curso, assim como a melhoria do processo de sensibilização, adequação dos instrumentos, de planejamento da autoavaliação e revisão dos relatórios de avaliação.

A definição de diretrizes¹ pode orientar a organização da autoavaliação, seu fluxo e estrutura de funcionamento, assim como melhorar a utilização dos resultados na gestão dos cursos, ou seja, nas reformas curriculares, na revisão de metodologias de ensino adotadas, na definição de formação continuada e políticas educacionais, enfim, para a resolução de problemas identificados sejam de ensino, docente, infraestrutura ou gestão.

Além disso, se justifica por permitir ouvir os segmentos internos apresentando suas impressões, dificuldades e sugestões a respeito da autoavaliação. Levantando um diagnóstico da realidade da autoavaliação na instituição.

O tema está alinhado com o Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU), que tem como área de concentração a Gestão Universitária e tem relação com a linha de pesquisa “Sistemas de Avaliação e Gestão Acadêmica”, tendo a autoavaliação institucional como uma das temáticas de pesquisa, também é a linha de pesquisa a qual pertence minha orientadora.

Para que se dê conta das forças que operam na definição da identidade institucional e do impacto que causam em sua função social e para assim conseguir sobreviver como instituição social, pública e democrática é importante que a universidade pense sobre seu papel social, sobre sua própria identidade para que seus projetos, políticas, gestão, reflitam a universidade que realmente quer ser.

¹ Conceito de diretriz - consiste em estabelecer metas e para cada uma delas definir medidas para atingi-las, ou seja, definir métodos específicos para se atingir a meta. Falconi (2004) sintetiza deste modo: DIRETRIZ = META + MEDIDAS.

1.3 ESTRUTURA DO TRABALHO

O trabalho está estruturado em sete capítulos, sendo que o primeiro capítulo, introdução, já foi apresentado, com informações sobre a motivação que levaram a escolha deste tema de pesquisa.

O segundo capítulo, apresenta a fundamentação teórica que embasou a pesquisa, buscando responder à pergunta de pesquisa e alcançar os objetivos traçados. Inicia apresentando a função da universidade nos tempos atuais, segue com um histórico da Avaliação para então iniciar a avaliação da educação superior no Brasil. Em seguida apresenta o SINAES e em seus subcapítulos sua organização e dimensões. E por fim disserta sobre a avaliação de curso interna, tema central desta pesquisa.

No terceiro capítulo são apresentados os procedimentos metodológicos empregados na pesquisa, assim como os instrumentos a serem utilizados na coleta de dados e sua análise. Está dividido em quatro subcapítulos: primeiramente caracteriza a pesquisa, segundo sua abordagem, natureza, objetivos e procedimentos. Em seguida delimita o universo de pesquisa, apresentando os planos de coleta de dados por meio da entrevista e questionário a serem aplicados. Então descreve o plano de análise de dados e finaliza com a apresentação do campo de pesquisa.

O quarto capítulo expõe a análise dos resultados da pesquisa, que teve um retorno de 38 respostas e proporcionou o diálogo entre as questões qualitativa e quantitativas da pesquisa.

O quinto capítulo comenta a descrição das diretrizes de aplicabilidade da autoavaliação de curso na gestão dos cursos de graduação e o sexto capítulo apresenta a proposta das diretrizes em um quadro com as metas e medidas.

Para finalizar, o sétimo capítulo conclui a pesquisa indicando que a definição de diretrizes pode auxiliar na revisão da autoavaliação institucional e na melhoria da utilização dos resultados da autoavaliação de curso pelos gestores dos cursos de graduação.

2 REFERENCIAL TEÓRICO

2.1 A FUNÇÃO DA UNIVERSIDADE NOS TEMPOS ATUAIS

Chaui (2003) define a universidade como uma instituição social a qual exprime “a estrutura e o modo de funcionamento da sociedade como um todo” (CHAUI, 2003, p. 5), isso desde sua origem, expressando em seu interior as tensões e conflitos presentes na sociedade.

Mas o que significa ser uma instituição social? Significa ser para a sociedade, agindo para o bem coletivo, sendo reconhecida como tal perante a sociedade e diferenciando-se de outras instituições sociais por seu caráter público, laico, democrático e autônomo em relação ao saber. Não uma instituição serviu, que presta um serviço, mas que pode relacionar-se com a sociedade de maneira conflituosa,

É exatamente por ser uma instituição social diferenciada e definida por sua autonomia intelectual que a universidade pode relacionar-se com o todo da sociedade e com o Estado de maneira conflituosa, dividindo-se internamente entre os que são favoráveis e os que são contrários à maneira como a sociedade de classes e o Estado reforçam a divisão [...] (CHAUI, 2003, p. 6).

É importante reforçar o caráter que Dias Sobrinho (2015) apresenta, de que a universidade é um espaço privilegiado de promoção para a reflexão e o debate, com liberdade e respeito às diversidades e contradições dos interlocutores destes espaços sociais, o autor aponta um enfraquecimento deste espaço como lugar de debate, descaracterizando assim a universidade como espaço público, laico e democrático.

Neste contexto, a grande responsabilidade da universidade é com a formação de qualidade, que vise a formação integral cidadão-profissionais, a qual vai além da técnica, mas perpassa também pela formação ética e política. Uma educação em que todos tenham acesso, pois é um direito humano, o conhecimento é para todos e não privilégio de poucos, nisto consiste o valor público e social do conhecimento. Uma universidade que seja para o desenvolvimento individual, porém, não só para benefício próprio, mas também para contribuir com o desenvolvimento nacional, para o bem da sociedade e resolução de problemas da coletividade (DIAS SOBRINHO, 2015).

Também é parte da responsabilidade social da universidade a formação para o desenvolvimento da consciência crítica. Paulo Freire (2011) concebe o processo educativo como um processo de ação-reflexão-ação e que só ocorre a partir do momento em que os sujeitos desenvolvem conscientização, é neste movimento e com sua consciência de si no mundo que é possível engendrar a transformação social. É a partir do sujeito consciente de si

no mundo, conscientizado, que contribui para a construção de uma sociedade mais justa, culta, política e democrática.

A universidade é, desde sua origem, mola propulsora para o desenvolvimento econômico e social, foi marco de transição da humanidade: da passagem da idade média para o Renascimento ou do pensamento dos dogmas para o racional, marca as grandes conquistas e avanços da ciência. Pode, em consequência de seus serviços, trazer lucro, mas seu objetivo não deve ser atender as demandas do mercado, de formar profissionais especialistas para gerir lucro e competitividade, sem o compromisso social de sua atuação e dos processos de condução da vida social. Não se pode esquecer que sua razão de existir consiste em cumprir com as atividades de formação de qualidade – “o eixo da responsabilidade das instituições educativas deve consistir essencialmente na formação de indivíduos-cidadãos dotados de valores cívicos e conhecimentos técnica e cientificamente relevantes e socialmente pertinentes” (DIAS SOBRINHO, 2015, p. 583).

A partir desta visão de universidade e entendendo a relevância das instituições compreenderem a complexidade do ambiente institucional, torna-se de grande importância o estudo da avaliação institucional, assim, será apresentada uma revisão histórica do conceito de avaliação, a apresentação da contextualização da autoavaliação do ensino superior brasileiro e a apresentação das atuais normativas avaliativas do país.

2.2 AVALIAÇÃO

2.2.1 Histórico

Schlickmann *et al* (2008) afirmam que não há consenso sobre os conceitos de avaliação utilizados pelas instituições. Já Castanheira e Ceroni (2008) descrevem que são diversos conceitos de avaliação e que cada um tem um enfoque distinto, o que evidencia a sua complexidade, sendo que está relacionado ao ato de escolher e optar.

As autoras Castanheira e Ceroni dissertam que nos dias atuais a avaliação é usada como instrumento de gestão, por meio da seleção, aprovação ou capacitação dos seus funcionários e que na educação a avaliação “sempre teve seu lugar privilegiado como prática pedagógica, mas também é utilizada na regulação, seleção e hierarquização, seja na sala de aula seja em domínios mais amplos” (2008, p. 119).

Dias Sobrinho (2003) diz que a avaliação institucional passou por diversas modificações, seja de concepção, de área de conhecimento, de paradigmas, até chegar a

avaliação que se conhece hoje. Trata-se de um processo construído historicamente que se modifica e vai sendo elaborado conforme as mudanças sociais, de acordo com a titularidade, ou seja, os interesses de para quê e para quem avaliar.

Schlickmann *et al* (2008) conceituam a avaliação a partir de alguns autores, pesquisadores referenciais sobre a avaliação:

Suassuna (2007), esclarece que o desenvolvimento da avaliação não segue uma ordem cronológica, as divisões são apenas referenciais, “cujas características mais marcantes podem ser tomadas como indicadores de uma certa lógica ou modo de pensar/praticar a avaliação num certo tempo e espaço sócio-histórico.” (SUASSUNA, 2003, p. 27). Mas como meio de facilitar a explanação se utilizará a ordem cronológica para contextualizar a prática da avaliação no decorrer dos anos.

Já Dias Sobrinho (2003) contextualiza que avaliar é uma prática muito antiga, há relatos de exames de seleção para o serviço público utilizados na China e na Grécia velha na verificação da moral dos candidatos a exercerem funções públicas. O desenvolvimento das sociedades a partir da Revolução Francesa que estabelece as classes sociais e a necessidade de educação e da Revolução Industrial com nova organização do trabalho, relacionada ao mérito, a avaliação passa a ter importância na seleção e classificação das pessoas para os postos de trabalho e para o serviço público, por meio da aplicação de testes escritos e do sistema de notas. No entanto, a avaliação como hoje a conhecemos, com grande complexidade, só começou a se configurar a partir da metade do século XIX.

Trindade (2001) descreve que a característica da avaliação no início do século XX são os objetivos educacionais, impulsionados pelas guerras mundiais, por preconizarem “a necessidade de obter medidas standardizadas, objetivas e com referência a norma” (p. 18), sendo Tyler a grande referência por desenvolver um modelo específico de avaliação para a educação.

Nos Estados Unidos, antes de 1965, a avaliação era concebida como medição, por meio de testes, após 1965, aumentou consideravelmente os números de pesquisas no campo da avaliação, com a contribuição de diversas áreas do conhecimento, não só da psicologia, tornando-se multidisciplinar, com contribuições da sociologia e da educação, período que se desenvolveram diversas escolas de avaliação nos EUA. A partir da década de 80 as grandes empresas públicas americanas passaram a desenvolver sua avaliação e as reformas educacionais levaram a empregar a avaliação como processo de verificação do rendimento, de controle Estatal (HOUSE, 1992).

No Brasil, por conta da forte industrialização, em 1970, a educação passa a ser um instrumento de desenvolvimento do país e por consequência a avaliação da educação também deve servir para isso, instrumentalizar a política e servir para medir a eficiência e para prestação de contas (*accountability*). Nessa visão a qualidade do ensino superior passa a ser algo verificado a partir de critérios de eficiência e produtividade utilizados pelas empresas (DIAS SOBRINHO, 2003).

Os estudos de Dias Sobrinho (2003) e Castanheira e Ceroni (2008) apontam algumas classificações deste campo científico, baseados nos autores Stufflebeam e Shinkfield estabelecem a classificação em cinco períodos:

Quadro 3 – Classificação da Avaliação.

Período pré-Tyler (final século XIX e três primeiras décadas do século XX)	O foco deste período é a elaboração e aplicação de testes de desempenho, medição e avaliação são termos sinônimos, seus paradigmas estão amparados no positivismo e é campo de pesquisa da psicologia com o conceito de psicometria (DIAS SOBRINHO, 2003). Castanheira e Ceroni (2008) mencionam que no início do século XX a avaliação começa a se desenvolver como uma prática da educação, tendo como referência Edward L. Thorndike, aplicando testes para a classificação e elaboração de escalas, com objetivos quantitativistas.
Período da avaliação educacional (após 1934), Ralph Tyler é considerado o pai da avaliação educacional	Um período de grande desenvolvimento científico da avaliação na educação, se preocupando com a gestão científica e o desenvolvimento curricular, o foco eram os objetivos pré-estabelecidos. Seus paradigmas são estabelecidos da racionalização, cunhada pela ideologia utilitarista, bem característico do período industrial. Um pouco mais amplo que o período anterior, buscavam medir não só o estudante, mas também o currículo e os processos pedagógicos, mas ainda assim, um processo de quantificação e classificação, contudo, que contribuiu para a elaboração de um modelo de avaliação (DIAS SOBRINHO, 2003). Castanheira e Ceroni (2008) mencionam que neste período, com o desenvolvimento de tecnologia na aplicação dos testes, há a crença de que estes instrumentos técnicos tem maior credibilidade, devido permitir classificar e quantificar com menor risco de erros. “Passa a ser o instrumento para diagnosticar a eficiência da escola e dos processos pedagógicos e administrativos” (p. 120).
Período da era da inocência (1946-1957)	Teve grande contribuição de materiais científicos, mas foi uma fase de descrédito da avaliação e até mesmo da educação. (DIAS SOBRINHO, 2003; CASTANHEIRA E CERONI, 2008)

Continua

Quadro 3 – Classificação da Avaliação.

Período do Realismo (1958-1972), precursor Scriven	Foi um período de grande desenvolvimento da avaliação, compreendendo que o processo avaliativo deveria abranger além do estudante, professores, instituições, currículos, metodologias, estratégias, ou seja, toda a sua amplitude e complexidade, sendo vista como instrumento de decisão para os governos. Seu paradigma se amparava na visão positivista e quantitativa, em conjunto com o enfoque fenomenológico e qualitativo. Assim a avaliação não deveria ser um instrumento a ser aplicado no final para verificar se atingiu o que se estabeleceu de objetivos, mas poderia ser verificado no desenvolvimento do processo educativo, influenciando nas decisões e mudanças de rumos (DIAS SOBRINHO, 2003). Castanheira e Ceroni (2008) argumentam que nesta fase, por meio da contribuição de Scriven, se estabelece a distinção entre avaliação formativa (que se realiza no decorrer do processo) e avaliação somativa (aplicada somente no final do processo avaliativo).
Período do profissionalismo (1973)	A avaliação passa a ser não só um campo de aplicação, mas um grande campo científico, com muito desenvolvimento de teorias sobre a avaliação, momento em que surge a metaavaliação e se desenvolve o Joint Committee. Visão da avaliação como tomada de decisão e não como atingimento de objetivos (DIAS SOBRINHO, 2003). Castanheira e Ceroni (2008) apresentam Stufflebeam e Shinkfield como precursores, considerando o período como de construção teórica e de novos modelos de avaliação, apontam como principais contribuições deste período: melhoria dos avaliadores, melhoria na relação do uso do método quantitativo e qualitativo e o fato da avaliação ter como característica o “julgamento de valor, superando seu sentido descritivo e diagnóstico” (p. 121).

Fonte: elaborado pela autora (2019) a partir de Dias Sobrinho (2003) e Castanheira e Ceroni (2008).

Foram muitas as mudanças de estrutura de concepção no campo da avaliação de 1965 a 1990, em relação a sua filosofia, metodologia e política, passando a concepções pluralistas, ou seja, diversas perspectivas, interesses, critérios, métodos, formas de medir. Passou-se a aceitar ambas as metodologias, quantitativa que primava pela verificação de rendimento por meio de testes, centrado no resultado, mas também qualitativo, principalmente com os estudos de Robert Stake e Barry MacDonald, passou a ser aceito pelos avaliadores, sendo um método subjetivo que permite verificar os pontos de vista dos participantes. Em termos filosóficos houve uma quebra de que a avaliação era neutra e a compreendê-la como promotora de valores e de interesse de certos grupos e em relação ao seu conflito funcional entre ser científica e útil. Politicamente, com o passar do tempo passaram a compreender que a avaliação é uma atividade afetada pela política, que se modifica de acordo com o contexto e

interesses de grupos, seja da instituição, do governo, da mídia, entre outros, portanto, não é neutra (DIAS SOBRINHO, 2003).

Há muitas concepções e podem ser apresentadas de diversas maneiras, variam conforme o contexto, a visão de mundo, os objetivos de avaliar, as escolas da avaliação ou referências filosóficas, políticas e científicas. Muitos são os públicos a quem se destina a titularidade, a depender dos fins, propósitos, funções, e por isso é grande objeto de disputa. A avaliação é uma ação polêmica já em sua definição e serve como instrumento de poder, dependendo do contexto social e dos interesses de quem a propõe ou dos seus objetivos.

Outra classificação pode ser feita por meio de sua função ou finalidade como formativa ou somativa. Quanto à extensão do objeto avaliado pode ser global ou parcial, holística ou elementarista. Em relação aos agentes avaliadores pode ser interna, externa ou mista. Também pode ser definida a partir dos destinatários da avaliação, ou seja, a comunidade acadêmica ou comunidade externa (mídia, governo, etc). Pode também ser definida a partir do tempo, como iniciais, processuais, finais, contínuas ou pluripontuais. Pode fazer uso de múltiplas fontes e dados (avaliação do estudante, do professor, da instituição, dos projetos), aplicar diversos indicadores que geram múltiplos dados. Pode ser instrumento formativo ou de controle. (DIAS SOBRINHO, 2003).

Apesar de serem muitos os enfoques sobre a avaliação e diferentes estudiosos desenvolveram pesquisas a respeito caracterizando-a de modo distinto, vários autores concordam sobre a classificação da avaliação em torno de dois paradigmas, que Suassuna (2007) chama de Avaliação Tradicional ou Classificatória e Avaliação Regulatória ou Formativa; Dias Sobrinho (2004) chama de Avaliação Objetivista e Avaliação Subjetivista; e Trindade (2001) chama de Avaliação Quantitativa e Avaliação Qualitativa.

Para Suassuna (2007), Dias Sobrinho (2004) e Trindade, 2001, independente de sua nomenclatura as principais diferenças entre os dois paradigmas da avaliação são:

- a) Primeiro paradigma – uma vertente positivista que acredita que a forma mais verdadeira de se conhecer é por meio das ciências exatas e da natureza, a avaliação é vista como “acrítica, impessoal, interessada essencialmente na eficácia, na obtenção de dados fiáveis e válidos, tendendo para a enunciação de Leis Gerais” (TRINDADE, 2001, p. 18). A avaliação se caracteriza pelo uso de processos de classificação e controle, disseminando a competição entre as instituições e as diferenciando de acordo com o mérito. É compreendida de acordo com os instrumentos de negócios, assim, tem ênfase na prestação de contas, de como “medir a viabilidade econômica de um projeto, bem como os impactos econômicos de um programa executado” (DIAS

SOBRINHO, 2004, p. 713). Sendo que, de acordo com esta visão racionalista quanto mais útil são os produtos ao mercado, mais qualidade e valor se atribuem. Suassuna (2007) classifica esse paradigma em quatro fases: 1ª) tem como predominância os testes padronizados, baseados na psicologia (psicometria) e no uso de instrumentos quantitativos, para o ranqueamento e o controle, com o objetivo de medir e classificar, tendo foco nos resultados e supondo-se neutra, devido seu carácter técnico; 2ª) a avaliação passa a ser vista como instrumento de controle e gestão, baseado no atingimento dos objetivos pré-definidos, na classificação e na medição da eficiência utilizada nos negócios; 3ª) a avaliação passa a ter carácter político e público, na busca pela solução dos problemas sociais com redução dos recursos públicos, inicia a utilização da metodologia qualitativa e quantitativa e maior participação nos processos avaliativos, mas ainda com visão positivista; 4ª) nesta fase entra em cena a política neoliberal e a figura do Estado Avaliador como controlador e fiscalizador das políticas públicas, sendo a educação vista como mercadoria. Volta-se a utilização de metodologias e objetivos menos participativos e abrangentes para mais numérico, com a promoção da competitividade institucional. Neste cenário em que se exige qualidade de modo classificatório, indicando o melhor serviço e com baixo gasto público, o objetivo da avaliação passa da verificação da qualidade da educação para a garantia da formação profissional para o mercado de trabalho.

- b) Segundo paradigma – se caracteriza por ser um processo formativo, que utiliza a metodologia qualitativa combinada com a quantitativa, um processo avaliativo que busca olhar a realidade interna, com foco no processo e não no resultado e é mais participativa e democrática. Surge como exigência das novas perspectivas da educação, não mais como simples transmissão e assimilação, mas como processo de construção do pensamento crítico. Sugerindo uma avaliação que supere a visão punitiva e baseada em dados para uma avaliação de construção social, que interprete o fenômeno e não somente gere dados. “Uma epistemologia mais aberta, transdisciplinar, que requer operações de produção de juízos de valor e aborda os fenômenos do campo social por meio de metodologias complexas” (DIAS SOBRINHO, 2004, p. 720). Implica numa ampliação do campo do objeto da avaliação, não somente o estudante e o professor, mas tudo que envolve o processo de ensino-aprendizagem (currículo, instituição, gestão, etc). Passa a ser vista como processo de construção social e histórica que considera as ações subjetivas e não só as

objetivas. Uma concepção que não compreende a avaliação como processo técnico, mas ético e político, portanto, dependendo dos interesses de quem avalia e para quem avalia, sendo um instrumento de poder e decisão das políticas públicas. Logo, não é neutra, pois segundo Suassuna (2007) “a opção por um determinado modelo de avaliação relaciona-se com certas opções epistemológicas, éticas e políticas, as quais correspondem a uma certa visão de mundo, conforme objetivos e resultados pretendidos” (p.38).

2.3 AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR NO BRASIL

A educação é um dos campos de maior propagação da avaliação, seja em sua aplicação ou como área de estudo. Sempre se fez avaliação das mais diferentes formas: o estudante é avaliado para fins de aprovação, que por sua vez avalia o professor e o curso em muitos momentos, assim como o pesquisador é avaliado por agências para fins financeiros ou os currículos, projetos, cursos, instituições de ensino são avaliadas para definir seu valor social ou para a definição de políticas públicas para a educação. Sendo assim, Dias Sobrinho (2000) afirma que “de todas as instituições sociais e com funções públicas, talvez seja a universidade a mais afeita à avaliação, ainda que não necessariamente o faça de uma forma global e integrada” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 95).

Assim como nos demais países, o grande impulso para a disseminação do processo de avaliação universitária foi o crescimento industrial, que concebia a educação como agente de desenvolvimento, foi mais forte nos países mais desenvolvidos. No Brasil se deu de modo mais fragilizado devido à precariedade da estrutura física das universidades e insuficiente capacidade humana para o desenvolvimento de pesquisas de grande escala e qualidade. A implantação do governo militar de 1964 a 1985, tornou esse cenário ainda mais precário, mesmo que tenham sido anos de crescimento no desenvolvimento de pesquisas por conta do processo de modernização do país, mas sem a necessária liberdade para o desenvolvimento universitário (DIAS SOBRINHO, 2003).

A política educacional do regime militar brasileiro submetia a educação à produção. Para maior eficiência, exerceu severo controle ideológico sobre as instituições educacionais, intervindo rigidamente nas universidades, não só no que diz respeito às esferas administrativas, mas também à docência e à pesquisa (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 68).

O processo de avaliação da educação superior mais antigo e duradouro é o da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES), instituída em 1976, para avaliar os cursos e programas da pós-graduação, baseado numa metodologia americana quantitativa e objetivista, que propunha a medição dos números de trabalho, publicações, citações, entre outros (SCHLICKMANN *et al*, 2008).

Já as duas últimas décadas do século passado foram permeadas por muita discussão e a implementação de alguns programas de avaliação da graduação e das instituições de ensino superior. (BRASIL, 2009). O fim do regime militar na década de 80 coloca a avaliação da educação superior num processo de muita discussão entre lados contraditórios, os que lutavam pela redemocratização e os conservadores que queriam manter a avaliação como “instrumento básico para orientar a distribuição dos recursos públicos e a imposição da racionalidade da eficiência” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 72). Essa década é marcada mais pelas discussões sobre a avaliação universitária que a implantação de programas. O aumento de pesquisas sobre a avaliação da educação superior neste período denotava a importância do desenvolvimento científico sobre esta temática, sendo que esta produtividade científica aumentou ainda mais na década de 90 – “de modo que, no final da década, os periódicos de circulação nacional publicaram, em média, um artigo/mês a respeito” (BRASIL, 2009, p. 26).

Dias Sobrinho (2003) relata que foram implantados na década de 80 dois programas de avaliação, mas sem força e durabilidade. O Programa de Avaliação da Reforma Universitária (PARU), instituído em 1983, “produzido a partir de levantamento de dados e apreciação crítica da realidade da educação superior nacional, mediados por estudos, discussões e pesquisas, com a finalidade de realizar uma avaliação comparativa de todo o sistema” (ZAINKO, 2008). Schlickmann *et al* (2008) descreve que o programa teve apenas a duração de um ano por falta de apoio e burocracia do próprio MEC e Gouveia *et al* (2005) informam que apesar do curto tempo o programa indicava “para a (re)organização do sistema de educação superior a partir da coleta e análise de dados sobre a gestão das IES e a produção e disseminação de conhecimentos em face da reforma instituída pela Lei nº5.540/68” (GOUVEIA *et al*, 2005, p. 107), que trata da reforma do ensino superior.

E o Grupo de Estudos da Reforma da Educação Superior (GERES), que Dias Sobrinho (2003) relata, foi criado para implantar as ideias criadas pela Comissão de Notáveis, em 1986, com uma concepção de avaliação regulatória e de dimensões individualistas, o documento do SINAES (BRASIL, 2009) estabelece que a proposta tinha como foco os resultados da avaliação, classificando as instituições para a distribuição de recursos públicos.

Schlickmann *et al* (2008) descrevem que anteriormente à implantação da GERES, essa Comissão de Notáveis apresenta o relatório Uma Nova Política para a Educação Superior Brasileira, precisamente um ano após a extinção do PARU, a proposta deste relatório é apresentada por Dias Sobrinho (2003), sendo ela: avaliação de cursos de graduação por comissão de avaliadores; a prestação de contas do uso dos recursos financeiros com uso de indicadores de eficiência; proposta de um exame nacional do desempenho dos estudantes. O caráter desta avaliação é a que imperava na Inglaterra no governo de Margaret Thatcher e nos Estados Unidos no governo Reagan, na década de 80, de caráter punitivo, quantitativista e objetivista (SCHLICKMANN *et al*, 2008). Foi a partir deste relatório que se instituiu o GERES, contudo, não se efetivou a reforma universitária prevista, tão pouco implementou uma política de avaliação para o ensino superior, mas serviu de subsídio para a estruturação da reformulação da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB) de 1995 (GOUVEIA *et al*, 2005).

Dias Sobrinho (2010) relata que muito pouco se fez na década de 80 em termos de prática avaliativa, mas muito se discutiu, em diversas instâncias e com ampla participação, concebendo a avaliação institucional como processo necessário e que deveria ser feito pela própria instituição, com respeito a sua identidade. As experiências de avaliação institucional da década de 80 foram desastrosas para a universidade, a colocava de forma negativa perante a sociedade, passando uma ideia de que avaliar é medir e classificar (DIAS SOBRINHO, 2000).

Havia resistência das instituições em relação ao processo avaliativo, por conta da ameaça a autonomia universitária, ao plano de carreira dos funcionários e assim como a gratuidade do ensino (SCHLICKMANN *et al*, 2008), deste modo, a comunidade universitária formou grupos para discussão de um processo de avaliação democrático e contrário à avaliação de controle. Em seus fóruns concebiam uma avaliação institucional como um processo contínuo e permanente capaz de estabelecer uma cultura avaliativa em todos os segmentos acadêmicos, que abrangesse a totalidade institucional e que fosse participativa. Essa experiência já na década de 80 foi implementada por algumas universidades, como a Federal do Paraná e de Brasília e essas experiências serviram de base para a institucionalização do PAIUB (Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras) (DIAS SOBRINHO, 2003).

Mas ainda no final da década de 80, após a reforma da Constituição Federal, houve grande empenho do governo em implantar um processo de avaliação no país fundamentado no Estado Avaliador, que só não se efetivou por resistência das universidades (SCHLICKMANN

et al, 2008). Houve grande investimento do MEC na avaliação universitária do país, durante esta década, que trouxe muitos especialistas estrangeiros, enviou representantes para reuniões internacionais sobre a temática, mas em termos práticos trouxe poucos resultados. E ainda teve a lista das universidades improdutivas desenvolvida por Goldemberg, professor da USP, o que ocasionou ainda mais resistência na aceitação da avaliação pela comunidade acadêmica (RISTOFF, 1994). Neste contexto a avaliação da educação superior era concebida de modo articulada a reforma de Estado, pautada “em uma ação centralizadora, autoritária e controladora por parte do Estado em relação às instituições de educação superior” (ZAINKO, 2008, p. 829).

Para Dias Sobrinho (2000) essa condição veio a melhorar na década de 90, chamada a década da avaliação no país, se tornou uma estratégia para monitorar as reformas universitárias empreendidas neste período, assim como deixou clara que a avaliação é um instrumento de poder.

A avaliação como estratégia de governo se fortalece sobretudo em virtude da adesão dos governos brasileiros ao neoliberalismo, desde 1990, e ganhou plena legalidade nos textos da nova Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (1996) e no caudaloso conjunto de documentos legais, normas e práticas que decorrem dela (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 74-75).

Vianna (2003) enfatiza que neste período a avaliação passou a ser utilizada em diversos níveis administrativos, com a expectativa de que auxiliaria na resolução dos problemas indicados pela avaliação e conseqüentemente melhoraria a qualidade institucional, não sendo uma expectativa somente do cenário brasileiro, mas mundial. Contudo, Vianna (2003) menciona que as avaliações até indicam alguns problemas, mas que para serem resolvidos é preciso buscar outros caminhos, ir além da análise de dados quantitativos. Dias Sobrinho (2000) descreve que a concepção de avaliação deve ser global, para melhor compreensão da realidade institucional. Assim “a universidade não é simplesmente o seu produto aparente e quantificável, mas também e sobretudo a história do seu processo de construção e a realização prática de uma ideia, que aliás nem sempre é muito clara” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 99).

O Programa de Avaliação Institucional das Universidades Brasileiras (PAIUB) surge neste contexto, de uma concepção de avaliação voluntária, como uma ferramenta pedagógica e processo de transformação institucional (DIAS SOBRINHO, 2000). Foi instituído em 1993, sendo uma proposta da ANDIFES (Associação Nacional dos Dirigentes das Instituições

Federais de Ensino Superior) ao Ministério da Educação (MEC), desenvolvido pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES) que era composta por representantes de várias instituições universitárias, sendo assessorada pela Secretaria de Educação Superior (SESu) (BRASIL, 2009).

Com uma concepção de avaliação como

um processo de acompanhamento metódico das ações realizadas pela instituição de educação superior, com vistas a averiguar em que medida são cumpridas e atendidas as funções e prioridades delimitadas coletivamente. Com a titularidade da avaliação nas mãos da comunidade acadêmica e a educação entendida como um bem público, o PAIUB aposta na construção de práticas avaliativas que sejam participativas, contínuas e sistemáticas (ZAINKO, 2008, p. 829).

O programa objetivava “oferecer subsídios para um processo contínuo de aperfeiçoamento do desempenho acadêmico, uma ferramenta para o planejamento da gestão universitária, além da prestação de contas à sociedade, garantindo o caráter transparente da avaliação” (TENÓRIO; ANDRADE, 2009, p. 39).

Tinha como foco, segundo documentos do SINAES (BRASIL 2009; BRASIL, 2004c), a totalidade do processo avaliativo e a identidade institucional (missão, valores), concebia a avaliação como um processo interno, sendo este a primeira etapa, e externo, que complementava o processo avaliativo da instituição. A função do PAIUB era de ser uma avaliação formativa por ser uma avaliação interna e concentrada no processo e também somativa, mas de modo secundário e sem objetivar o controle e sim em conjunto com a formativa para subsidiá-la. (DIAS SOBRINHO, 2003).

Ristoff (1994; 2000) apresenta os princípios em que o PAIUB foi instituído, sendo eles: globalidade, comparabilidade, respeito à identidade institucional, não premiação ou punição, adesão voluntária, legitimidade e continuidade. Sendo que todas as instituições de ensino superior que aderiram ao programa seguiam esses princípios, contudo, com liberdade na definição da metodologia avaliativa.

O programa teve ampla adesão, chegou-se a participação de 90% das instituições de ensino superior, gerando um modelo nacional de avaliação, de cooperação e solidariedade entre as instituições, produzindo conhecimento sobre o processo de avaliação, foi um programa de avaliação que atendeu a expectativa de avaliação das IES. “O PAIUB foi, assim, mais que as práticas avaliativas de instituições tomadas isoladamente. Funcionou como uma rede constituída por instituições e pessoas que se interagem e se articulavam na construção coletiva do programa” (DIAS SOBRINHO, 2000, p. 102).

O programa teve sim suas fragilidades, erros e contradições, mas é importante reconhecer sua relevância para o processo de avaliação das IES, produziu uma cultura avaliativa no país e desenvolveu um programa singular, não importou nada, mas foi construído de acordo com a realidade brasileira. Desenvolveu conhecimento a respeito do processo de avaliação institucional e foi um processo em construção. Segundo Dias Sobrinho (2000, p. 102) “nisso reside algumas de suas fragilidades teóricas e equívocos operacionais, pois é um campo ainda se constituindo, mas talvez esteja aí o principal de sua força de transformação, seu valor acadêmico e ético-político”.

O PAIUB se torna inadequado para a perspectiva de governo do período (mudança do governo Itamar Franco para o governo Fernando Henrique Cardoso), que demandava um processo de avaliação que possibilitasse a redução da intervenção do Estado no provimento do ensino superior, porém, permitindo que mantivesse o controle sobre o sistema de ensino.

Interessa a constituição de um sistema avaliativo que tenha como um de seus pilares a averiguação dos produtos educacionais, em especial daqueles relacionados ao ensino, que possibilite constatar quais conhecimentos (e em que medida) são adquiridos pelos alunos ao longo do ensino superior e que possa ser organizado de forma que permita a comparabilidade entre as *performances* das diferentes instituições (ZAINKO, 2008, p. 830).

A partir das mudanças na LDB em 1995 e da promulgação da nova LDB em 1996 (Lei nº 9.394/1996) entram no cenário da avaliação da educação superior novos mecanismos de avaliação,

o Exame Nacional de Cursos (ENC), realizado por concluintes de cursos de graduação, conhecido como PROVÃO; o Questionário sobre condições socioeconômicas do aluno e suas opiniões sobre as condições de ensino do curso frequentado; a Análise das Condições de Ensino (ACE); a Avaliação das Condições de Oferta (ACO); e a Avaliação Institucional dos Centros Universitários (BRASIL, 2009, p. 28; BRASIL, 2004c, p. 18).

Segundo documentos do SINAES (BRASIL, 2009; BRASIL, 2004c) este conjunto tinha ênfase na divulgação dos resultados classificatórios das instituições de educação superior e no estímulo à concorrência entre elas, Gouveia *et al* (2005, p. 111) informam que apesar destes diversos instrumentos de avaliação a ênfase estava no ENC “que se tornou o instrumento por excelência de avaliação”.

Oposto ao PAIUB, que primava pela totalidade da avaliação, tinha ênfase nos resultados, na produtividade e na eficiência institucional, sendo de caráter regulador e ranqueador. Enquanto o PAIUB tinha como referência a globalidade institucional, observando todas as dimensões e funções institucionais, o ENC focava o Curso, somente na dimensão do

ensino, “baseada na lógica de que a qualidade de um curso é igual à qualidade de seus alunos” (BRASIL, 2009, p. 28; BRASIL, 2004c, p. 18).

Gouveia *et al* (2005) relatam que o ENC era composto de dois instrumentos, uma prova de conhecimentos e um conjunto de questionários aplicados aos estudantes concluintes, por meio destes instrumentos as instituições eram classificadas e ranqueadas a partir do conceito de cinco níveis da prova. Inclusive a instituição corria risco de fechamento de cursos se classificada com os dois últimos níveis de conceito (D e E). “Assim, em lugar de uma avaliação com ênfase no apoio e na “recuperação” dos cursos e das instituições em dificuldades, consolidou-se uma avaliação de caráter punitivo” (GOUVEIA *et al*, 2005, p. 114).

Repercutiu na sociedade tanto positiva como negativamente, isso por que tinha foco nos resultados, sendo a divulgação por meio das notas das provas, sem considerar as demais informações obtidas no processo. Também porque apesar do ENC ser considerado um mal instrumento de avaliação, havia a preocupação de desenvolver uma cultura avaliativa e neste quesito foi bem sucedido (GOUVEIA *et al*, 2005).

O que se apresenta no cenário da avaliação brasileira e demais países é uma contradição entre modelos conflitantes de paradigmas, que segundo Dias Sobrinho (2003), não são excludentes, mas devem se combinar. “Essa multiplicidade de recursos metodológicos é importante para enfrentar a complexidade teórica e prática da avaliação” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 85). São paradigmas que tem suas diferenças, seus precursores em oposição, com visão de mundo muito distinta. Sendo uma com visão positivista do mundo, ou seja, objetiva, quantitativa, utilitária, individualista, com grande confiança nos dados numéricos. E outro com uma visão de mundo subjetivista, é qualitativa, participativa, busca olhar a realidade interna, com foco no processo e não no resultado. Mas ao invés da combinação e entrecruzamento o que tem dominado o processo de avaliação é a visão positivista, com forte tendência a submeter à educação aos critérios econômicos (DIAS SOBRINHO, 2003).

O predomínio do mercado tende a alterar os valores da comunidade universitária e a enfraquecer a cultura dos valores da comunidade universitária e a enfraquecer a cultura dos valores acadêmicos. Desmerece o valor dos processos, pois, mais importante que a consideração sobre o como se faz passa a ser o resultado daquilo que se faz, tendo como principais critérios a maior quantidade e o menor custo (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 87).

Nunes e Schmidt (2007) esclarecem que as concepções de avaliação ao longo de sua trajetória refletem as políticas educacionais do país, desde o início com a criação do Sistema

de Avaliação da CAPES, depois na década de 80 com o PARU e o GERES, seguindo com o PAIUB e o ENC na década de 90, até chegar ao Sistema Nacional da Avaliação da Educação Superior (SINAES), se observa as mudanças conforme o que se espera da universidade socialmente e dos interesses dos grupos envolvidos. Tem “em sua essência o princípio de (a)firmiação de valores” (NUNES; SCHMIDT, 2007, p. 94), servindo para reforçar uma cultura institucional ou até mesmo os paradigmas de um sistema nacional.

Deste modo introduz-se o capítulo sobre o primeiro Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior.

2.4 SISTEMA NACIONAL DE AVALIAÇÃO DA EDUCAÇÃO SUPERIOR (SINAES)

Em 2003 é formada a Comissão Especial de Avaliação da Educação Superior (CEA), “com a finalidade de analisar, oferecer subsídios, fazer recomendações, propor critérios e estratégias para a reformulação dos processos e políticas de avaliação da Educação Superior e elaborar a revisão crítica dos seus instrumentos, metodologias e critérios utilizados” (BRASIL, 2004b, p. 1). A partir dos estudos da Comissão é instituído o SINAES, por meio da promulgação da Lei do SINAES, Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004, sendo operacionalizado pelo INEP e coordenado e supervisionado pela CONAES. O SINAES se fundamenta nos princípios de

promover melhoria da qualidade da educação superior, a orientação da expansão da sua oferta, o aumento permanente da sua eficácia institucional, da sua efetividade acadêmica e social e, especialmente, do aprofundamento dos seus compromissos e responsabilidades sociais (BRASIL, 2004a, p. 7).

Segundo documento do INEP (BRASIL, 2004b), o SINAES abrange todas as instituições de ensino superior, independente de sua organização e natureza jurídica, é desenvolvido em colaboração com todo o sistema nacional de ensino, estabelecido tanto no art. 211 da Constituição Federal (1988), quanto na Lei nº 9.394/96, que incumbe à União “assegurar processo nacional de avaliação do rendimento escolar no ensino fundamental, médio e superior, em colaboração com os sistemas de ensino, objetivando a definição de prioridades e a melhoria da qualidade do ensino” (Art. 9º, inciso VI).

O SINAES surge como um modelo das experiências anteriores, sendo a Avaliação Institucional inspirada no PAIUB, a Avaliação de Curso de Graduação no ENC e o Exame Nacional de Desempenho de Estudantes (ENADE) no PROVÃO. Provocando mudanças no

cenário nacional, como a criação do Conselho Nacional de Educação (CNE) em 1994, tendo como atribuições normatizar, deliberar e assessorar o MEC, sendo que no caso da avaliação é o órgão de consulta, quando necessário. O MEC que passa a ser somente Ministério da Educação a partir de 1990, é o órgão regulador da avaliação, responsável por velar o seguimento das leis e responsável pelas políticas educacionais (BARREYRO; ROTHEN, 2007). Também foi criada a Secretaria da Educação Superior (SESu) como unidade do MEC responsável por “planejar, orientar, coordenar e supervisionar o processo de formulação e implantação da Política Nacional de Educação Superior” (MEC, 2019). Ao INEP é atribuído, a partir da Lei do SINAES, a realização da avaliação do ensino superior enquanto a SESu aplica as penalidades cabíveis, ou seja, regula o sistema de avaliação. A CONAES é um órgão vinculado ao MEC, também criado a partir da Lei do SINAES como “órgão colegiado de coordenação e supervisão do SINAES” (BRASIL, 2004d, Art. 6º), “cuja principal função é a de propor diretrizes para a realização das diversas atividades necessárias para a concretização das avaliações” (BARREYRO; ROTHEN, 2007, p. 141).

A proposta de avaliação do SINAES está ancorada em duas ideias principais: a articulação e participação, como crítica aos processos avaliativos anteriormente operacionalizados, aplicados de modo desarticulado e isolado não dando conta da complexidade que é o processo avaliativo educativo (BRASIL, 2009; MARTINS, 2016).

A articulação se dá por meio da dialética do processo que envolve avaliação interna e externa, é global, envolve todas as partes da instituição, mas também é particular; é uma avaliação somativa e formativa; com metodologia quantitativa e qualitativa; e com distintos objetivos e instrumentos (BRASIL, 2004c).

E a participação ocorre como resposta ao caráter ético e político da avaliação que exige a participação de todos os atores acadêmicos nos processos avaliativos, respeitados os papéis e especificidades de cada um. Assim, a avaliação tem valor maior que somente o atendimento legal e as razões burocráticas, “mas sobretudo pelo imperativo ético da construção e consolidação das instituições e do sistema de educação superior com alto valor científico e social” (BRASIL, 2009, p. 92).

Por ser um processo permanente e global trabalha para que se instale nas IES a cultura avaliativa, para ser realizada de modo participativo, envolvendo todos os segmentos da academia e possibilitando o protagonismo na transformação institucional (BRASIL, 2004b, p. 2).

A avaliação participativa e democrática apresenta vários méritos. Dentre eles, destacam-se: a pluralidade de perspectivas e concepções dos participantes internos e externos lhe confere mais validade e riqueza; o comprometimento dos

participantes com a avaliação e sua responsabilidade pelas ações de melhoramento que ela sugere (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 221).

O sistema tem como características fundamentais “a avaliação institucional como centro do processo avaliativo; a integração de diversos instrumentos com base em uma concepção global e o respeito à identidade e à diversidade institucionais” (BRASIL, 2004b, p. 1), entendendo que assim possibilitará conhecer a realidade e a missão de cada instituição.

A concepção de avaliação do SINAES está ancorada no compromisso pela melhoria da qualidade e na relevância das atividades de ensino, pesquisa, extensão e gestão desenvolvidas por cada instituição, considerando a avaliação como:

- 1) instrumento de política educacional;
- 2) como um processo regulatório e;
- 3) como um processo ético e participativo (BRASIL, 2004b).

Nesta proposta a avaliação é vista como instrumento de poder, que influencia sobre os indivíduos, IES e todo o sistema nacional de educação, por isso foi construída de modo a articular um sistema de avaliação com autonomia, que promove os processos formativos, e regulatório, que é próprio da supervisão do Estado (BRASIL, 2009). A avaliação no SINAES é concebida como:

- a) avaliação educativa propriamente dita, de natureza formativa, mais voltada à atribuição de juízos de valor e mérito em vista de aumentar a qualidade e as capacidades de emancipação e;
- b) regulação, em suas funções de supervisão, fiscalização, decisões concretas de autorização, credenciamento, recredenciamento, descredenciamento, transformação institucional, etc., funções próprias do Estado. (BRASIL, 2004c, p. 83).

A avaliação de caráter educativo é essencialmente formativa, pois se volta a obter informações que forneçam reflexões para a melhoria da qualidade acadêmica e o julgamento quanto ao atendimento da função pública do sistema de avaliação e da instituição (BRASIL, 2004c). É um projeto e uma construção social, um projeto já que a partir da análise e julgamento do passado e do presente pretende promover mudanças futuras e uma construção social por ser algo a ser concebido de maneira coletiva para o bem comum.

Tem como foco qualificar e quantificar o ensino, a pesquisa, a extensão e a gestão, e sua relação com a comunidade acadêmica e a sociedade.

A avaliação educativa precisa questionar os significados da formação e dos conhecimentos produzidos em relação ao desenvolvimento do país, ao avanço da ciência e à participação ativa dos indivíduos que constituem a comunidade educativa na vida social e econômica (BRASIL, 2004c, p. 86).

A avaliação formativa produz processos de conhecimento sobre a instituição ou o sistema educativo, revela fragilidades e potencialidades, em sua totalidade e em suas partes, com o objetivo maior de melhoria da qualidade, ou seja, “aumentar a quantidade do serviço público educacional e elevar a eficácia institucional, a conscientização dos agentes e a efetividade acadêmica e social, então implementar a cultura da avaliação é uma exigência ética” (BRASIL, 2004c, p. 65).

A avaliação educativa é oposta a avaliação reguladora, que objetiva o controle e a regulação, pois seus processos pretendem melhorar o cumprimento dos compromissos institucionais, mas sem deixar de utilizar também instrumentos avaliativos de controle.

A avaliação reguladora é função do Estado com o objetivo de controle do ensino superior e estabelecimento de classificação das instituições. Tem como papel central garantir unidade nacional do processo avaliativo, servindo para a prestação de contas à sociedade da qualidade do sistema de educação superior e também na definição de políticas públicas. “Essas avaliações são predominantemente quantitativas, objetivistas e cumprem a ética utilitária da racionalidade instrumental dos Estados, que flexibilizam a economia, porém exercem forte controle sobre os âmbitos socioculturais” (DIAS SOBRINHO, 2003, p. 67).

O caráter regulador da avaliação, estabelecido na Lei como processo para o (re) credenciamento institucional e de (renovação) reconhecimento de cursos, busca assegurar a qualidade por meio do Protocolo de Compromisso, que visa que as instituições firmem junto ao MEC seu compromisso em melhorar a qualidade dos pontos em que a avaliação resultou insatisfatória. Sendo que o seu descumprimento caberá em medidas punitivas que, apesar de permitir ampla defesa da IES, evidenciam o controle do Estado a partir da lógica de mercado de eficiência (GOUVEIA *et al*, 2005).

O sistema é aplicado de maneira a respeitar a identidade e diversidade de cada IES, exigindo que os instrumentos de avaliação sejam flexíveis e adaptáveis, sem que isso rompa com os princípios do SINAES (DIAS SOBRINHO, 2010). Há articulação de diversos instrumentos, visando promover uma avaliação global e integrada de suas atividades acadêmicas e se efetiva pela organização em três dimensões da realidade educacional (BRASIL, 2004a; BRASIL, 2004b):

- a) Avaliação das Instituições de Educação Superior (Avalies), “que é o centro de referência e articulação do sistema de avaliação” (ANDRIOLA, 2005, p. 59) e inclui dois processos, a avaliação interna realizada pelas Comissões Próprias de Avaliação (CPAs) de cada instituição e a avaliação externa realizada com visita *in loco*, por comissões de especialistas eleitos pelo INEP e no caso das instituições estaduais eleitos pelos Conselhos de Educação. Tendo como finalidade o credenciamento institucional ou o recredenciamento.
- b) Avaliação de Curso de Graduação (ACG) que é a avaliação externa dos cursos, realizada por comissão de especialistas, com visita *in loco*, com fins de reconhecimento ou renovação de reconhecimento do curso.
- c) Exame Nacional de Avaliação de Desempenho de Estudantes (ENADE), aplicado aos estudantes ingressantes e concluintes, numa periodicidade trienal.

A seguir será apresentada cada uma das dimensões avaliativas definidas pela Lei do SINAES e descritas suas principais características.

2.4.1 Avaliação Institucional

O Art. 3º da Lei do SINAES apresenta o objetivo da avaliação das instituições de educação superior, que consiste em “identificar o seu perfil e o significado de sua atuação, por meio de suas atividades, cursos, programas, projetos e setores, considerando as diferentes dimensões institucionais” (BRASIL, 2004d) e determina as 10 dimensões obrigatórias da avaliação:

I – a missão e o plano de desenvolvimento institucional;

II – a política para o ensino, a pesquisa, a pós-graduação, a extensão e as respectivas formas de operacionalização, incluídos os procedimentos para estímulo à produção acadêmica, as bolsas de pesquisa, de monitoria e demais modalidades;

III – a responsabilidade social da instituição, considerada especialmente no que se refere à sua contribuição em relação à inclusão social, ao desenvolvimento econômico e social, à defesa do meio ambiente, da memória cultural, da produção artística e do patrimônio cultural;

IV – a comunicação com a sociedade;

V – as políticas de pessoal, as carreiras do corpo docente e do corpo técnico-administrativo, seu aperfeiçoamento, desenvolvimento profissional e suas condições de trabalho;

VI – organização e gestão da instituição, especialmente o funcionamento e representatividade dos colegiados, sua independência e autonomia na relação com a mantenedora, e a participação dos segmentos da comunidade universitária nos processos decisórios;

VII – infra-estrutura física, especialmente a de ensino e de pesquisa, biblioteca, recursos de informação e comunicação;

VIII – planejamento e avaliação, especialmente os processos, resultados e eficácia da autoavaliação institucional;

IX – políticas de atendimento aos estudantes;

X – sustentabilidade financeira, tendo em vista o significado social da continuidade dos compromissos na oferta da educação superior (BRASIL, 2004d).

Estas 10 dimensões institucionais, visam à unidade do processo avaliativo e a promoção de uma avaliação global, que contemple toda a IES. Estas dimensões foram reorganizadas em 5 eixos avaliativos pela Portaria nº 92/2014, a qual foi revogada pela Portaria nº 1.382, de 31 de outubro de 2017 e norteiam o instrumento de avaliação externa, podendo orientar a avaliação interna, mas não sem reflexão da instituição para utilizá-lo com liberdade e criatividade.

Quadro 4 – Apresentação dos Eixos.

EIXO	INDICADORES	PESOS
1. Planejamento e Avaliação Institucional	Projeto de autoavaliação institucional; Autoavaliação institucional: participação da comunidade acadêmica; Autoavaliação institucional: previsão de análise e divulgação dos resultados.	10
2. Desenvolvimento Institucional	Missão, objetivos, metas e valores institucionais; PDI, planejamento didático-instrucional e política de ensino de graduação e de pós-graduação; PDI, política e práticas de pesquisa ou iniciação científica, de inovação tecnológica e de desenvolvimento artístico e cultural; PDI, políticas institucionais voltadas à valorização da diversidade... PDI e políticas institucionais voltadas ao desenvolvimento econômico e à responsabilidade social; PDI e política institucional para EaD; Estudo para implantação de polos Ead.	30
3. Políticas Acadêmicas	Políticas de ensino e ações acadêmico-administrativas para os cursos de graduação;	20

	<p>Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a pesquisa ou iniciação científica, a inovação tecnológica e desenvolvimento artístico cultural;</p> <p>Políticas institucionais e ações acadêmico-administrativas para a extensão;</p> <p>Políticas institucionais e ações de estímulo e difusão para a produção academia docente;</p> <p>Política institucional de acompanhamento dos egressos;</p> <p>Política institucional para internacionalização;</p> <p>Comunicação da IES com a comunidade externa;</p> <p>Comunicação da IES com a comunidade interna;</p> <p>Política de atendimento aos discentes;</p> <p>Políticas institucionais e ações de estímulo à produção discente e à participação em eventos (graduação e pós-graduação).</p>	
--	---	--

Continua

Quadro 4 – Apresentação dos Eixos.

EIXO	INDICADORES	PESOS
4. Políticas de Gestão	<p>Política de capacitação docente e formação continuada;</p> <p>Política de capacitação e formação continuada para o corpo técnico-administrativo;</p> <p>Política de capacitação e formação continuada para o corpo de tutores presenciais e a distância;</p> <p>Processos de gestão institucional;</p> <p>Sistema de controle de produção e distribuição de material didático;</p> <p>Sustentabilidade financeira: relação com o desenvolvimento institucional;</p> <p>Sustentabilidade financeira: participação da comunidade interna.</p>	20
5. Infraestrutura	<p>Instalações administrativas; Salas de aula; Auditórios; Salas de professores; Instalações sanitárias;</p> <p>Espaços para atendimento aos discentes;</p> <p>Espaços de convivência e de alimentação;</p> <p>Laboratórios, ambientes e cenários para práticas didáticas: infraestrutura física;</p> <p>Infraestrutura física e tecnológica destinada à CPA</p> <p>Biblioteca: infraestrutura; planos de atualização do acervo;</p> <p>Salas de apoio de informática ou estrutura equivalente;</p> <p>Estrutura dos polos EaD; Infraestrutura tecnológica;</p> <p>Infraestrutura de execução e atualização de equipamentos;</p> <p>Recursos de tecnologias de informação e comunicação;</p> <p>Ambiente virtual de Aprendizagem – AVA.</p>	20

Fonte: BRASIL, 2004a

A avaliação institucional é o centro do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior e se divide em dois momentos, que devem ser complementares e combinados:

- Avaliação Interna ou autoavaliação, realizada pelas CPAs;

- Avaliação Externa, realizada *in loco*, por comissão de especialistas definidos pelo INEP ou Conselho Estadual de Educação.

Tem como princípio a integração dos diversos instrumentos avaliativos utilizados na avaliação interna e externa, em busca da compreensão da realidade global da IES. Ressalta-se que além dos processos avaliativos se incorpora a avaliação institucional outras informações e instrumentos:

- Censo da Educação Superior
- Cadastro das Instituições de Educação Superior
- ENADE

Seu objetivo é verificar as fragilidades e potencialidades institucionais e para além da verificação, identificar as causas dos problemas apontados nas avaliações, buscando compreendê-los e definindo ações e metas para a sua superação. (BRASIL, 2004c). Tem caráter formativo, no sentido de buscar o aperfeiçoamento dos atores acadêmicos e da própria instituição, sendo mais efetivo se realizado de modo participativo, com a colaboração de todos os agentes internos e representantes externos, possibilitando a construção da cultura avaliativa; e caráter regulatório ou autorregulatório para a autorização, credenciamento e reconhecimentos institucionais.

Sendo o resultado da avaliação institucional base para os processos de regulação e supervisão da educação superior, é expresso em uma escala de 5 (cinco) níveis, “a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (BRASIL, 2004d, Art. 3º, parágrafo 3º) – “São esses os conceitos e não outros que constituem o referencial básico para os atos regulatórios do credenciamento e do reconhecimentos das instituições de educação superior do Brasil (BRASIL, 2004d, parágrafo único; GIOLO, 2008, p. 853).

2.4.1.1 Avaliação Interna

A avaliação interna ou autoavaliação é o processo primordial da avaliação institucional, dá subsídio para a realização da avaliação externa que é subsequente ao processo interno, é de responsabilidade da instituição e deve ser realizada no período de um triênio, resultando num relatório amplo e detalhado, com análises, críticas e sugestões para a

instituição, contudo, anualmente divulgará os resultados dos processos realizados (BRASIL, 2004a).

Deve ser um processo contínuo e envolver todos os atores acadêmicos (professores, estudantes, técnico-administrativos, egressos, representantes dos setores sociais envolvidos com a IES) em suas discussões e definição do planejamento avaliativo institucional, estabelecendo as metodologias, objeto e objetivos, instrumentos e o uso da avaliação. Para assim desenvolver uma cultura da avaliação nas instituições e no sistema nacional de educação superior (BRASIL, 2004a).

O envolvimento de todos os segmentos acadêmicos no processo avaliativo os torna comprometidos com as mudanças institucionais e também responsáveis pela qualidade da IES. (DIAS SOBRINHO, 2010). “A autoavaliação de uma Instituição de Ensino Superior (IES) é um processo dinâmico, participativo e pedagógico, que possibilita um olhar sobre sua prática cotidiana a partir da ótica dos envolvidos” (BORTOT *et al*, 2017, p. 2).

Deve ser realizado de modo global, analisando suas partes de modo articulado sem perder de vista o objetivo de compreender as relações entre as partes e o todo (DIAS SOBRINHO, 2005). Assim como a articulação dos diversos instrumentos, da metodologia quantitativa e qualitativa e entre as demais dimensões avaliativas do SINAES (avaliação externa, ACG e ENADE).

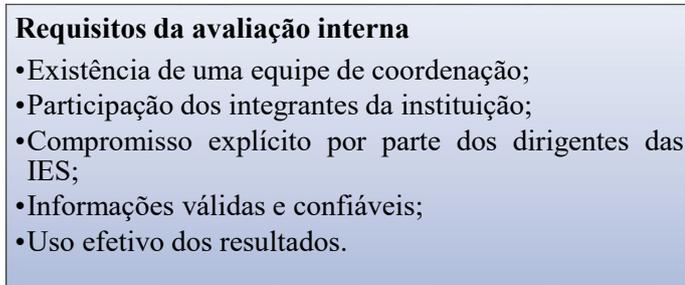
Para Dias Sobrinho (2010) a participação é o que torna esta dimensão avaliativa do sistema tão importante, devido esse caráter democrático e ético, pois “se baseia na aceitação do direito da expressão, aumentando a legitimidade da ação pública e propicia a ampla aceitação social” (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 221).

A autoavaliação como processo participativo e democrático não exerce função administrativa, mas é necessário para que se realize com profundidade que tenha apoio institucional e colaboração dos gestores; que tenha credibilidade, portanto, a coleta de dados e análise dos resultados é parte importante do processo; e utilize os resultados das avaliações para o planejamento institucional de modo a sanar os problemas encontrados – “Para isso, é importante priorizar ações de curto, médio e longo prazos, planejar de modo compartilhado e estabelecer etapas para alcançar metas simples ou mais complexas” (BRASIL, 2004a, p. 12).

Seu objeto de avaliação se dá a partir de duas perspectivas: do objeto de análise e dos sujeitos da avaliação. O primeiro diz respeito à estrutura, dimensão e sentidos sociais da IES e o segundo se refere aos atores acadêmicos, ou seja, professores, estudantes, técnico-administrativo, egressos e comunidade externa. (BRASIL, 2004b).

Para a realização da autoavaliação são necessários alguns requisitos, estabelecidos no documento Roteiro de Autoavaliação Institucional (BRASIL 2004a):

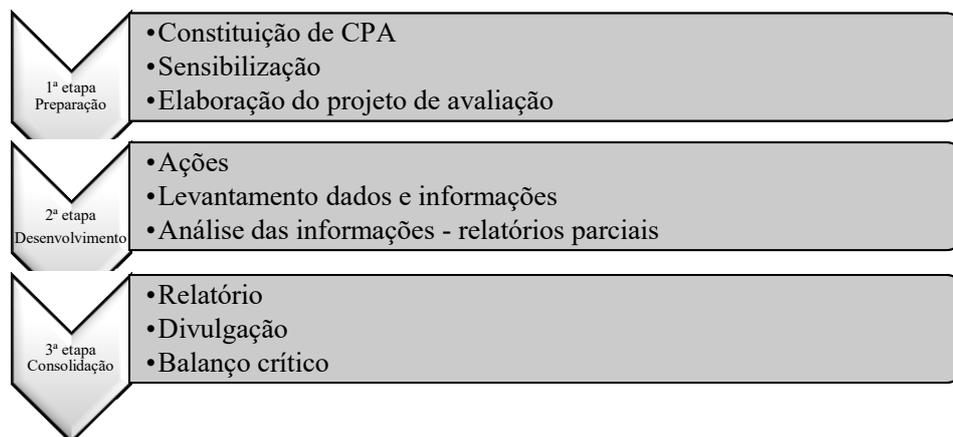
Figura 1 – Requisitos da avaliação interna.



Fonte: Roteiro de Autoavaliação Institucional, 2004, p. 12.

A equipe de coordenação institucional da avaliação se constituirá pelas Comissões Própria de Avaliação (CPA) que em conjunto estabelecerão um plano avaliativo institucional contendo metodologia, procedimentos, objetivos, prazos, distribuição de tarefas, entre outros, o qual deverá ser avaliado e revisto. A organização do processo avaliativo interno prevê a realização de três etapas: preparação, desenvolvimento e consolidação.

Figura 2 – Etapas de autoavaliação.



Fonte: elaborado pela autora baseado em BRASIL, 2004a, p. 15.

A autoavaliação deve ser um processo cíclico, que se repete trienalmente; criativo, com liberdade na definição de escolha dos métodos e instrumentos avaliativos; e renovador, levando à mudança institucional e auxiliando na tomada de decisão. “O seu caráter diagnóstico e formativo de autoconhecimento deve permitir a re-análise das prioridades

estabelecidas no Projeto Político Institucional e o engajamento da comunidade acadêmica na construção de novas alternativas e práticas” (BRASIL, 2004b, p. 9).

A autoavaliação constitui um processo por meio do qual um curso ou instituição analisa internamente o que é e o que deseja ser, o que de fato realiza, como se organiza, administra e age, buscando sistematizar informações para analisá-las e interpretá-las com vistas à identificação de práticas exitosas, bem como a percepção de omissões e equívocos, a fim de evitá-los no futuro (BRASIL, 2004b, p. 8).

O caráter formativo visa à melhoria da qualidade das atividades da IES, buscando entender a cultura institucional e toda a complexidade de seu funcionamento, não deve objetivar a comparação para o ranqueamento, mas a “comparação interna, que se deve fazer entre o estado atual das IES e o seu passado imediato, com vistas ao planejamento das suas ações institucionais futuras” (ANDRIOLA, 2005, p. 59).

A análise dos resultados da autoavaliação se organiza em dois períodos, o primeiro de análise dos resultados da avaliação de modo participativo em conexão com a missão institucional e seu Projeto Pedagógico Institucional (PPI); e o segundo de análise comparativa entre o PPI e o que se efetivou, permitindo a verificação dos pontos fortes e fracos, para a definição de ações futuras. “O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades.” (BRASIL, 2004b, p. 9).

2.4.1.1.1 Comissão Própria de Avaliação

Para a realização da autoavaliação a Lei do SINAES (Art. 11º) estabeleceu que cada instituição deve constituir uma Comissão Própria de Avaliação (CPA) responsável por conduzir os “processos de avaliação internos da instituição, de sistematização e de prestação das informações solicitadas pelo INEP” (BRASIL, 2004d).

No documento SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior (BRASIL, 2004c), consta a recomendação de se vincular essa comissão ao órgão colegiado superior da instituição educativa e nos casos de maior complexidade na estrutura institucional, a criação de Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) que serão vinculadas a comissão central. A composição da CPA será decisão institucional, no entanto, é necessária a

representação de todos os segmentos da comunidade: professores, estudantes, técnico-administrativo e comunidade civil.

O documento Diretrizes da Avaliação (BRASIL, 2004b) especifica que é um órgão de representação e não administrativo, sendo assim, suas atribuições são realizadas por meio da participação dos diversos representantes e não por gestores ou definições dos conselhos superiores. Mas cabe ressaltar que o desenvolvimento de um processo avaliativo de qualidade deverá contar com o apoio dos gestores – “precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES” (BRASIL, 2004b, p. 11).

O funcionamento da CPA é autônomo, cabendo a cada instituição as definições de suas estratégias e metodologias, assim como, o compromisso por sua revisão e ajustes. Deve desenvolver suas atividades de modo transparente, divulgando amplamente o resultado da avaliação, sua composição e agenda de reuniões e prestar contas das atividades aos órgãos colegiados superiores, para que as instâncias superiores da instituição assumam sua responsabilidade com a avaliação, que é a de rever o planejamento institucional diante do conhecimento da avaliação – “Fica entendido, portanto, que uma vez concluída a avaliação da instituição em suas etapas interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir” (BRASIL, 2004b, p. 11).

Andriola (2005) indica os dois principais desafios das CPAs para realização da autoavaliação, o primeiro diz respeito à importância da sensibilização da comunidade acadêmica e o segundo refere-se à participação democrática, assim sendo:

- a) Sensibilizar a comunidade interna para a importância da avaliação institucional, divulgando o funcionamento e resultados da avaliação. Contribuindo para desmistificar a crença da avaliação como ação punitiva e ranqueadora, mas sim uma ação de reflexão com vistas à melhoria institucional.
- b) Incentivar a participação democrática, que significa promover debates internos sobre o processo de avaliação institucional para conhecimento e estratégias de revisão do processo de autoavaliação em andamento. Significa promover a consciência institucional para uma maior participação da comunidade e consequente promoção dos princípios da avaliação como atividade participativa e democrática.

O processo de autoavaliação institucional para Andriola (2005) gera consequências na instituição: primeiramente todo o ato avaliativo é uma ação educativa de sensibilização e mobilização e em segundo lugar é uma ação política que reflete nas instâncias de gestão da instituição. Sendo a maior consequência política o municiação da comunidade acadêmica com informações e conhecimentos promovendo maior clareza a respeito da realidade institucional e, por conseguinte, aumentando o envolvimento nas discussões a cerca das dificuldades institucionais. Esse processo político leva ao aprimoramento do autoconhecimento e da gestão institucional, implica na implementação de ações com ou sem aporte financeiro, sendo que as com aporte financeiro dependerão de negociações e prazos maiores. Contudo, para isso, é necessário que os gestores das IES compreendam as consequências políticas e valorizem o processo avaliativo como estratégia de gestão (ANDRIOLA, 2005).

Andriola (2005) também aponta as principais necessidades de uma CPA para superar seus desafios, sendo quatro:

1. 1ª. Apoio da administração central da IES – a CPA precisa de autonomia para desenvolver o processo de autoavaliação, mas necessita de apoio dos gestores para implementar as suas responsabilidades e as ações, fruto dos resultados da autoavaliação. Andriola (2005) afirma que há inúmeras possibilidades de uso dos resultados da autoavaliação institucional, mas que para tanto, o gestor precisa compreender o valor da avaliação.
2. 2ª. Diz respeito a maturação da CPA e sua formação. Entende-se que seja necessário um tempo mínimo para os membros da CPA se apropriarem da avaliação institucional. Internamente os membros precisam dedicar um tempo para estudos e discussões sobre a avaliação promovendo a troca de experiências e ideias para se afinar a avaliação institucional que se quer construir e promover a cultura avaliativa. Externamente à CPA também se faz necessário momentos de discussão e conversas nos diversos segmentos organizacionais (coordenações de cursos, departamentos, centros, pró-reitorias, conselhos); “Enfim, faz-se *mister* que um período mínimo probatório seja posto em marcha, sob o perigo de que a dinâmica do grupo, interna e externa à CPA, não seja a mais propícia ou a mais desejada ao tipo de atividade que se vislumbra implementar” (ANDRIOLA, 2005, p. 68).
3. 3ª. Que seja possível contar com pessoas preparadas à frente das CPAs, com sólida formação humanista e técnica, o que resultaria em processos avaliativos de

melhor qualidade e repercussão. Para Andriola (2005) quanto maior clareza do funcionamento, finalidade e uso dos recursos da avaliação, maior engajamento da comunidade se promove. Contudo, tendo a clareza do quão difícil possa ser este item se estabelece a quarta necessidade.

4. 4ª. A promoção de intercâmbio de experiências na área da avaliação educacional, tendo em vista as diferenças institucionais, como sua identidade e seus compromissos sociais, é importante discutir para que o projeto avaliativo seja coerente com as características institucionais. “Portanto, os gestores e os componentes da CPA deverão submeter-se, com certa frequência, a situações de características marcadamente educativas e formativas” (ANDRIOLA, 2005, p. 69) para a construção e renovação da consciência sobre a avaliação institucional.

2.4.1.2 Avaliação Externa

A Avaliação Institucional Externa se dá após a realização da autoavaliação e aprovação dos relatórios de avaliação pelas instâncias superiores institucionais. A avaliação externa é realizada por comissão de avaliadores externos, especialistas que pertencem à comunidade acadêmica e científica, indicados pelo INEP e no caso de Instituição Estadual, pelo Conselho Estadual de Educação (BRASIL, 2004c). A Lei 10.861/2004 estabelece que a periodicidade da visita *in loco* seja trienal, mas as instituições estaduais seguem normativas específicas do Conselho Estadual de Educação.

A finalidade da avaliação *in loco* é a de “garantir a fidelidade das informações prestadas pela instituição, mas, principalmente, a de estabelecer um diálogo construtivo entre o Ministério da Educação e a respectiva comunidade acadêmica” (GIOLO, 2008, p. 853). O autor ressalta que dentre os instrumentos avaliativos é o mais eficiente por promover o engajamento da comunidade acadêmica, o diálogo entre comissão externa de avaliadores e comunidade interna e ainda verificar fragilidades e potencialidades não mencionadas na autoavaliação.

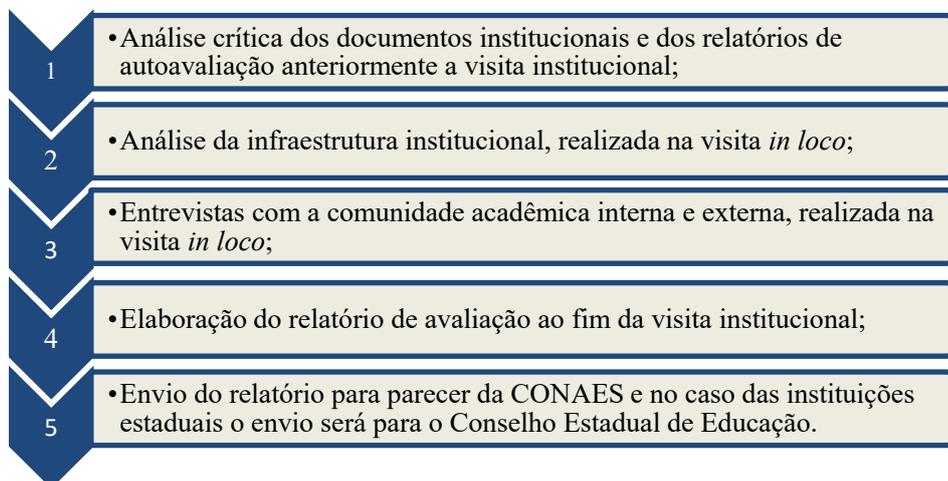
É um processo complementar e articulado aos demais processos avaliativos, desta forma, é parte da avaliação institucional, portanto, não pode perder de vista as dimensões avaliativas, deve ser global, mesmo se avaliar uma parte específica da instituição, participativa, integral e articulada, isto em relação ao “caráter pedagógico e de relevância social, no ensino, na pesquisa e na extensão” e em consonância com o Projeto Pedagógico Institucional (BRASIL, 2004c, p. 105).

Assim como a avaliação interna, é um instrumento avaliativo importante para o conhecimento institucional, por isso devem ser complementares e combinadas, para a promoção de discussões e reflexões sobre “política pedagógica, científica e tecnológica, bem como para tomadas de decisão, buscando o fortalecimento ou redirecionamento de ações.” (BRASIL, 2004c, p. 105).

Trata-se de um processo sistemático, organizado, que relaciona diversas informações, dados numéricos e de juízo de valor. Deve fazer juízo de valor da instituição de modo global e também das partes específicas, indicando os problemas e sugerindo recomendações para sua superação, visando a melhoria institucional (BRASIL, 2004c). Deve se realizar em consonância com os objetivos definidos na autoavaliação, mas também com liberdade para indicar melhorias, inclusive no processo avaliativo interno.

O documento do SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira (BRASIL, 2004c) recomenda alguns pontos metodológicos para a realização da avaliação, contudo, deve respeitar a identidade e especificidade de cada instituição:

Figura 3 – Metodologia da avaliação institucional externa.



Fonte: elaborado pela autora com base em BRASIL, 2004c.

Sendo que esse relatório de avaliação expedido pela comissão avaliativa é de grande relevância, fornecendo informações sobre as fragilidades e potencialidades institucionais, assim como, medidas sanadoras para o melhoramento da qualidade institucional, publicizado para a IES avaliada, para a população e para o MEC que encaminhará as instâncias

responsáveis. Sendo que as instituições Estaduais encaminham o relatório de avaliação para o Conselho Estadual de Educação (BRASIL, 2004c).

As comissões avaliadoras tem papel importante no processo de regulação, pois são quem emitem o relatório de avaliação institucional, cujo resultado é expresso por conceitos em uma escala de cinco níveis “a cada uma das dimensões e ao conjunto das dimensões avaliadas” (BRASIL, 2004d, Parágrafo 3º, Art. 3º), sendo base para os atos regulatórios de credenciamento ou credenciamento das instituições de ensino superior e fornecendo informações importantes na definição de políticas públicas para a educação.

2.4.1.3 Avaliação de Curso de Graduação (ACG)

Segundo a Lei do SINAES, em seu Art. 4º, o objetivo da avaliação dos cursos de graduação é de “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações físicas e à organização didático-pedagógica”.

Conforme a Portaria nº 2.051/2004 será realizada por comissão externa de avaliadores, indicada pelo INEP ou Conselho Estadual de Educação no caso de instituição Estadual, especialistas na área de conhecimento que avaliam (BRASIL, 2004e).

Como na Avaliação Institucional Externa, a comissão avaliadora tem acesso aos documentos institucionais, relatórios de avaliação e demais informações que julgar necessário, antes da visita *in loco*.

A avaliação se propõe a verificar as condições de ensino e é organizada em três eixos: organização didático-pedagógica, perfil do corpo docente e infraestrutura, resulta na atribuição de conceitos em uma escala de cinco níveis e serve como ato regulatório (GIOLO, 2008). Tem como finalidade a autorização do curso, somente para as instituições que precisam solicitar autorização ao MEC; o reconhecimento para os cursos novos, quando inicia a segunda metade de sua implantação; e renovação de reconhecimento do curso, realizada conforme o ciclo avaliativo do SINAES, ou seja, trienalmente.

Atualmente a avaliação de curso não precisa obrigatoriamente de avaliação externa, dependendo do desempenho dos estudantes no ENADE. O INEP ou o Conselho Estadual de Educação (para as instituições estaduais) define que cursos que obtiverem Conceito Preliminar de Curso (CPC) igual ou acima de 4 (quatro) não precisam realizar avaliação *in loco*; se o indicador for igual a 3 a realização da avaliação pela comissão externa é opcional; e abaixo de 3 a avaliação *in loco* é obrigatória. Assim, os cursos que não participam do

ENADE, por dispensa, precisam obrigatoriamente encaminhar solicitação no prazo do ciclo avaliativo do SINAES, trienalmente, para realização da avaliação *in loco* (Resolução CEE/SC nº 013/2018).

É de se lamentar, portanto, a constituição de índices, quase integralmente derivados do Enade, ou dependentes dele, para atribuir conceitos aos cursos e às instituições (coisa não prevista e não facultada pela Lei nº 10.861) e, desse modo, isentar a muitos e muitas de se submeterem à visita *in loco* (GIOLO, 2008, p. 855).

2.4.1.4 Exame Nacional de Avaliação de Desempenho dos Estudantes (ENADE)

Inicialmente não foi pensado como a aplicação de um exame ou prova, mas um instrumento amplo e integrador, chamado Avaliação Integrada do Desenvolvimento Educacional e da Inovação da Área – PAIDEIA, que tinha a intenção de ir além da verificação do desempenho dos estudantes, no entanto, o projeto foi reprovado pelo MEC, mídia e Congresso Nacional (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 212).

O exame de desempenho dos estudantes era aplicado nacionalmente aos estudantes ingressantes (que tenham concluído entre 7% e 22% da carga horária curricular) e concluintes (que tenham concluído pelo menos 80 %), por amostragem, trienalmente. Atualmente todos os ingressantes são inscritos para participação somente do questionário socioeconômico e todos os concluintes para participação do questionário e da prova, que avalia seu desempenho “em relação aos conteúdos programáticos, habilidades e competências adquiridas em sua formação” (INEP, 2019a).

A participação é obrigatória e é um componente curricular, constando no diploma a menção sobre a participação ou dispensa no exame. O ENADE é realizado anualmente, mas os cursos são enquadrados por áreas de conhecimento e classificados para a prova em periodicidade trienal.

Consiste num instrumento de avaliação a diagnosticar, geralmente a cada três anos, as habilidades acadêmicas e as competências profissionais que os estudantes são capazes de demonstrar, em conexão com suas percepções sobre sua instituição e com conhecimentos gerais não necessariamente relacionados com os conteúdos disciplinares (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 212).

O seu resultado gera um conceito, em uma escala de cinco níveis, atribuído ao conjunto dos alunos examinados do curso enquadrado para participação do exame (BRASIL,

2004d). E em conjunto com o questionário socioeconômico são elementos importantes, servindo para a melhoria do projeto pedagógico dos cursos ou da prática docente nas instituições de ensino superior (GIOLO 2008).

Em sua instituição o ENADE não foi criado como um substituto do Provão, Dias Sobrinho (2010) relata que os exames possuem semelhanças operacionais (registro no histórico sobre a participação ou dispensa, resultado divulgado individualmente, premiação pelo melhor desempenho e o questionário do estudante), mas de concepção de avaliação muito distintos. A principal diferença é que o PROVÃO era uma avaliação estática, uma prova aplicada ao final do curso, classificando o curso a partir disso, uma avaliação somativa; e o ENADE uma avaliação dinâmica, verificando a evolução do estudante em seu percurso formativo, de caráter formativo.

Mas o SINAES foi se descaracterizando e se tornando um instrumento burocrático e não de reflexão dos atores institucionais, como no PROVÃO o estudante volta a ser o ator principal da qualidade do ensino superior e a avaliação volta a ser concebida como ranqueamento dos cursos e das instituições.

A qualidade de um curso e, por extensão, de uma instituição está dependendo, em grande parte, do desempenho do estudante em uma prova e de sua opinião a respeito de alguns poucos itens, não consideradas as especificidades de cada área, diferenças relativas ao capital intelectual prévio e compromissos e interesses individuais (DIAS SOBRINHO, 2010, p. 216).

Giolo (2008) menciona que o resultado do ENADE não pode ser elemento central do processo avaliativo, com seu resultado influenciando em todos os indicadores de qualidade do ensino superior, pois o exame é apenas uma parte de todo o processo avaliativo.

Dias Sobrinho (2010) relata que a prática de elaboração de *rankings* pelo ENADE, foi criticada na proposta do SINAES, não sendo coerente com o paradigma de avaliação proposto pelo SINAES. A proposta do ENADE não é de classificar as instituições e sim de fornecer elementos para a compreensão do processo formativo dos estudantes tecnicamente e eticamente, assim como sua visão de mundo, sociedade e universidade. Porém, por meio da mídia o ranqueamento das instituições de ensino superior se tornou uma prática inclusive de marketing para angariar novos clientes.

O ENADE vem tendo protagonismo superior às outras duas avaliações do tripé avaliativo do SINAES, Avaliação Institucional e Avaliação de Curso de Graduação, desde 2008, por conta da própria Lei do SINAES incorporar os indicadores de qualidade da educação superior, com a criação do Índice de Diferença de Desempenho (IDD) em 2006 e do

Conceito Preliminar de Curso (CPC) e Índice Geral de Curso (IGC) em 2007. Iniciando a prática de *rankings* pelo próprio MEC, usando como justificativa a indicação dos níveis definidos na Lei, tendo como base o resultado do ENADE do ano anterior. (ASSIS, 2016).

O contrário disso, como o Provão foi praticado e como o ENADE vem funcionando, só contribui para banalizar a Educação Superior, aumentar a expansão das instituições privadas com fins mercadológicos, baixar a qualidade pedagógico-científica e reduzir o compromisso social das IES (DIAS SOBRINHO, 2010).

Fernandes *et al* (2009) descrevem que as limitações do ENADE são as mesmas do PROVÃO: “a) o que é passível de ser medido em uma prova não representa os conhecimentos e as habilidades requeridas para o exercício profissional; e b) a prova é uma medida imperfeita dos objetivos restritos que ela se propõe avaliar” (FERNANDES, *et al*, 2009, p. 7)

2.4.1.5 Resultado da Avaliação – Indicadores de Qualidade da Educação Superior

Para iniciar, cabe destacar que os resultados da avaliação institucional e de curso (externas) quando forem insatisfatórios a IES terá que firmar um protocolo de compromisso para efetiva melhoria, com diagnóstico das condições institucionais, o estabelecimento de ações sanadoras frente às fragilidades detectadas, com prazos e metas determinados para o seu atingimento e a criação de uma comissão interna de acompanhamento deste protocolo de compromisso. Sendo que o descumprimento do protocolo de compromisso implicará em penalidades de suspensão de processo seletivo, cassação do funcionamento da instituição ou reconhecimento do curso, advertência, suspensão ou perda do mandato do dirigente responsável pelas ações não executadas (BRASIL, 2004d). Sendo que o MEC divulgará o resultado da avaliação das instituições de ensino superior e de cursos.

Dos processos regulatórios da avaliação do ensino superior, atos de autorização, reconhecimento de cursos, credenciamento de instituições e suas renovações, geram-se indicadores de qualidade da educação superior. Estes indicadores servem para estabelecer um panorama da qualidade institucional da educação superior e dos cursos de graduação, podendo ser utilizados pelas instituições para auxiliar em sua eficácia, na efetividade acadêmica e social e para auxiliar na elaboração de políticas públicas e também para que a comunidade externa tenha conhecimento da realidade das IES.

Em termos regulatórios os resultados da avaliação institucional permitem o estabelecimento dos atos autorizativos (para o credenciamento institucional e reconhecimento

de curso) e regulatórios (para a renovação do credenciamento institucional e renovação do reconhecimento de curso).

Fernandes *et al* (2009) informam que há exigência da sociedade por qualidade do ensino superior e que os indicadores de qualidade respondem a essa necessidade, pelo menos em termos de regulação, em estabelecer um padrão mínimo de qualidade. Indica também que a comparação das instituições por meio dos indicadores de qualidade tem sua positividade na tomada de decisões, mas que ainda assim não são insuficientes.

O documento Resultado do IDD (INEP/MEC, 2019), alude que não é possível um único indicador ser capaz de todos os objetivos de um amplo processo avaliativo, mas que se justifica a aplicação dos indicadores por que “distintos aspectos das informações do ENADE podem gerar diversos indicadores e diferentes combinações de indicadores” (INEP/MEC, 2019, p.1), os quais interessam a distintos públicos. Também se justifica pela necessidade de atendimento de padrões internacionais de produção de indicadores de qualidade de educação superior (FERNANDES *et al*, 2017).

Os insumos para o cálculo dos indicadores de qualidade da educação Superior são baseados no ENADE e outros dados:

I - Exame Nacional de Desempenho dos Estudantes - ENADE: desempenho dos estudantes e respostas ao Questionário do Estudante (percepção dos discentes sobre as condições oferecidas para o processo formativo);

II - Exame Nacional do Ensino Médio - Enem: desempenho dos estudantes;

III - Censo da Educação Superior: informações sobre o corpo docente e número de matrículas na graduação; e

IV - Avaliação dos programas de pós-graduação *stricto sensu* da Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior - Capes: conceito(s) e número de matrículas do(s) programa(s) (BRASIL, 2018).

Os principais índices dos indicadores são: o Índice Geral de Cursos Avaliados da Instituição (IGC), o Conceito Preliminar de Curso (CPC), o Indicador de Diferença entre os Desempenhos Observado e Esperado (IDD) e o Conceito ENADE.

Os conceitos são expressos em uma escala de 1 (um) a 5 (cinco) em cada uma das dimensões/eixos e no conjunto das dimensões/eixos avaliados, sendo que os níveis iguais ou superiores a 3 (três) indicam qualidade satisfatória (BRASIL, 2004d).

Quadro 5 – Conceito dos Indicadores de Qualidade do Ensino Superior.

Índice	Conceito e Cálculo
IGC	<p>É um indicador de qualidade que avalia as Instituições de Educação Superior. Seu cálculo é realizado anualmente, mas sua divulgação refere-se a um triênio, e leva em conta os seguintes aspectos:</p> <ul style="list-style-type: none"> • média dos CPCs do último triênio, relativos aos cursos avaliados da instituição, ponderada pelo número de matrículas em cada um dos cursos computados; • média dos conceitos de avaliação dos programas de pós-graduação stricto sensu atribuídos pela CAPES na última avaliação trienal disponível, convertida para escala compatível e ponderada pelo número de matrículas em cada um dos programas de pós-graduação correspondentes; • distribuição dos estudantes entre os diferentes níveis de ensino, graduação ou pós-graduação stricto sensu, excluindo as informações do item II para as instituições que não oferecerem pós-graduação stricto sensu.
CPC	<p>O Conceito Preliminar de Curso (CPC) é um indicador de qualidade que avalia os cursos de graduação e tem relação direta com o Ciclo Avaliativo do ENADE. Seu cálculo e divulgação ocorrem no ano seguinte ao da realização do Enade, com base na avaliação de desempenho de estudantes, no valor agregado pelo processo formativo e em insumos referentes às condições de oferta (corpo docente, infraestrutura e recursos didático-pedagógicos), conforme orientação técnica aprovada pela Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior (CONAES). É preciso ter o mínimo de dois estudantes para que o cálculo seja realizado e os dados do CPC subsidiam os atos de renovação de reconhecimento de cursos de graduação. Assim, os cursos com CPC igual ou superior a 3 (três) não necessitam realizar avaliação externa (<i>in loco</i>), sendo opcional ao curso com conceito 3 e dispensado se o conceito for superior.</p>

Continua

Quadro 5 – Conceito dos Indicadores de Qualidade do Ensino Superior.

Índice	Conceito e Cálculo
IDD	<p>O IDD é um indicador de qualidade que busca mensurar o valor agregado pelo curso ao desenvolvimento dos estudantes concluintes, considerando seus desempenhos no Enade e no Enem, como medida <i>proxy</i> (aproximação) das suas características de desenvolvimento ao ingressar no curso de graduação avaliado. Tem relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade, sendo os cursos avaliados segundo as áreas de avaliação a ele vinculadas. E desde 2014, o cálculo do IDD ocorre para cada indivíduo que tenha participado do Enade e do Enem, recuperando-se os resultados do mesmo estudante nos dois exames a partir do número do CPF. Para que um curso tenha o IDD calculado, é preciso que ele atenda às seguintes condições:</p> <ul style="list-style-type: none"> • Possuir no mínimo 2 (dois) estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem no período entre o ano de ingresso no curso avaliado e os 3 (três) anos anteriores; • Atingir 20% (vinte por cento) do total de estudantes concluintes participantes do Enade com dados recuperados da base de dados do Enem.
Conceito ENADE	<p>O Conceito Enade é um indicador de qualidade que avalia os cursos por intermédio do desempenho dos estudantes no Enade. Seu cálculo e</p>

	<p>divulgação ocorrem anualmente para os cursos com pelo menos dois estudantes concluintes participantes do Exame.</p> <p>O Conceito Enade mantém relação direta com o Ciclo Avaliativo do Enade, sendo os cursos avaliados segundo as áreas de avaliação a ele vinculadas. A partir da edição de 2015, o cálculo do Conceito Enade passou a ser realizado por curso de graduação, identificado pelo código do curso constante no Sistema e-MEC, conforme enquadramento realizado pela IES no Sistema Enade.</p>
--	--

Fonte: elaborado pela autora (2019), baseado em Aoki (2017).

Giolo (2008) lamenta a instituição dos índices, principalmente por que quase que totalmente depende de apenas um dos instrumentos avaliativos do SINAES, o ENADE, para a atribuição de conceitos que geram os indicadores mencionados. A Lei não previa a instituição de indicadores de qualidade e não submetia o processo avaliativo a apenas uma das três dimensões avaliativas. Bittencourt *et al* (2009) defende a utilização dos indicadores e do uso do resultado do ENADE em sua composição, por apresentarem informações que podem ser valiosas para as IES e por não acreditar ser possível verificar o nível de aprendizado dos estudantes sem a realização de prova de grande escala. Já Horta (2011) apresenta uma grande crítica sobre o cálculo composto dos indicadores usados pelo MEC, pois desconsideram as especificidades e diferenças entre instituições públicas e privadas.

Deste modo, Giolo (2008) reforça que sem buscar estabelecer o mérito dos indicadores, estes não podem resultar em qualificação da educação superior, por estes três motivos em específico:

(a) os cursos e instituições considerados de bom nível, ficando isentos da visita *in loco*, tenderão a acomodar-se no respectivo status quo; (b) não há nada que seja bom e que não possa, ainda assim, melhorar sob o impacto de estímulos e orientações adequados, e isso vale para os cursos de boa qualidade quando submetidos às visitas *in loco*; (c) a presença dos bons cursos e boas instituições na rede de ensino-aprendizagem que se criou em torno do banco de avaliadores é decisiva para o amadurecimento do sistema de educação superior (GIOLO, 2008, p. 855).

Giolo (2008) compreende que uma justificativa para que o MEC realize o ranqueamento das instituições tem relação com a não realização da avaliação *in loco*, que consiste em um processo complexo e muito mais demorado, assim, seria uma solução simples para o atraso da concessão dos atos regulatórios: autorização, credenciamento e reconhecimento institucional e reconhecimento e renovação de reconhecimento de cursos. Além é claro das altas despesas com a avaliação *in loco*, seja em questão de logística ou mesmo de avaliadores capacitados ou em quantidade suficiente.

Fernandes *et al* (2017) em seu estudo esclarecem que o problema não está em estabelecer indicadores de qualidade da educação superior e sim na finalidade de seu uso, que não sejam para o ranqueamento institucional. Inclusive recomenda a implantação de mais e novos indicadores, capazes de superarem a visão de educação tradicional e eletista voltada para mercado, mas uma educação como bem público.

Nessa compreensão, a crítica ao uso de indicadores no formato de ranqueamento e competitividade entre as IES, passa a dar lugar ao uso de informações específicas e valorizadas na construção e reconstrução dos projetos pedagógicos dos cursos, dos Planos de Desenvolvimento Institucional das IES, no Plano Nacional de Educação e nos Planos de Governo (FERNANDES *et al*, 2017, p. 14).

2.5 AVALIAÇÃO DE CURSO INTERNA

Quando se trata da avaliação institucional é preciso pensar que se está colocando o processo de avaliar em destaque, lugar de valorização, como ferramenta que gera conhecimentos que auxiliam a eleger, a melhorar as ações institucionais e a envolver a comunidade acadêmica no compromisso pela construção institucional. Por levar à autorreflexão e diálogo com autonomia e participação supera a visão construída historicamente de avaliação autoritária e punitiva para livre avaliação (SOUSA; MARCONDES, 2005).

Como visto anteriormente, a autoavaliação institucional é parte da proposta de avaliação do SINAES, é realizado pela Comissão Própria de Avaliação (CPA), tem como objetivo incentivar a formação de uma cultura de avaliação interna e auxiliar que as “IES gerem, de forma sistemática e contínua, informações quantitativas e qualitativas que permitam nortear seu planejamento PDI, suas políticas e projetos, bem como sirvam de referência nos processos de Avaliação Institucional Externa” (FURB, 2019). Como processo de autoconhecimento contribui “para o acompanhamento das atividades de gestão, ensino, pesquisa e extensão, garantindo espaço à crítica e ao contraditório, oferecendo subsídios para a tomada de decisão, o redirecionamento das ações, a otimização dos processos e a excelência dos resultados” (IFC, 2014).

A avaliação interna é compreendida como função estratégica, diagnóstica e formativa, capaz de emitir juízo de valor sobre a instituição, auxiliando as IES na tomada de decisões, assim, “os processos internos de avaliação - autoavaliação institucional e avaliação de curso - contribuem para a identificação e reflexão da realidade institucional e de seus

cursos e permitem a correção de desvios e o aperfeiçoamento do ensino superior” (UFSC, 2019).

A autoavaliação institucional, de modo geral, é composta de dois processos: a avaliação institucional interna e a avaliação de curso. A avaliação institucional segue as recomendações da normativa estabelecida na Nota Técnica nº 65, de 09 de outubro de 2014, que discorre sobre um roteiro para o relatório de autoavaliação institucional, que serve de base para a avaliação externa, sendo de modo integral elaborado trienalmente e de modo parcial anualmente, segundo os eixos avaliados no período.

Já a avaliação de curso é realizada com autonomia e respeito à identidade institucional, “promovido pela comunidade acadêmica segundo seus conceitos, seu ritmo, suas finalidades e suas regras” (LEITE, 2006, p. 466). Deste modo, em termos de princípios segue as concepções apresentadas nos documentos do SINAES e apresentados no Capítulo sobre a Avaliação Interna, mas em termos operacionais não há um roteiro norteador, que defina os critérios, métodos, objetivos e instrumentos de aplicação desta avaliação.

A avaliação de curso interna ocorre de modo permanente, em periodicidade definida pela instituição e de modo intercalado com a avaliação interna institucional. É realizada por docentes e discentes, tendo como objetivo verificar o curso, ou seja, seus estudantes, suas disciplinas, docentes, a organização didático-pedagógica e infraestrutura, como laboratórios, salas de aula, biblioteca, acervos, acessibilidade física e social.

Deve ser um processo participativo tanto em sua elaboração, divulgação, análise e na consulta como respondente para que seus resultados sejam confiáveis e relevantes – “É somente por intermédio da participação da comunidade universitária que ocorre a materialização das avaliações e a configuração de resultados mais confiáveis” (UFSC, 2019). Também deve ser global e abranger a instituição como um todo de modo articulado a missão da instituição, por isso se dá ênfase a fase de sensibilização, como busca do envolvimento de todos os sujeitos em todas as etapas da autoavaliação (SOUSA; MARCONDES, 2005).

O processo avaliativo, seja interno ou externo, não é neutro, é cheio de sentidos “que se integram, tangenciam e por vezes se contrapõem” (SOUSA; MARCONDES, 2005, p.26). Os grupos envolvidos no processo de autoavaliação dialogam e discutem sobre as perguntas fundamentais da avaliação: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? Mas não sem contradições e disputas de poder e ideologias, como diz Dias Sobrinho (2003) convive-se com a heterogeneidade de sentidos atribuídos pelos sujeitos às práticas cotidianas revestidas de particulares concepções, opiniões, expectativas, crenças e valores.

Assim, para que se efetive a participação e a avaliação não seja apenas de faz de conta e uma ação burocrática de atendimento legal, como afirma Sousa e Marcondes (2005), é necessário promover um espaço de abertura ao diálogo, com abertura para questionamentos a fim de se chegar a consensos. As autoras constataam que em muitos projetos de avaliação as instituições promovem inicialmente os processos de sensibilização, mas que o dia a dia institucional trazem um enfraquecimento do debate, centralizando as decisões apenas a CPA e por vezes, transformando a avaliação somente em instrumento técnico e instrumental, não mais diagnóstico e de auxílio nas decisões do curso ou da instituição.

Deste modo, pensar em encaminhamentos para solucionar o problema de sensibilização e participação é crucial para a autoavaliação de curso. São os atores envolvidos no curso que podem responder as perguntas essenciais da avaliação (Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar?), sem o seu envolvimento corre-se o risco de enfraquecer o valor deste processo avaliativo, no uso dos resultados das avaliações na gestão do curso e na melhoria da oferta do curso.

Santos (2018) apresenta os requisitos básicos para implementação da avaliação interna participativa: a formação da Comissão Própria de Avaliação – CPA; a participação de todos os segmentos da instituição nesta Comissão; o compromisso explícito por parte dos dirigentes das IES em manter um programa de autoavaliação. E Sousa e Marcondes (2005) sugerem a participação de um avaliador externo como um parceiro no processo de autoavaliação para colaborar na elaboração e auxiliar a questionar os encaminhamentos do projeto de avaliação interna.

Cunha (2010) em sua tese relata a experiência de avaliação de curso, do período do PAIUB, como um avaliar e corrigir na ação, planejada, elaborada e implementada pelo próprio curso, mas sem se desarticular da autoavaliação institucional, entendendo que a coordenação do curso poderia ser o meio de articulação entre os processos avaliativos e a utilização de seus resultados na implementação de melhorias do curso, reduzindo o caráter técnico e legal da avaliação “ao permitir a reflexão e o diálogo sobre a metodologia, os instrumentos e os resultados obtidos” (CUNHA, 2010, p. 61).

Já Santos (2018) descreve que a falta de bibliografias que orientem a autoavaliação de cursos de graduação, assim como a lacuna que a legislação apresenta nesta etapa avaliativa, ocasiona o uso das orientações para avaliação externa, inclusive do instrumento de avaliação externa como ferramenta possível para a sua operacionalização.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

Tendo em vista o problema desta pesquisa, que consiste em quais as diretrizes de aplicabilidade da Autoavaliação Institucional na gestão dos cursos de graduação, busca-se possibilidades de solução por meio da seguinte metodologia:

Quadro 6 – Metodologia definida para a pesquisa.

ASPECTO DA METODOLOGIA	ESPECIFICAÇÃO
Natureza da Pesquisa	Aplicada
Caracterização da Pesquisa	A abordagem é qualitativa e quantitativa
Delineamento da Pesquisa	QUANTO AOS FINS Descritiva
	QUANTO AOS MEIOS Bibliográfica, Documental e Estudo de Caso
Delimitação da Pesquisa	SUJEITOS DA PESQUISA equipe da COAI (3), Presidentes das CSAs (12), Presidentes dos NDEs (40) e Diretores de Ensino (12).
Técnicas e Instrumentos de Coleta de Dados	PRIMÁRIOS Questionário e Entrevista
	SECUNDÁRIOS Documentos e fontes bibliográficas
Técnicas e Instrumentos de Análise de Dados	Análise interpretativa e triangulação

Fonte: elaborado pela autora (2019).

3.1 CARACTERIZAÇÃO DA PESQUISA

Dentre os estudos sobre metodologia da pesquisa há o que classifica a metodologia quanto a sua natureza, sua abordagem, seus objetivos e seus procedimentos (GERHARDT; SILVEIRA, 2009).

Esta pesquisa se caracterizou quanto a sua natureza como aplicada, que se concentra em problemas reais, presentes nas instituições (GERHARDT; SILVEIRA, 2009), neste caso, diagnosticou como são utilizados os resultados das avaliações institucionais e autoavaliação de curso na formulação dos planos de ações dos cursos.

A abordagem adotada foi quantitativa e qualitativa, o método quantitativo se caracteriza por aplicar um instrumento de coleta de quantificação e analisar os dados coletados de modo estatístico (LAKATOS; MARCONI, 2011). No caso desta pesquisa consistiu na aplicação de um questionário com diversas questões objetivas e poucas questões abertas para identificar associações e explicações das variáveis definidas entre os participantes, que são os Diretores de Ensino e Presidentes dos NDEs (Chefes de Departamento). Já a pesquisa qualitativa compreende, conforme define Godoy (1995), em obter dados descritivos sobre pessoas, lugares e processos por meio da interação do pesquisador com o objeto de pesquisa, buscando entender os fenômenos de acordo com a perspectiva dos sujeitos. Para tanto, primeiramente se contextualizou o sistema de autoavaliação institucional da UDESC e como o processo de autoavaliação de curso está operacionalizado, por meio de pesquisa documental e de entrevista às CSAs e à COAI, sendo que o número de entrevistados foi até atingir sua saturação teórica, que neste caso foi de 1 (uma) entrevista com a COAI e 8 (oito) entrevistas com as CSAs, do total de 12 comissões.

O delineamento da pesquisa, segundo o objetivo do estudo, foi de caráter descritivo, que tem como foco descrever os fatos e fenômenos da realidade de determinada comunidade (TRIVIÑOS, 2012), neste caso buscou compreender o processo de autoavaliação de curso da UDESC. Assim, procurou verificar por meio dos materiais bibliográficos, legislações e documentos institucionais as concepções de avaliação, suas diretrizes e se as ações identificadas no questionário aplicado aos gestores dos cursos (Chefes de Departamento e Diretores de Ensino) constavam nos documentos institucionais (Relatórios, PDI, PAI). E também, identificar as formas de publicização dos resultados da autoavaliação nos documentos institucionais e na entrevista aplicada aos membros das CSAs.

Para cumprir a trajetória da pesquisa foram empregados os procedimentos bibliográficos, documental e de estudo de caso.

Para Lakatos e Marconi (2003) toda pesquisa inicia com levantamento de dados, de variadas fontes, sobre o campo de interesse e é feito de duas formas: pesquisa bibliográfica e documental. A pesquisa bibliográfica consiste na utilização de materiais de pesquisa já elaborados e publicados. Gil (1999) aponta que sua grande vantagem é de ter acesso a um grande número de informações, maior que conseguiria indo a campo. Deste modo, para fundamentar esta pesquisa e orientar a elaboração das questões da entrevista e questionário se utilizou diversos materiais bibliográficos: livros, artigos, dissertações e teses, com destaque para dois autores, José Dias Sobrinho e Dilvo Ristoff. Para complementar a fundamentação se

utilizou da pesquisa documental, que consistiu em realizar a coleta de dados que estão em documentos, sejam escritos ou não. Sendo que nesta pesquisa se utilizou de dois grupos de documentos: os documentos do SINAES que abordam o funcionamento e os procedimentos para implantação do sistema e os documentos institucionais que tratam da avaliação, como o PDI, PPI, PAI e os relatórios de avaliação.

A metodologia de estudo de caso, segundo Yin (2005), “investiga um fenômeno contemporâneo (o caso) em profundidade e em seu contexto de mundo real” (p. 19) e surge da necessidade de compreensão dos fenômenos sociais complexos. Assim, esta pesquisa se propôs a investigar um cenário específico, a Universidade do Estado de Santa Catarina (UDESC), buscando aprofundar o conhecimento sobre a autoavaliação institucional, propondo diretrizes que possam auxiliar na utilização da autoavaliação de cursos na gestão dos cursos.

A seguir apresenta-se o quadro síntese da metodologia aplicada na pesquisa, com suas respectivas categorias e fatores de análise:

Quadro 7 – categorias e respectivos fatores de análise em relação a cada um dos objetivos específicos da pesquisa.

Objetivos específicos	Categoria de análise	Fatores de análise	Instrumento de coleta de dados
Descrever o processo de autoavaliação institucional da UDESC	Autoavaliação institucional (foco na avaliação de curso)	Operacionalização da avaliação interna: Procedimentos, metodologias, objetivos e política institucional de avaliação.	Pesquisa documental (PAI, PDI, PPI, Relatórios de Avaliação) e entrevista semiestruturada às CSAs e à COAI.

Continua

Quadro 7 – categorias e respectivos fatores de análise em relação a cada um dos objetivos específicos da pesquisa.

Objetivos específicos	Categoria de análise	Fatores de análise	Instrumento de coleta de dados
Identificar as formas de publicização dos resultados da autoavaliação	Divulgação do resultado da autoavaliação de curso	Quais os meios de divulgação, o quanto atinge do público alvo e o quanto fornece conhecimento.	Pesquisa bibliográfica (para descrever como se dá o processo de divulgação da autoavaliação) Documental (Relatórios e demais documentos institucionais),

			entrevista às CSAs e COAI.
Analisar como são utilizados os resultados da autoavaliação de curso pelos gestores de cursos de graduação	Usos do resultado da autoavaliação de curso na gestão dos cursos	Verificar a aplicabilidade dos resultados da autoavaliação de curso na gestão dos mesmos	Questionário aplicado aos gestores dos cursos (Chefes de Departamento e Diretores de Ensino) e entrevista semiestruturada aplicada às CSAs e COAI.

Fonte: Elaborado pela autora (2019).

3.2 DELIMITAÇÃO DO UNIVERSO DA PESQUISA

Quadro 8 – Delimitação da Pesquisa e plano de coleta de dados.

Instrumento	Sujeitos (12 Centros da UDESC)	Plano de coleta dos dados Primários
Questionário	Gestores: <ul style="list-style-type: none"> • Chefes de Departamento (40 sujeitos) • Diretores de Ensino (12 sujeitos) 	Todos os Chefes de Departamento, que também são Presidentes do Núcleo Docente Estruturante (NDE)/Coordenador de Curso – para verificar como são analisados e utilizados os resultados da autoavaliação de curso na gestão dos cursos; Todos os Diretores de Ensino – para saber como o resultado da autoavaliação de curso contribui na elaboração do plano de ação do Centro.
Entrevista	<ul style="list-style-type: none"> • Equipe da COAI (1) • Um membro de cada CSA (12) 	Equipe da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), que é composta por três membros – para verificação do funcionamento da autoavaliação institucional; Um membro de cada uma das Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) – para compreensão do planejamento, aplicabilidade, publicização e uso dos resultados da autoavaliação de curso, são 12 sujeitos, mas a entrevista foi aplicada até a sua saturação teórica, que corresponde a 8 entrevistados.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

O público alvo da pesquisa são os 12 Centros de Ensino da UDESC e totaliza 65 sujeitos, sendo os Diretores de Ensino, os Chefes de Departamento, a equipe da COAI e um membro de cada CSA presentes nos 12 Centros de Ensino. A escolha destes sujeitos está relacionada a serem os responsáveis pela coordenação e planejamento da avaliação institucional e por serem os responsáveis pela gestão dos cursos de graduação. O processo de autoavaliação institucional envolve também os estudantes e comunidade externa, mas estes

foram excluídos da pesquisa, principalmente devido não estarem envolvidos no processo de gestão dos cursos.

Os instrumentos de coleta de dados escolhidos foram o questionário (Apêndice B) e a entrevista semiestruturada (Apêndice E). O questionário é o instrumento elaborado a partir de diversas perguntas ordenadas, deve ser respondido por escrito e sem a presença do entrevistador, sendo que as questões vão acompanhadas de uma carta explicativa a respeito da pesquisa (LAKATOS; MARCONI, 2003).

Optou-se por aplicar aos gestores por ter a vantagem de ser respondido em qualquer momento que tenham disponibilidade e também devido à grande quantidade de sujeitos, 52 pessoas. As questões foram elaboradas no google forms e construídas a partir da escala Likert de cinco pontos, sendo: (1) discordo totalmente, (2) discordo parcialmente, (3) nem discordo e nem concordo, (4) concordo parcialmente e (5) concordo totalmente.

O questionário aplicado aos Diretores de Ensino tem 9 questões objetivas e 3 questões abertas e o questionário aplicado aos Chefes de Departamento possui 12 questões objetivas e 4 questões abertas. O tempo estimado para participação da pesquisa foi de 10 minutos. Foi enviado por e-mail, o qual constava de uma curta explicação da pesquisa e um link que dava acesso ao formulário do google forms. Ao abrir o link o participante tinha acesso ao termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice A) e somente seguia para as perguntas de pesquisa após dar o consentimento. Deste modo, a pesquisa teve o consentimento do termo de todos os respondentes, sendo 7 Diretores de Ensino e 22 Chefes de Departamento. Quanto aos demais diretores de ensino (5) e chefes de departamento (18) foi reenviado o questionário convidando para participar da pesquisa, mas não deram retorno.

A entrevista semiestruturada é aquela com questões iniciais que partem da fundamentação teórica e que fornecem novos questionamentos a partir das respostas dos entrevistados, sendo que estes ao serem incitados pelos questionamentos estruturados vão participando da elaboração da entrevista (TRIVIÑOS, 2012).

As entrevistas foram agendadas via telefone com a COAI e com as CSAs e no contato era feita uma pequena apresentação da pesquisa, informando a duração e confirmando o local e horário da mesma, sendo que quando o sujeito de pesquisa era de fora de Florianópolis se realizava por vídeo, via telefone ou vídeo conferência.

No momento da entrevista era feita a apresentação do pesquisador, da pesquisa e os procedimentos da entrevista, também era entregue o termo de consentimento livre e esclarecido (Apêndice D) e o termo de consentimento para gravação da entrevista (Apêndice C). Sendo que para os participantes de fora de Florianópolis os termos foram enviados por e-

mail, via formulário no google forms. Todos os participantes assinaram o termo de consentimento livre e esclarecido e dois participantes não aceitaram a gravação da entrevista, sendo então feitas anotações pela pesquisadora.

A entrevista aplicada à equipe da COAI tem 10 questões abertas e a aplicada aos membros das CSAs tem 13 perguntas, a duração da entrevista variou entre 30 minutos a 1 hora e obteve resposta da equipe da COAI e dos membros das CSAs até a sua saturação teórica, sendo 8 respostas.

3.3 PLANO DE ANÁLISE DE DADOS

Para a análise dos dados extraídos dos materiais bibliográficos, entrevistas e questionários, foi aplicada a técnica de análise interpretativa e triangulação.

A triangulação, segundo Vergara (2005), é uma técnica de pesquisa que utiliza diversos métodos para investigar um mesmo fenômeno e pode ser classificada como simultânea e sequencial. Nesta pesquisa foi utilizada a triangulação simultânea, que consiste no uso de dados qualitativos e quantitativos simultaneamente, ou seja, analisou os dados quantitativos coletados do questionário com os gestores e da análise dos dados qualitativos do questionário e da entrevista com a COAI e CSAs. O método foi aplicado a partir de duas perspectivas, como validação do estudo e para a obtenção de novos conhecimentos (VERGARA, 2005).

A análise interpretativa consiste em ir além da análise dos dados coletados, de sua sistematização, busca dar sentido aos dados relacionando-os a conhecimentos já conhecidos, relacionando os dados empíricos com a teoria (GIL, 1999). Assim, se fez a análise estatística do resultado dos questionários e a categorização das entrevistas, para seguir para a triangulação dos dados e sua interpretação.

Vale destacar que a entrevista e o questionário objetivavam coletar dados espontâneos e contingenciais emergentes da prática profissional, o sigilo e o anonimato foram mantidos no decorrer de todo o processo de pesquisa e será mantido em sua publicação, estando de acordo com as recomendações das Resoluções CNS nº 466/12 e 510/20016. Ainda, para esclarecer sobre os objetivos, métodos e compromissos éticos na realização da pesquisa, a mesma foi submetida à análise do Comitê de Ética da UFSC e da UDESC, sob o número de Processo 25598919.4.3001.0118, sendo aprovado pelas duas instituições.

3.4 O CAMPO DE PESQUISA

A Avaliação Institucional na UDESC é regida pelo seu Projeto de Avaliação Institucional (PAI), com vigência 2017-2019, o qual esclarece que por ser uma instituição estadual, não tem a obrigatoriedade de participação no SINAES, mas que optou por participar das discussões sobre o Protocolo de Intenções, que visava estabelecer um regime de colaboração entre o Conselho Nacional de Educação (CNE) e o Conselho Estadual de Educação do Estado de Santa Catarina (CEE-SC). Sendo o CEE o “órgão responsável pela regulação e supervisão das Instituições de Ensino Superior (IES) do Estado de Santa Catarina pertencentes à Associação Catarinense das Fundações Educacionais (ACAFE)” (PAI, 2017, p. 7).

Sendo assim, a UDESC segue as normativas e legislações nacionais em seus processos avaliativos, inclusive seu Projeto de Avaliação Institucional (PAI) está fundamentado na Lei do SINAES (Lei nº 10.861), seguindo o Roteiro de Autoavaliação Institucional elaborado pelo Ministério da Educação (MEC).

O Conselho Estadual de Educação estabelece na Resolução nº 013/2018 CEE-SC as funções de regulação, supervisão e avaliação de instituições de educação superior, ou seja, os processos para o credenciamento ou renovação do credenciamento institucional e para o reconhecimento ou renovação de reconhecimento de curso. Utiliza instrumentos próprios, porém baseado no instrumento de avaliação do SINAES para realização da avaliação institucional externa e da avaliação de curso de graduação externa.

Como descrito em seu Regimento Geral a Universidade do Estado de Santa Catarina, é uma fundação, instituição pública e gratuita, mantida pelo Estado de Santa Catarina. Estruturada na forma *multicampi* de educação superior, está distribuída em 12 (doze) Centros e a Reitoria, em 9 (nove) municípios do Estado presencialmente e em 33 polos a distância. Oferece 53 cursos, destes 4 (quatro) são de Educação a Distância (EaD), tendo em 2019/2 11.511 alunos matriculados distribuídos em seus Campi e polos: Campus I – Florianópolis, Campus II – Joinville e São Bento do Sul, Campus III – Lages, Campus IV – Chapecó e Pinhalzinho, Campus V – Ibirama e Balneário Camboriú, Campus VI – Laguna (UDESC/PROPLAN, 2017).

A avaliação para a UDESC tem como finalidade a regulação, necessária para o credenciamento institucional e o reconhecimento dos cursos de graduação e pós-graduação; e a formação, utilizando os resultados avaliativos para revisão contínua da universidade e melhoria da qualidade das ações institucionais (UDESC, 2020).

Na UDESC o processo avaliativo institucional é gerenciado pela Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI), em colaboração com a Comissão Própria de Avaliação (CPA), criada em 2008, e as Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs), criadas em 2009, presentes nos 12 Centros de Ensino. A COAI foi criada em 2006, instituída no Regimento Geral da UDESC é um órgão suplementar superior vinculado e subordinado ao Reitor, tendo como atribuição maior a coordenação e organização do processo avaliativo internamente (Regimento Geral).

A Resolução nº 065/2018 – CONSUNI trata do funcionamento da Comissão Própria de Avaliação (CPA) e das Comissões Setoriais de Avaliação (CSAs) da UDESC. Sendo que a CPA tem como finalidade “a coordenação, condução e sistematização dos processos de avaliação institucional da UDESC” (Art. 2º) e sua composição é formada pelo coordenador (a) da COAI, sete docentes efetivos, cinco técnicos universitários dos Centros efetivos e três discentes da graduação ou pós-graduação, sorteados das CSAs; mais um técnico universitário da Reitoria efetivo, sorteado entre seus pares, e um representante da sociedade civil organizada, sorteados dos indicados dos conselhos profissionais ou entidades de classe, referentes às áreas dos cursos da UDESC. Todos com seus respectivos suplentes e com a garantia de que haja representação de todos os doze Centros de Ensino da universidade.

Compete à CPA, em articulação com a COAI, coordenar os processos avaliativos da instituição e definir sua organização e planejamento, como definição da política, metodologia, ações de sensibilização da comunidade acadêmica, propor ações formativas e eventos sobre a autoavaliação, divulgar o resultado da autoavaliação institucional e acompanhar as ações propostas e de melhorias indicadas pela avaliação institucional.

As CSAs têm como finalidade o desenvolvimento dos processos de avaliação institucional nos Centros e serão compostas de quatro representantes docentes efetivos, três representantes dos técnicos universitários efetivos, dois do corpo discente tanto da graduação como pós-graduação e um representante da sociedade civil organizada. A indicação dos docentes será feita pelo Chefe de Departamento e a indicação dos técnicos universitários pelos seus pares. Caso não haja indicação a escolha será feita pelo Diretor Geral do Centro. Sendo proibida a participação de qualquer diretor do Centro na composição da CSA ou CPA devido ser um órgão autônomo, democrático e participativo e não um órgão administrativo, porém, deve haver apoio dos gestores para que seja possível a implementação de ações a partir dos resultados da autoavaliação.

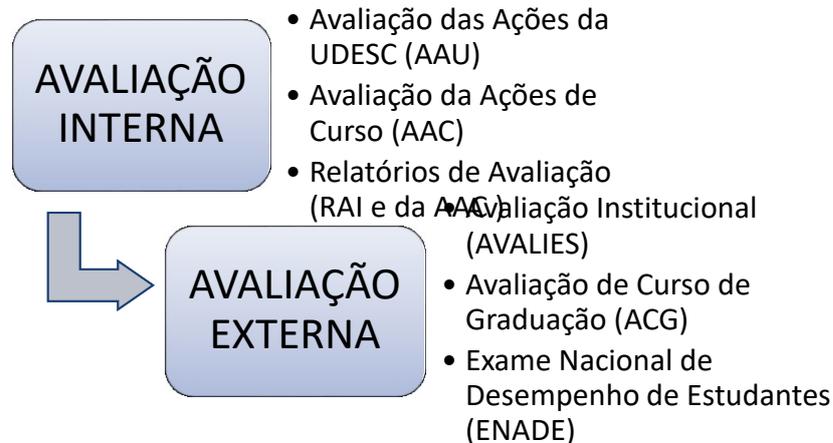
Compete às CSAs em articulação com a CPA e a COAI desenvolver as autoavaliações nos Centros, ou seja, sensibilizar a comunidade universitária para a execução dos processos avaliativos, sistematizar as informações coletadas em articulação com o NDE e direção do Centro e divulgar os resultados, cabendo ao NDE a análise dos resultados e definição de ações de melhoria dos cursos; elaborar relatórios das autoavaliações com base nas análises da comissão e do NDE; realizar eventos para a capacitação das pessoas sobre a avaliação institucional; e acompanhar, junto às direções do Centro, a execução das ações propostas e de melhorias indicadas pela avaliação institucional.

A Resolução nº 65/2018 - CONSUNI determina a alocação de carga horária destinada às atividades da CPA e CSAS para os representantes docentes e os técnicos universitários terão garantida por seus superiores a mesma carga horária definida para os docentes (Art. 7º e 8º), a qual está definida na resolução de ocupação docente vigente (sendo 5 h).

Em termos formativos, ambas as comissões (inciso XV do Art. 17º e inciso VIII do Art. 18º), são responsáveis por realizar capacitações dos seus membros para melhor execução dos processos de avaliação institucional, de planejar e organizar eventos para a divulgação dos resultados da avaliação, assim como gestar as informações colhidas nos relatórios de avaliação.

A avaliação busca obter uma visão geral da instituição a partir de duas perspectivas, a luz da estrutura definida pelo SINAES, ou seja, a avaliação interna e externa. Ambas têm como objeto de análise a instituição, os cursos, os discentes e docentes. Sendo os atores do processo avaliativo toda a comunidade acadêmica, ou seja, professores, estudantes, técnico-universitários e membros da comunidade externa. Para sua aplicação se utiliza de instrumentos e indicadores de avaliação, os instrumentos são questionários, planilhas e relatórios estatísticos e analíticos. Seguindo as dimensões avaliativas definidas pelo SINAES, a metodologia estabelecida na universidade está organizada em:

Figura 4 – Organização da avaliação na UDESC.



Fonte: PAI 2017-2019.

A seguir será apresentado o procedimento da avaliação interna e externa na UDESC, mas com ênfase no processo interno, mas precisamente na Avaliação das Ações do Curso (AAC) que é objeto desta pesquisa.

3.4.1 Autoavaliação ou Avaliação Interna da UDESC

O PAI define que a autoavaliação é um importante instrumento para a tomada de decisão, o qual gera ao fim de seu processo um relatório abrangente e detalhado, que deve ser divulgado a toda a comunidade. “No caso da UDESC este relatório é elaborado trienalmente e denomina-se Relatório de Autoavaliação Institucional (RAI)” (PAI, p.30), realizado a partir da análise dos resultados da autoavaliação, são elaborados pelos Centros, compilados pela COAI e divulgados na página da Avaliação Institucional da universidade.

O processo da autoavaliação na UDESC é realizado seguindo as etapas definidas pelo Roteiro elaborado pelo INEP: Preparação, desenvolvimento e consolidação. Conforme os seguintes passos: sensibilização da comunidade acadêmica para participação do processo avaliativo; aplicação do instrumento de coleta; sistematização das informações coletadas no sistema acadêmico (SIGA); envio da sistematização para os gestores dos cursos de graduação (NDE e Diretor de Ensino) que irão realizar a análise coletivamente dos dados e definir estratégias de ação.

Mesmo que ocorra em etapas, com instrumentos e análises distintas, o processo avaliativo é integrado, sendo que ao final, na consolidação, deverá possibilitar rever o

processo avaliativo interno, sua missão institucional e responsabilidade social, e a proposta de novas políticas institucionais.

O processo de autoavaliação interna na UDESC é composto de dois processos: a Avaliação das Ações da UDESC (AAU) e a Avaliação das Ações do Curso (AAC).

A Avaliação das Ações da UDESC (AAU) ocorre em momentos diversos no decorrer de um triênio, participam os professores, técnicos-administrativo e estudantes, que respondem a um questionário eletrônico disponibilizado no Sistema Acadêmico (SIGA), que objetiva verificar a instituição em sua globalidade. Seu resultado é divulgado em um relatório elaborado pela COAI, com dados quantitativos sobre a participação e média dos conceitos emitidos pelos respondentes (docentes, tutores EaD, discentes, técnicos).

A Avaliação das Ações dos Cursos (AAC) ocorre semestralmente e é aplicada nos cursos presenciais e a distância. Consiste na avaliação dos estudantes sobre o desempenho dos docentes, as disciplinas cursadas e a infraestrutura do curso (a infraestrutura a partir de 2018 passou a ser avaliada anualmente); e a avaliação dos docentes em relação as turmas que ministrou aulas no semestre e a infraestrutura do curso. O instrumento de avaliação foi elaborado a partir do modelo de avaliação de curso externa, organizado em três eixos: organização didático-pedagógica dos cursos e disciplinas (14 questões), corpo docente (10 questões sobre o docente e 7 sobre a turma) e infraestrutura (22 questões).

Como parte do fluxo do processo avaliativo interno, para identificação das fragilidades e potencialidades, a Coordenadoria de Ensino de Graduação (CEG), da Pró-Reitoria de Ensino, elabora anualmente o Mapeamento Pedagógico dos Cursos, que possui informações sobre as fragilidades verificadas no processo de avaliação dos cursos, sendo: dados de identificação; os Conceitos Enade e de Curso (emitido pelo CEE/SC); e o índice de matrícula, retenção e evasão. O objetivo é proporcionar aos NDEs e gestores o acompanhamento dos indicadores de qualidade e do resultado do processo avaliativo externo.

Ao final de cada avaliação as CSAs extraem os relatórios de dados do SIGA, enviam as informações para os NDEs e Diretor de Ensino do Centro. O presidente do NDE, que é o Chefe de Departamento (Coordenador do curso), promove a discussão dos resultados das avaliações, principalmente da AAC por ser semestral, elaborando um relatório analítico do curso, podendo relacionar com os indicadores de avaliação e os demais instrumentos internos e externos de avaliação, inclusive utilizando o Mapeamento Pedagógico do Curso. Portanto, trata-se de uma análise qualitativa do resultado da avaliação, muito importante, mas que ainda não é realizada por todos os cursos. As CSAs também elaboram o Painel UDESC, que é um banco de dados interno, no qual são apresentados tabelas e gráficos com informações sobre a

participação na avaliação e as médias obtidas por cada curso e por Centro, trata-se de uma análise quantitativa dos resultados da autoavaliação. Cabe destacar que as avaliações sobre o desempenho docente são disponibilizadas individualmente, por meio do SIGA, pelo Chefe de Departamento do Curso, que poderá estabelecer um plano de ação para sanar os problemas de professores mal avaliados.

As estratégias de acompanhamento para superação de problemas identificados nos relatórios de avaliação interna buscam estabelecer sintonia com o planejamento, desencadeando ações acadêmico-administrativas viáveis e resolutivas a curto, médio e longo prazo dependendo da natureza das fragilidades identificadas (PAI, p. 31).

3.4.2 Avaliação Externa

É outra dimensão importante do processo avaliativo tanto para a avaliação da instituição, quanto da avaliação dos cursos. É realizada por comissão externa, composta por avaliadores especialistas vinculados ao INEP, definida pelo CEE/SC e possibilita à instituição o autoconhecimento e consequente melhoria de suas atividades, assim como, auxilia na regulação e criação de políticas educacionais. O processo avaliativo é realizado mediante visita *in loco* da comissão avaliativa que irá analisar os documentos institucionais, realizar diálogos com os diferentes segmentos da comunidade acadêmica e verificar a infraestrutura da instituição.

Na visita *in loco* da avaliação institucional, a organização dos documentos a serem disponibilizados aos avaliadores, a montagem do cronograma das visitas e das entrevistas com a comunidade acadêmica é realizada pela COAI e a CPA articuladas com as CSAs, contudo, toda a instituição participa do processo.

O relatório elaborado pela comissão avaliativa contribui para a melhoria das instituições já que fornecem um *feedback* sistematizado sobre a universidade, apresentando considerações sobre a revisão do seu processo de autoavaliação, apontando as potencialidades e fragilidades da instituição e ainda apresentando proposições de melhoramento ou providências que deverão ser tomadas.

Para elaboração do relatório a comissão avaliativa irá gerar o Conceito Institucional (CI) ou o Conceito de Curso (CC) e segue os procedimentos do SINAES, de análise documental, visita *in loco* com entrevistas e verificação da infraestrutura. Considera também a análise do relatório de autoavaliação e de informações adicionais: do Censo da Educação

Superior, do ENADE, da Avaliação das Condições de Ensino, dos documentos de credenciamento e credenciamento da IES, de Relatórios da CAPES, Currículos Lattes e outros considerados pertinentes pela CONAES.

O instrumento de avaliação externa é definido pelo Conselho Estadual de Educação (CEE/SC), porém são construídos de acordo com os eixos e as dimensões estabelecidas pelo SINAES.

Apesar de anualmente ser publicado o IGC da instituição, este indicador de qualidade serve para dar visibilidade da universidade no ranking nacional, mas não renova o credenciamento institucional da UDESC, este processo é realizado de acordo com o cronograma do Conselho Estadual de Educação, sendo que a última avaliação institucional foi em 2016 e a próxima será em 2027.

A Avaliação dos Cursos de Graduação (ACG) consiste na avaliação de curso externa, com a finalidade de reconhecer o curso, caso seja novo, ou renovar o reconhecimento dos cursos em funcionamento. Sua periodicidade está relacionada ao ciclo avaliativo do SINAES, assim, ocorre trienalmente. O processo de avaliação de curso será obrigatoriamente *in loco* para o seu processo de reconhecimento e para renovação de reconhecimento dos cursos que não são avaliados pelo ENADE. Já os cursos que são avaliados pelo ENADE poderão ter sua renovação de reconhecimento com visita *in loco* ou não, a depender do CPC do curso.

O objetivo da avaliação dos cursos de graduação segundo o CEE/SC é “identificar as condições de ensino oferecidas aos estudantes, em especial as relativas ao perfil do corpo docente, às instalações e à organização didático-pedagógica. Para fins de reconhecimento e renovação de reconhecimento, são tomados como critérios as diferentes dimensões constantes nos instrumentos do SINAES” (PAI 2017, p. 33).

Na UDESC o processo de avaliação dos cursos de graduação, com a finalidade de reconhecimento ou renovação de reconhecimento, é coordenado pela Coordenadoria de Ensino de Graduação (CEG) em colaboração com a COAI, a CPA, a CSAs e os gestores dos cursos (Diretores de Ensino e Chefes de Departamentos). Os processos são elaborados internamente com base no instrumento de avaliação utilizado pela comissão de avaliadores, disponibilizado na página do CEE/SC, e encaminhados ao Conselho Estadual de Educação (CEE/SC) para instituição de comissão avaliadora e visita *in loco* ou para a renovação de reconhecimento automático no caso de curso já reconhecido com CPC igual ou superior a 3, conforme estabelecido na Resolução CEE/SC nº 13/2018.

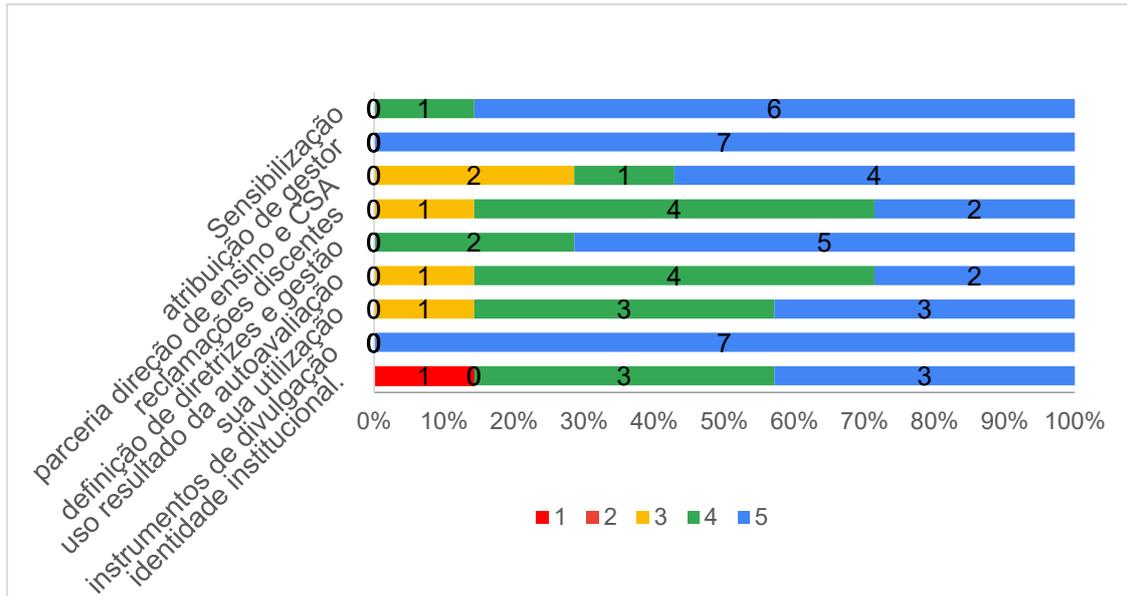
O processo avaliativo é externo, mas está relacionado à avaliação interna, sendo que um dos indicadores do instrumento de avaliação externa é verificar se os estudantes participam e realizam a autoavaliação de seu curso.

O ENADE é outro processo da avaliação externa, realizado pelo INEP e aplicado aos concluintes dos cursos das áreas de conhecimento enquadradas em cada ano, com periodização máxima trienal. Internamente a coordenação do ENADE é da Coordenadoria de Ensino de Graduação (CEG), em parceria com a COAI e CPA, que organizam o Seminário ENADE, no qual orientam e repassam as principais informações estabelecidas no Edital ENADE aos Diretores de Ensino e Chefes de Departamentos, sendo que estes são responsáveis por inscrever os estudantes, verificar os irregulares e responder o questionário do coordenador do curso. O processo também conta com a colaboração da Coordenadoria de Informação e Registro Discente (CIRD) na emissão dos relatórios dos estudantes concluintes que deverão participar do ENADE.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

O questionário aplicado a todos os Diretores de Ensino (Apêndice B) dos 12 Centros que compõem a UDESC teve um retorno de sete (7) respostas, sendo composto por nove (9) perguntas objetivas obrigatórias, em uma escala likert de 5 níveis, sendo o 1 o menor nível e o 5 o mais alto. E três (3) perguntas discursivas optativas, podendo deixar um comentário adicional sobre a avaliação, caso houvesse interesse. Das perguntas objetivas foi criado o gráfico a seguir:

Gráfico 1 – Percepção dos Diretores de Ensino quanto à autoavaliação de curso.



Fonte: dados primários

Quanto às questões abertas, que eram opcionais, teve a participação dos sete respondentes, trazendo grande contribuição, oportunizando o diálogo com as questões quantitativas da pesquisa.

Segundo o gráfico 1, os Diretores de Ensino consideram a avaliação um instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade institucional, tendo somente uma resposta contrária. Como afirma o Respondente D1 a autoavaliação auxilia “na percepção de particularidades do contexto local e na verificação do nível de maturidade e entendimento dos instrumentos institucionais”.

Todos os respondentes afirmam ter conhecimento dos instrumentos de divulgação do resultado de avaliação que a universidade utiliza e que os utilizam na revisão da gestão do Centro, somente um Centro afirmou não utilizar. O Projeto de Avaliação Institucional (PAI) da UDESC indica que a divulgação do resultado da autoavaliação é feito em documentos, como o Painel UDESC, os relatórios e o mapeamento pedagógico, que depois são disponibilizados aos Chefes de Departamento e Diretores de Ensino e publicado na página da Avaliação Institucional da universidade para alcançar toda a comunidade acadêmica.

Quanto ao uso do resultado da autoavaliação na gestão, a maioria (6) respondeu que utiliza parcialmente. Os respondentes afirmam que “é um processo fundamental de ressignificação e controle dos processos de planejamento e atualização de projetos e procedimentos” (Respondente D1); que “direciona as ações, mas que a participação é muito baixa, o que prejudica a amostragem” (Respondente D7); e que se utiliza o resultado

“parcialmente por depender da atitude das chefias de departamento e agilidade da comissão setorial de avaliação em responder com agilidade e efetividade os relatórios avaliativos, é preciso melhorar a sistemática institucional de feedback para a comunidade acadêmica” (Respondente D4).

Assim como todos afirmam que a definição de diretrizes poderia auxiliar no uso do resultado da autoavaliação de curso na gestão. Sendo que atualmente utilizam os resultados da seguinte forma:

- D1 - São utilizados como parte dos insumos que subsidiarão os processos de tomada de decisão e priorização de ações de melhoria contínua.
- D2 - Identificando ações que necessitam de acompanhamento pedagógico, redirecionando projetos e temáticas a serem discutidas, revendo ações não exitosas. Ex.: As discussões apontadas nas autoavaliações têm sido levadas para discussões ampliadas nos Núcleos Docentes Estruturantes (NDEs) para rever turno de funcionamento de curso, número de alunos em situação de abandono e permanência estudantil.
- D3 - Em reuniões de NDEs, Colegiado de Gestão, de Departamentos e de Diretores.
- D4 - Os resultados são utilizados como elementos nas reuniões dos NDE's visando desencadear aprimoramento das práticas pedagógicas e nos PPCs, visto que os maiores desafios são oriundos de temáticas: relacional, cooperação e empatia.
- D5 - No nosso centro a utilização ainda é bastante heterogênea, geralmente fomentada pela direção de ensino. A utilização está baseada principalmente na resolução de problemas.
- D6 - São criadas ações para minimizar os pontos negativos apontados na Avaliação Institucional.
- D7 - Em 2019, no início do semestre, a CSA participou dos momentos de formação continuada previstos no calendário acadêmico da UDESC com o propósito de apresentar e discutir os dados.

Quanto as solicitações dos estudantes feitas na autoavaliação de curso a maioria (6 respondentes) afirmaram discutir e buscar soluções.

Todos os respondentes consideram que a avaliação interna os auxilia em sua função de gestão. Complementando essa informação, o Entrevistado D5 afirma que “a autoavaliação

é uma ferramenta fundamental na gestão de uma IES. Por outro lado, normalmente os agentes envolvidos, em especial professores e gestores costumam demorar algum tempo até se familiarizar com o processo de avaliação e sua utilização para a gestão da universidade”.

A maioria dos Diretores de Ensino (6 respondentes) também afirmam apoiar a CSA, trabalham conjuntamente com a comissão. E a maioria afirmou que apoia o processo de sensibilização para a participação do processo de autoavaliação, somente um afirmou que não.

O questionário aplicado aos Chefes de Departamento (Apêndice B), que exercem a função de coordenação de curso e também de presidente do Núcleo Docente Estruturante (NDE), ao todo 40 sujeitos de pesquisa, teve um retorno de vinte e duas (22) respostas, sendo composto por doze (12) perguntas objetivas obrigatórias, em uma escala likert de 5 níveis, sendo o 1 o menor nível e o 5 o mais alto. E quatro (4) perguntas discursivas optativas, podendo deixar um comentário adicional sobre a avaliação, caso houvesse interesse. Das perguntas objetivas foi criado o gráfico a seguir:

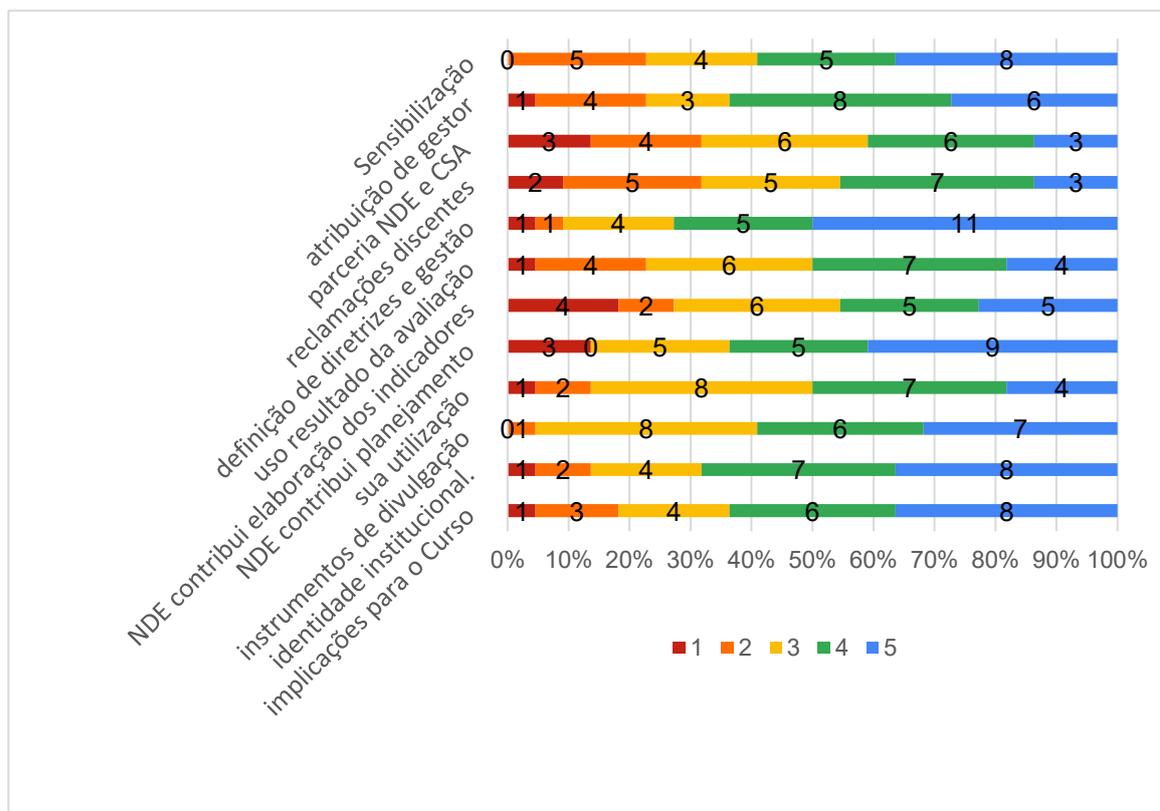


Gráfico 2 – Percepção Chefes de Departamento quanto à autoavaliação de curso.

Fonte: dados primários

Para análise dos dados serão considerados os dados apresentados no gráfico e os dados das questões abertas, que eram opcionais e que tiveram 20 respostas, trazendo grande

contribuição para relacionar as questões quantitativas e qualitativas da pesquisa, conforme segue:

Segundo o Gráfico 2, 14 respondentes consideram que a autoavaliação traz implicações na organização e funcionamento do Curso de Graduação e também serve de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade institucional (15 sujeitos). De acordo com os respondentes a autoavaliação é positiva, pois gera “conhecimento do curso e da universidade para ações de melhoria” (Respondente CD14); “permite o debate e a reflexão que gera nos docentes sobre as melhorias a serem realizadas e o feedback dos alunos sobre o desenvolvimento das atividades pedagógicas como um todo” (Respondente CD12); contudo, alguns indicam que sua estrutura e a baixa participação não permite a utilização efetiva da autoavaliação, como coloca o Respondente CD10, que “seria útil se fosse usado mais amplamente, mas atualmente poucos membros da comunidade universitária o utilizam”.

Oito dos chefes de departamento respondentes afirmam conhecer parcialmente os instrumentos de divulgação dos resultados de avaliação utilizados na instituição e que os utilizam parcialmente na gestão do curso (indicação nível 3). Conforme o Respondente CD3, a avaliação deve ser “utilizada para gerar retornos positivos à comunidade acadêmica, melhorias da infraestrutura tecnológica e nas formas de apoio à permanência e melhorias na didática e na aplicação das práticas pedagógicas, que são duas áreas muito demandadas”.

A maioria (9 respondentes) afirma que o NDE contribui com sugestões para o planejamento da autoavaliação de curso e parcialmente na elaboração dos indicadores que compõe o instrumento de avaliação (6 respondentes). Porém, o Respondente CD3 indica que é necessário repensar o “instrumento de avaliação (questionário) e sua forma de aplicação na UDESC”. E o Respondente D4 diz que “em teoria os instrumentos deveriam substanciar a gestão acadêmica, contudo, instrumentos genéricos usados na avaliação interna carecem de objetividade tanto para questões pedagógicas quanto para as questões estruturais e administrativas. Porquanto, para ser um instrumento estratégico os instrumentos devem estar alinhados com a missão e visão da UDESC”.

Os chefes de departamento utilizam parcialmente os resultados da autoavaliação de curso na gestão (a maioria indica os níveis 3 e 4). O Respondente CD21 afirma que “se utiliza o resultado da autoavaliação mais ou menos: “Acho que o processo de autoavaliação do curso está falho. No início de 2019-1, fiz várias sugestões de indicadores e de formatos que gostaria de receber os relatórios. Já se passaram duas avaliações institucionais e isso não mudou. O desenho e layout dos relatórios não ajudam na tomada de decisão, não são úteis, isso ocorre

com vários deles. Já aponte as fragilidades em retorno para CSA. Mas nada mudou, o que me desmotivou a fazer a avaliação. Além disso, em 2019-1 fiz campanha, incentivei alunos e professores a participarem, obtendo um elevado índice de participação. Mas obtive os relatórios uma semana antes de iniciar a outra avaliação, isso fez com que não incentivasse a participação. Também fiz uma Comunicação Interna à Direção, em decorrência de resultados da avaliação institucional no que concerne à infraestrutura e sugerindo algumas alterações. Já se passaram meses e não obtive retorno. Somente estes fatos ilustram de que houve tentativas para usar a avaliação institucional. No entanto, eles praticamente fracassaram. Assim sendo, dá a sensação que existe por ter. O Departamento buscará outros meios, outras questões com outros formatos para realizar a avaliação do curso e tomar as decisões.” Os respondentes também indicam que não utilizam por que os resultados normalmente não são satisfatórios (Respondente CD1) e a participação é muito pequena (Respondente CD6).

Contudo, muitos afirmam utilizar o resultado da autoavaliação como em “relação aos problemas de ensino, como possibilidade de identificar deficiências de didática e comportamento de docentes permitindo indicar a necessidade de formação e no caso de problemas de infraestrutura, possibilita identificar deficiências de equipamentos em laboratórios, o que gera processo interno de atualização/modernização” (Respondente CD2); também como “apoio à permanência e melhorias na didática e na aplicação das práticas pedagógicas” (Respondente CD3); e para a “melhoria das metodologias de ensino, aprendizagem e avaliação” (Respondente CD14), permitindo “que sejam montadas novas estratégias de ensino e mudanças de conteúdo quando necessárias” (Respondente CD18).

Como exemplificam os Respondentes CD12 e CD22, “recebemos uma nota intermediária dos alunos no item que avaliava as disciplinas optativas que vinham sendo oferecidas, dessa forma, no NDE e na coordenação começamos a repensar estas disciplinas e ofertar outras/novas” (CD12) e como estamos “passando pelo processo de reforma curricular esses dados foram levados em conta na referida reforma” (CD22).

Outros exemplificam a metodologia utilizada em discussão com a gestão, como os respondentes CD13 e CD15, respectivamente: utilizam o resultado da avaliação “mediante interlocuções com as respectivas direções, conversas particulares com professores mencionados e discussões no NDE”. “Primeiro são discutidos no NDE, depois são realizadas reuniões pedagógicas onde os principais problemas abordados pela avaliação são trazidos em pauta e discutidos pela equipe docente. Nessa mesma reunião são definidos encaminhamentos (que podem ser pedagógicos, tecnológicos, metodológicos), que passam a ser implementados

no semestre seguinte. Como a deliberação é sempre coletiva, os pares cumprem o combinado”.

Mais da metade dos respondentes (16) consideram que a proposição de diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação os auxiliaria na gestão (indicam nível 4 e 5). Conforme afirma o Respondente CD2 “há que se fazer um trabalho de base para buscar agregar uma maior fatia de participação dos discentes no processo de avaliação. Muitos não o fazem, pois, não enxergam atitudes efetivas e eficazes por parte dos gestores, baseados nas avaliações. Para os discentes, muitas vezes o sistema demonstra corporativismo, posto que o fluxo de ações ou não acontece ou quando acontece não é no ritmo e na proporção adequada para a solução do problema.”

Quanto às solicitações e opinião dos estudantes na autoavaliação a maioria (7 sujeitos indicam nível 4) discute e pensa soluções a respeito. Como os Respondentes CD13 e CD15 afirmam, que “utiliza as contribuições dos estudantes com relação à didática dos professores e à infraestrutura do curso” e que “a partir dos resultados da avaliação são realizadas reuniões pedagógicas com os professores para encaminhamento coletivo das demandas apresentadas pelos estudantes”. Porém, o Respondente CD19 diz que “infelizmente, a avaliação interna ainda tem pouco impacto na realidade do curso, sobretudo pela baixa adesão dos sujeitos envolvidos na prática. O uso do SIGA faz com os alunos se desmotivem a avaliar, pois a avaliação por disciplina, na opinião deles, é excessiva. Isso gera um ciclo ruim no qual os resultados não representam a realidade, portanto, não são usados e se não são usados não estimulam que a próxima avaliação seja estimulante”.

Os respondentes afirmam que o NDE apoia parcialmente a CSA no desenvolvimento da autoavaliação do Curso (12 respondentes que indicaram níveis 3 e 4) e que a maioria apoia no processo de sensibilização para a participação do processo de autoavaliação (13 respondentes indicam níveis 4 e 5). Como complementa o Respondente CD17, “a comissão de avaliação deveria ser mais atuante junto ao chefe de departamento, para que este junto ao NDE discutisse e tomasse as providências para melhoria”.

A maioria (14) dos respondentes afirma que a avaliação interna os auxilia em sua função de gestão, “posto que apresenta uma visão abrangente sobre a organização do curso, salientando as deficiências no ensino e a identificação de gargalos da infraestrutura para atender às demandas em ensino/pesquisa/extensão” (Respondente CD2); contudo, “a pouca divulgação das informações impede uma ação mais eficaz” (Respondente CD5). Já o Respondente CD10 complementa que “devida a pequena adesão ao sistema de avaliação

institucional, o impacto é também pequeno no planejamento. Nossas avaliações se dão de forma presencial e informal”.

Em síntese, a partir da pesquisa realizada com os gestores do ensino de graduação dos Centros e dos gestores dos cursos de graduação se observa que consideram a avaliação um instrumento importante para aumentar o conhecimento institucional e para a gestão. Como afirma Brasil (2004c, p. 88), “a avaliação deve servir de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade e, portanto, as prioridades e potencialidades de cada instituição em particular”.

Os diretores de ensino afirmam que apesar da avaliação ser importante para conhecer a realidade institucional e dos cursos e subsidiar a gestão, os instrumentos usados na avaliação interna carecem de objetividade, deveriam ser alinhados com a missão e visão da UDESC (Respondente D4) e que é necessária a participação da comunidade acadêmica “para o diagnóstico, análise e discussão dos itens do processo avaliativo” (Respondente D7).

Os chefes de departamento também consideram a avaliação importante para o autoconhecimento institucional e a melhoria da qualidade do ensino e da gestão, conforme o Respondente CD17, a avaliação ajuda a “conhecer os pontos que precisam ser melhorados”. No entanto, reconhecem que ainda tem pouco impacto na realidade do curso, por conta da baixa participação os resultados podem não mostrar a realidade e muitas vezes não são utilizados, sendo que sua efetividade está em serem utilizados amplamente pelos cursos.

Tanto os diretores de ensino quanto os chefes de departamento que responderam a pesquisa afirmam conhecer o processo de avaliação, seu procedimento de divulgação e que utilizam o resultado da autoavaliação, parcialmente, para o planejamento e definição de ações de gestão.

Os que utilizam o resultado da autoavaliação informam que usam para identificar fragilidades pedagógicas, docentes ou de infraestrutura; na definição de ações, como revisão do PPC (Projeto Pedagógico de curso); reflexão das metodologias de ensino e atuação docente, propostas de formações, entre outros. Como um bom exemplo de efetividade no uso do resultado da autoavaliação cito o Respondente D7 que diz que “em 2019, no início do semestre, a CSA participou dos momentos de formação continuada previstos no calendário acadêmico da UDESC com o propósito de apresentar e discutir os dados, identificar deficiências pedagógicas, docentes e infraestrutura”. Contudo, há respondentes que dizem não utilizar o resultado da autoavaliação por que o resultado não é satisfatório ou por que a participação é muito baixa, não sendo uma amostragem estatisticamente significativa.

Todos os Diretores de ensino respondentes e mais da metade dos Chefes de Departamento (16 respondentes) acreditam que a definição de diretrizes para o uso do resultado da autoavaliação pode auxiliar a gestão. Pois, como afirma o Respondente D5 “a autoavaliação é uma ferramenta fundamental na gestão de uma IES. Por outro lado, normalmente os agentes envolvidos, em especial professores e gestores costumam demorar algum tempo até se familiarizar com o processo de avaliação e sua utilização para a gestão da universidade”. As diretrizes podem ajudar a dar um norte e clareza ao desenvolvimento do processo de avaliação interna.

Quanto à indicação dos membros docentes que compõe a CSA, alguns NDEs não fazem indicação, pois consideram que a função é do diretor geral, como descrito na Resolução nº 65/2018 – CONSUNI, mas isso somente em situação que não se tenha opção. Os Centros que fazem a indicação têm como critério a disponibilidade, conhecimento e competência na área da avaliação.

Todos os gestores afirmam apoiar a Comissão de Avaliação Setorial (CSA). Os diretores de ensino em sua maioria trabalham conjuntamente com a CSA para dar apoio e credibilidade ao processo avaliativo, buscando reforçar a sensibilização e fazendo discussões dos resultados da autoavaliação. Já os chefes de departamento afirmam que o Núcleo Docente Estruturante (NDE) apoia parcialmente a CSA, que auxiliam no processo de sensibilização e com sugestões para o planejamento da avaliação e dos instrumentos de pesquisa da avaliação.

Quanto a autoavaliação auxiliar na revisão do planejamento estratégico do Centro ou dos Cursos, os diretores afirmam que a avaliação é fundamental para a revisão e o planejamento da gestão. Como explicitado em Brasil (2004b, p. 11) “uma vez concluída a avaliação da instituição em suas etapas interna e externa, compete à instância superior da IES a responsabilidade pela (re)definição e implementação das políticas acadêmicas que o processo avaliativo sugerir”. Entretanto, ainda carece de uma melhor sistemática na divulgação e discussão dos resultados da avaliação e maior participação (Respondente D4).

Todos os diretores afirmam utilizar o resultado da autoavaliação na tomada de decisão, direcionando os planejamentos e discussão no colegiado, em reuniões ou na formação continuada para melhoria do ensino. A maioria dos Chefes de Departamento também considera que sim, pois auxilia no conhecimento das fragilidades e potencialidades dos cursos e direciona as ações, como na revisão do projeto pedagógico ou em melhorias de infraestrutura, mas que ainda é muito pouco utilizado seus resultados na gestão, que o instrumento deve ser revisto e que o resultado deve ser divulgado de modo mais claro e

amplo, inclusive para os gestores (Respondentes CD3 e CD5). Dizem que o resultado da avaliação pode auxiliar se souber utilizar os dados, mas que os relatórios como são construídos não trazem informações pertinentes para o planejamento da gestão e que geralmente não são apresentados e discutidos de modo efetivo, para gerar mudanças ou novos planejamentos.

Entre os comentários deixados pelos respondentes, a respeito da avaliação interna, os gestores consideram que seja importante simplificar o relatório de avaliação; maior sensibilização e conscientização da comunidade acadêmica; repensar o questionário e sua forma de aplicação; e a CSA trabalhar em parceria com os gestores para que as melhorias possam ser efetivadas. Corroborando com essa afirmação, Andriola (2005) indica que para uma Comissão de Avaliação superar seus desafios são necessários quatro elementos: ter apoio dos gestores; ter uma comissão bem preparada, com tempo para maturação; contar com pessoas preparadas, com conhecimento do funcionamento e finalidade da avaliação; e que busque o intercâmbio de experiências na área da avaliação. “Portanto, os gestores e os componentes da CPA deverão submeter-se, com certa frequência, a situações de características marcadamente educativas e formativas” (ANDRIOLA, 2005, p. 69).

Destaca-se a seguir o resultado das entrevistas realizadas na pesquisa.

As entrevistas foram planejadas para serem aplicadas nos doze Centros da UDESC, a um dos membros da Comissão Setorial de Avaliação e à equipe da Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI). Teve um retorno de nove entrevistas, sendo oito Centros de Ensino e a COAI. Os indivíduos entrevistados das CSAs são membros ou foram membros da comissão de avaliação do Centro nos últimos dois anos, assim, as informações têm como referência os anos de 2018 ou 2019. E a equipe da COAI é composta por três pessoas, a coordenadora, que é professora na universidade e duas técnicas administrativas.

A entrevista semiestruturada aplicada aos membros da CSA era composta de treze questões e a realizada com a COAI de dez questões. Optou-se por analisá-las segundo a metodologia interpretativa. As questões aplicadas a CSA foram organizadas em descritores e suas respostas sintetizadas serão apresentadas a seguir dialogando com as respostas da entrevista com a COAI:

Quadro 9 – Potencialidades da autoavaliação.

Potencialidades da avaliação interna	C1, C2, C3 e C6 - compreender a realidade, as dificuldades, e os resultados nos fornecer subsídios para fazer melhorias no ensino aprendizagem e no Centro; C4 - se souber usar os resultados possibilita tanto para a gestão do
--------------------------------------	---

	curso quanto para a CSA a melhoria do curso e da instituição; C5 - melhora o encaminhamento de possíveis ações de melhoria, tanto para disciplinas, matriz curricular, até infraestrutura do Centro. Mas precisa melhorar a participação;
--	--

Continua

Quadro 9 – Potencialidades da autoavaliação.

Potencialidades da avaliação interna	C7 - instrumento que serve para rever e renovar o planejamento estratégico. C8 – são vários, destaco o fato de ser um balizador que permite a manifestação dos segmentos acadêmicos.
--------------------------------------	---

Fonte: dados primários.

Quando perguntado sobre as potencialidades da avaliação interna, assim como os gestores, os membros das CSAs consideram um instrumento para conhecimento da realidade e para rever ou realizar o planejamento do Centro ou Curso, objetivando a melhoria do ensino. A Coordenadoria de Avaliação (COAI) considera que a avaliação interna ajuda principalmente os Diretores de Ensino e Chefes de Departamento a refletir seus Centros e/ou Cursos e redirecionar suas ações, mas também para a COAI e Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas que auxiliem na construção e replanejamento dos cursos de graduação.

Quadro 10 – Fragilidades da autoavaliação.

Fragilidades da avaliação interna	C1, C5 e C6 - consciência da importância da avaliação, conseguir estimular as pessoas a participar - a participação tem baixa amostragem; C2 - o resultado ser aplicável e as pessoas verem a importância do processo avaliativo; C3 - número de questões do instrumento, muito grande; C4 - ser voluntária, desconfiança do processo, os alunos pensam que podem ser identificados e penalizados, problema do Siga que não retira o professor que passou pela disciplina, deveria ser avaliado somente o professor que no momento da avaliação está ministrando a disciplina; C7 - comprometimento dos segmentos envolvidos. C8 – sensibilizar a comunidade acadêmica, adesão dos alunos para refletirem o processo de avaliação.
-----------------------------------	---

Fonte: dados primários.

Quanto às fragilidades, as CSAs indicam que as principais são a falta de consciência sobre a importância da avaliação para a instituição e sua baixa amostragem, que tem relação com o descredito na avaliação. Além disso, indicam alguns pontos técnicos, como o

instrumento de avaliação, o Sistema Acadêmico (SIGA) em que é aplicada a avaliação e também o comprometimento dos segmentos envolvidos na avaliação interna.

A COAI aponta também como maior fragilidade o reconhecimento da importância do processo avaliativo, por isso buscou trabalhar com os envolvidos nos últimos anos, observa que ainda encontram resistências em alguns Centros quanto à participação, tratamento e uso do resultado do processo avaliativo, mas que já melhorou muito. Como visto no último Seminário de Avaliação Institucional (2019), evento anual organizado pela CPA e COAI, tiveram a participação de todos os gestores e as CSAs puderam apresentar as potencialidades e fragilidades apontadas na avaliação de curso e as experiências exitosas realizadas pelas comissões setoriais nas unidades. Indica também como fragilidade a apropriação dos dados e a rotatividade dos membros nas CSAs, “mesmo que tenha definido em Resolução a permanência dos membros para três anos, se troca muito os membros. A ideia é que na próxima gestão da avaliação se comece tudo junto, as novas CSAs e CPA, pra que se tenha uma gestão mais homogênea.”

Como afirma Brasil (2004c) o objetivo da avaliação é verificar as fragilidades e potencialidades institucionais e para além da verificação, identificar as causas dos problemas apontados nas avaliações, buscando compreendê-los e definindo ações e metas para a sua superação.

Quadro 11 – Planejamento da autoavaliação.

Planejamento da autoavaliação no Centro	<p>C1 - sim é feito pela CSA e é feito uma conversa com os NDEs, anda junto a questão da avaliação institucional com as ações e participação dos NDEs;</p> <p>C2 - não</p> <p>C3 - não tem um próprio, de planejamento antes da avaliação é quase nada, uma conversa com a CPA ou COAI com relação a data, o calendário da EaD termina antes do presencial precisam mexer no calendário da avaliação.</p> <p>C4 - no primeiro semestre planejaram uma grande sensibilização, no segundo mantiveram as mesmas estratégias só não foram em sala de aula, achavam que já se tinha a cultura avaliativa, mas não. Tem a ver com o descredito na avaliação, não está institucionalizado como deveria.</p> <p>C6 - somente a disponibilização da pesquisa no SIGA</p> <p>C7 - o planejamento é junto com os gestores e lideranças estudantis. Deveria ser essa a política, mas não se tem claro isso, geralmente os gestores se excluem e a CSA fica amarrada por que ela não irá fazer o trabalho dos chefes ou do NDE. A CSA não tem poder para influenciar. Eu procuro definir com a direção os encaminhamentos, em comum acordo, para ter o amparo e legitimidade deles e depois seguir para os outros seguimentos, o que os presidentes das outras CSAs eu acho que não tem</p>
---	--

	<p>conseguido fazer é envolver a equipe diretiva no que se tem que fazer.</p> <p>C8 – se organizam por adesão, verificando professores que podem auxiliar a CSA na divulgação da avaliação junto aos alunos e os membros da CSA vão onde não tem professores parceiros.</p>
--	---

Fonte: dados primários.

Quanto ao planejamento do processo de autoavaliação, dos oito respondentes das CSAs metade afirmou não ter um planejamento próprio, seguindo as ações definidas pela CPA. Dos que afirmaram realizar o planejamento da avaliação na CSA, um diz que discutiram as ações com os NDEs; outro que trabalham em parceria com o Diretor de Ensino; e o outro que o planejamento é feito juntamente com os gestores e lideranças estudantis, entendem que é preciso o envolvimento dos gestores para ter amparo e legitimidade.

A COAI afirma que pensar na revisão do projeto institucional de avaliação requer principalmente que pensem no processo de sensibilização, querem fortalecer as visitas aos Centros, já fizeram isso com os que convidaram e surtiu efeito, querem expandir e discutir a importância que tem a avaliação, o porquê participar. E também a revisão do fluxo dos relatórios de avaliação, pensar um único relatório como sugerido pela CPA e que seja discutido em conjunto com as CSAs, gestores e NDE. Outra questão é o fortalecimento das CSAs, o resultado da avaliação passa pela análise da comissão para que deem os encaminhamentos, mas não tem força em alguns Centros para a discussão dos dados. Pensam que uma forma de melhorar seria o presidente da CSA ser membro da CPA e assim melhorar a representatividade no Centro. O Centro deve ter como referência a CSA, que é quem articula a avaliação no Centro e não a COAI, que é o órgão gestor da avaliação, por isso é importante seu fortalecimento.

Quadro 12 – Sensibilização da comunidade.

Sensibilização	<p>C1 - Divulgação visual no centro e também chamados por email e facebook. Cada membro do NDE adotava um número de professores para ele trabalhar, para que nenhum professor deixasse de responder e pediam para que ajudassem a divulgar em sala de aula. A CSA ia de sala em sala convidando os alunos para ir para o laboratório de informática participar da avaliação.</p> <p>C2 - Nas mídias digitais, cartazes, conscientização dos Chefes de Departamento, como pauta nas reuniões de colegiado pedindo que divulgassem nas turmas.</p> <p>C3 - mandam email para todos os alunos e professores, colocam</p>
----------------	---

	<p>um banner no AVA, em todas as áreas que entram e também com o tutor de cada polo, mais próximo do aluno, para motivarem a participação. Esse ano teve um colóquio e divulgaram a avaliação no evento.</p> <p>C4 - whatsapp, ir nas salas, cartazes, pedem para os professores falarem em sala, levam os alunos na sala de informática pra dar tempo para fazer a avaliação e fazem campanha com os professores. Percebe que com os estudantes calouros precisa ser feita uma conversa mais de perto, não entendem a avaliação. Os professores substitutos também não sabiam que precisavam participar da avaliação</p>
--	---

Continua

Quadro 12 – Sensibilização da comunidade.

Sensibilização	<p>C5 - Conversam com o pessoal do diretório acadêmico pra que eles enfatizem nas redes sociais a importância de responder a pesquisa e também passam nas salas, enviam email.</p> <p>C6 - Não foram planejadas ações de sensibilização, apenas divulgação do período de avaliação institucional e resultados das avaliações anteriores.</p> <p>C7 - sensibilização dos dirigentes (DG e DE), com os chefes de departamento e com o NDE, e lideranças estudantis.</p> <p>C8 – a sensibilização ocorre a partir do resultado da avaliação anterior, divulgando as medidas tomadas diante dos problemas apresentados na avaliação, tiveram uma maior participação mostrando que utilizam a avaliação para melhoria do curso.</p>
----------------	--

Fonte: dados primários.

Quanto a sensibilização, seis Centros respondentes afirmaram que a sensibilização é mais a divulgação do processo nas mídias sociais e banners. Alguns envolvem professores e NDE e até o diretório acadêmico, como diz o respondente C1: “cada membro do NDE adotava um número de professores para ele trabalhar, para que nenhum professor deixasse de responder e nós da comissão íamos de sala em sala convidávamos os alunos para ir para o laboratório de informática para responder a avaliação. Tiveram uma boa melhora nos números de participantes”.

Afirmam que tem apoio dos gestores, que o Diretor de Ensino e o Chefe de Departamento reforçam a divulgação, mas somente um Centro disse trabalhar a sensibilização primeiramente com os dirigentes, traçam as ações de divulgação da avaliação, aplicação do instrumento, divulgação do resultado e discussão dos resultados com os diretores, chefes de departamento, técnicos e lideranças estudantis.

E como dito anteriormente, a COAI percebe a importância de trabalhar a sensibilização de todos os segmentos, entende que é a forma de aumentar a participação e o uso dos resultados, é preciso que todos se envolvam. As formas que a COAI utiliza para a

sensibilização são os Seminários de Avaliação que ocorrem anualmente, sendo que nesta gestão os eventos focaram os estudantes, em seguida os membros das CSAs e no último os gestores. As visitas externas dos avaliadores externos de certa forma também acabam sendo uma sensibilização, os Cursos olham o que as comissões externas pedem. E as ações de campanha da Secretaria de Comunicação que nesta última elaborou um excelente material de divulgação que foi publicado em diversos meios de comunicação.

Para Andriola (2005) a principal função da comissão de avaliação é a de sensibilizar a comunidade interna para a importância da avaliação institucional, divulgando o funcionamento e resultados da avaliação. Contribuindo para desmistificar a crença da avaliação como ação punitiva e ranqueadora, mas sim uma ação de reflexão com vistas à melhoria institucional.

Quadro 13 – Participação no processo de autoavaliação.

Participação	<p>C1 - os membros da CSA são bem participativos, as reuniões são organizadas para que todos possam participar e sempre tem a presença de todos os segmentos.</p> <p>C2 - Baixo, não se vê a avaliação com algo valorizado, por não entenderem seu valor e benefício. A avaliação não tem credibilidade.</p> <p>C3 - os NDEs são bem participativos, a análise do relatório pelo NDE é recente. O aluno da EaD não é participativo, não tem representante de aluno nos colegiados, nosso aluno precisa ocupar seu espaço, agora que conseguiram um representante discente na CSA. De professores a participação é boa. Sugestão, a gente precisa criar algum mecanismo para que os discentes percebam que eles avaliam e a gente olha isso, pensar num projeto legal de divulgação.</p> <p>C4 - no primeiro semestre com maior sensibilização a participação foi boa, chegaram a 100% em um dos cursos e 80% em outro.</p> <p>C5 - CSA aplica a pesquisa e é feito o levantamento dos dados que passa para os NDEs dos cursos discutirem. Os NDEs fazem reuniões para analisar esses resultados e encontrar lacunas que sugerem melhorias. No início é mais o presidente que entra em contato com os Chefes de Departamento e passam nas salas e também nas reuniões de departamento, orientam os professores pra reforçarem em sala de aula com os alunos e com os próprios docentes para que também respondam a pesquisa. Muitos professores são bem distantes do engajamento em relação ao Centro, não estão muito interessados em contribuir.</p> <p>C6 - Em média o nível é entre 70% e 80%, para professores e alunos.</p> <p>C7 - tem envolvimento com os gestores. Primeiro o presidente da CSA se reúne com a direção geral e de ensino, mais com a de ensino que em conjunto definem os encaminhamentos, depois</p>
--------------	---

	<p>realizam reuniões com os chefes, com lideranças estudantis, com técnicos, com professores para dar feedback. Tudo isso é feito antes.</p> <p>C8 – a participação é muito baixa, o Centro teve uma melhora somente quando ocorreu dos professores convidarem para fazer a avaliação.</p>
--	--

Fonte: dados primários.

A maioria dos Centros afirma que tem participação e envolvimento dos segmentos no processo de avaliação, apenas um afirma que o Centro não participa, não tem credibilidade na avaliação. Mas mesmo a maioria indicando que há participação ela é segmentada, as CSAs aplicam a pesquisa e fazem o levantamento dos dados que são repassados para que os NDEs discutirem e tomarem decisões de melhoria, como está definido em resolução. Apenas um Centro relata que essa participação envolve também os gestores no processo de avaliação interna, indicando que a CSA se reúne primeiramente com os diretores e definem os encaminhamentos da avaliação e em seguida realiza reuniões com os Chefes de Departamento, NDEs, lideranças estudantis e técnicos.

A COAI indica que a avaliação interna cada vez mais tem maior envolvimento da comunidade acadêmica, afirmam que principalmente dos gestores, como visto no último Seminário de Avaliação Institucional que teve a participação dos Diretores de Ensino e Chefes de Departamento, mas que ainda há Centros que apresentam resistência.

Há os que afirmam que a participação na avaliação é baixa por que não se vê sua aplicabilidade, o que se faz com o resultado? Mas é preciso compreender que a responsabilidade do uso do resultado, da análise dos dados, é de todos os envolvidos. Sendo assim, cabe a CSA, em conjunto com a CPA e COAI, mobilizar todos os atores internos para a participação de cada etapa do processo avaliativo. Trata-se de um processo contínuo que exige a sensibilização da comunidade interna em todos os momentos, principalmente mostrando a importância do processo de autoavaliação para a instituição e a publicização dos resultados e das ações definidas para resolução das fragilidades.

Andriola (2005) salienta que é importante promover a consciência institucional para uma maior participação da comunidade e consequente promoção dos princípios da avaliação como atividade participativa e democrática. Para não ser apenas de faz de conta e uma ação burocrática de atendimento legal, como afirma Sousa e Marcondes (2005), é necessário promover um espaço de abertura ao diálogo, com abertura para questionamentos a fim de se chegar a consensos.

A seguir será apresentada a tabela de percentual de participação na autoavaliação da UDESC, sendo que a média institucional, em 2019/2, foi de 40% referente aos discentes e 50% referente aos docentes:

Tabela 1 – Percentual de Participação por Centro de Ensino Participação Discente e Docente.

EAD	2018/2 Discente	2018/2 Docente
CEAD	37,19%	68,38%
ESAG	25,59%	25,59%

Continua

Tabela 1 – Percentual de Participação por Centro de Ensino Participação Discente e Docente.

Discente			Docente		
CENTRO	2019/1	2019/2	CENTRO	2019/1	2019/2
CAV	25,85%	46,93%	CAV	38,16%	54,61%
CCT	19,71%	37,16%	CCT	37,12%	32,16%
CEART	7,27%	27,36%	CEART	7,83%	27,03%
CEAVI	45,12%	43,23%	CEAVI	89,29%	60,00%
CEFID	29,00%	34,92%	CEFID	10,98%	32,38%
CEO	43,86%	54,89%	CEO	86,75%	86,36%
CEPLAN	18,75%	39,74%	CEPLAN	50,00%	42,86%
CERES	20,06%	45,17%	CERES	36,00%	48,98%
CESFI	36,48%	45,16%	CESFI	97,37%	83,78%
ESAG	42,10%	34,30%	ESAG	68,35%	45,68%
FAED	18,75%	36,74%	FAED	30,59%	30,77%

Fonte: site avaliação.

Quadro 14 – Representatividade das CSAs.

Representatividade	<p>C1 - tem sim todos os segmentos</p> <p>C2 - não conseguem, o mais difícil é a representação da comunidade, depois discente e então docente, são poucos que se envolvem e geralmente o professor que aceita é para fechar a carga horária (PTI). Pessoas que tem o perfil, muitas vezes estão sobrecarregadas.</p> <p>Uma sugestão seria montar um curso para instruir os membros das comissões de avaliação sobre o que precisam saber.</p> <p>C3 - A representatividade até tem, mas muita rotatividade, falta tempo para dedicação. Tem muita dificuldade de representatividade dos técnicos. Os alunos agora que irá começar a participação, comunidade externa não tem, a pouco convidaram uma coordenadora de polo e acham que vai funcionar.</p> <p>C4 - não tem representação da comunidade, apesar de ter na Portaria a pessoa nunca vem. Tem representação de todos os cursos, mas ainda considera fraca a participação, os alunos conseguiram agora, já que iniciou esse ano como membra e presidente. A participação e envolvimento nas reuniões são bem</p>
--------------------	--

	<p>difíceis e não dividem as atividades, acaba sobrando muito para o presidente.</p> <p>C5 - tem, mas este ano que assumi acabei não vendo a necessidade de reunir a CSA.</p> <p>C6 - Sim, parcialmente apenas nos períodos de avaliação e resultados, pois os membros executam outras atividades ao longo do ano.</p> <p>C7 - tem a participação de todos os segmentos, tem um calendário de reuniões para fazer discussões, mas seguindo sempre essa lógica (envolver gestão), a direção também participa das reuniões.</p>
--	---

Continua

Quadro 14 – Representatividade das CSAs.

Representatividade	<p>C8 – sim, menos do representante da sociedade civil.</p> <p>Sugestão de dois Centros: ter um espaço da avaliação institucional, uma referência física com a figura de coordenador de avaliação institucional no Centro e atribuir a ele algumas funções, aí se tem uma referência, aí ele tem uma função e carga horária. Teria que ter um técnico específico para auxiliar o presidente, com tempo disponível só para isso ou automatizar os relatórios. Deveria ser vista como uma estrutura de planejamento dentro de cada Centro, deveria envolver a gestão.</p>
--------------------	---

Fonte: dados primários.

Quanto à representatividade seis Centros afirmam que tem representatividade na maioria dos segmentos, alguns com mais dificuldades como o representante da comunidade e o discente, sendo que o professor que participa nem sempre é por perfil ou conhecimento, mas para fechar sua carga horária. Contudo, para além do problema de conseguir ter a representação de todos os segmentos, as comissões apresentam muita rotatividade dos membros e baixa participação dos membros no processo avaliativo do Centro, sobrecarregando o presidente da CSA. Um dos Centros sugere que seja feita formação com os novos membros das comissões e outros dois Centros acreditam que se a avaliação tivesse uma referência física no Centro e um técnico somente para trabalhar com a avaliação melhoraria o processo de avaliação e também poderia ter um coordenador para fazer as discussões com os gestores. Contudo, como visto em outras questões da pesquisa, apresenta-se a importância da própria CSA se empoderar de sua função e proporcionar formação aos seus membros, assim como desenvolver o trabalho em parceria com a gestão. Somente um Centro afirma desenvolver a avaliação em parceria com todos os envolvidos, direções, chefias de

departamento, professores, técnicos e discentes, sendo que elaboram em conjunto um calendário de reuniões para planejamento e discussão dos resultados.

A COAI diz que na Resolução nº 68/20018 - CONSUNI a universidade define que a representatividade é indicação dos pares e no caso de não ter cabe ao Diretor Geral fazê-la. A coordenadoria observa que seria importante uma conversa com os gestores para que compreendessem a importância da indicação dos representantes, buscando indicar membros que tenham conhecimento sobre a avaliação ou apresentem perfil e vontade para trabalhar com a avaliação.

Quadro 15 – Capacitação.

Capacitação	<p>C1 - não tem momentos específicos, são meio que permeados pelas discussões nas reuniões ordinárias, acaba se passando pelas questões o que está dando certo, onde a gente precisa melhorar, qual o nosso papel.</p> <p>C2 - Não há momentos de estudo</p> <p>C3 - não tem formação quando chega na CSA vai descobrindo e aprendendo</p> <p>C4 - não, o que fazem de capacitação é participar do Seminário de Avaliação, reuniram a comissão, alunos, Diretor geral e de Ensino.</p> <p>C5 e C6 - não tem capacitação.</p> <p>C7 - quando eu assumi a CSA a primeira coisa que fiz foi organizar um material e passei uma tarde toda explicando o fluxo, conceito, os eixos orientadores do SINAES, expliquei a nossa Resolução, foi feito todo o esclarecimento para todos os membros da CSA. Pegaram um monte de material da COAI, da CPA que nos auxiliou para fazer a explicação.</p> <p>C8 – não realizam formação e estudo da equipe, somente as reuniões da comissão para discussão do resultado de avaliação.</p> <p>Sugestão: todos deveriam ter esse entendimento, a universidade deveria fazer um encontro para sensibilizar e esclarecer os NDEs e CSAs de todos os Centros num único lugar.</p>
-------------	--

Fonte: dados primários.

Seis CSAs afirmam não realizar momentos de formação específica, fazem algumas discussões em reuniões e participam do Seminário de Avaliação Institucional. Somente um dos respondentes afirmou que realizam formação no Centro com material organizado pela própria CSA em que explicam o fluxo da avaliação, o conceito e os materiais orientadores do SINAES e da universidade.

Em termos de capacitação, a COAI organiza juntamente com a CPA o Seminário de Avaliação Institucional que é para toda a comunidade acadêmica, no último envolveram os gestores, querem continuar organizando o evento e trazendo temas pertinentes para a discussão. E visita aos Centros, que já realizaram aos que solicitaram, fazendo conversas com cada um dos segmentos e buscando fortalecer a avaliação. Veem a avaliação externa como um momento de formação também, pois os avaliadores falam de suas experiências nas instituições que trabalham e os Centros levam em consideração suas orientações e também a participação em eventos externos, como o AVALIES, que permite a troca de experiências.

A COAI entende que a capacitação é responsabilidade da CPA e COAI, mas que as CSAs têm liberdade para fazer, seja na formação dos professores ou como pauta de uma reunião colegiada – “Orientamos as CSAs para pedirem espaço para os Diretores de Ensino e apresentarem nas reuniões de colegiado de ensino, bate de novo na questão do empoderamento, que muitos presidentes de CSA têm medo, não sabe da avaliação, ou a desculpa de que não tem carga horária, mas têm Centros que conseguem e outros não, tem a ver com o compromisso também.” Inclusive na Resolução nº 65/2018 – CONSUNI, no Artigo nº 18, inciso 8, descreve que é competência da CSA, em parceria com a CPA e COAI, realizar eventos visando à capacitação de pessoas para os processos de avaliação institucional.

Quadro 16 – Divulgação do Resultado.

Divulgação do resultado	<p>C1 - Decidida em cada NDE. Neste Centro acharam interessante dar retorno das questões de queixas levantadas pelos alunos para chegar até eles.</p> <p>C2 - Encaminham para os NDEs para que eles tomem as devidas providências.</p> <p>C3 - geralmente divulgação na página da universidade. Em 2018 foi feita um seminário aberto para apresentar o relatório de avaliação, era uma demanda do Centro, mas a participação foi bem baixa. Precisamos buscar uma forma das informações chegarem até o discente.</p> <p>C4 – é bem administrativo, divulgação no site dos relatórios, divulgam da participação, o Centro Acadêmico coloca nas redes sociais e ajudam a cobrar a participação.</p> <p>C5 - é pra ser debatido no NDE, apesar de ter questões que cabem a gestão para ter efetividade de melhorias.</p> <p>C6 - divulgação apenas nos murais e site.</p> <p>C7 - Reunião com todos os professores com exposição de todos os pontos críticos da avaliação de curso, convocação da direção. Além da reunião geral a divulgação também é feita para os integrantes da CSA e em fevereiro nós iremos fazer a divulgação dos resultados deste segundo semestre para os NDEs e lideranças estudantis.</p> <p>C8 – pensaram em fazer algumas coisas, como já haviam feito antes, de utilizar o resultado da avaliação e divulgar as ações</p>
-------------------------	---

	frente às fragilidades, mas somente divulgaram no site da universidade.
--	---

Fonte: dados primários.

A maioria dos Centros respondentes faz a divulgação de forma bem administrativa, disponibilizando nos murais, site da universidade e repassando os dados para os NDEs definirem medidas de resolução dos problemas indicados na avaliação. Duas das CSAs diz que além destes meios prioriza que o resultado chegue até o discente, fazendo um levantamento de suas queixas, discutindo com os NDEs e apresentando possíveis soluções aos discentes. Em 2018, um dos Centros organizou um seminário para divulgação do resultado, era uma demanda do Centro, mas a participação foi bem baixa. Entendem que é importante discutir com os gestores para que as ações sejam efetivadas, mas somente um Centro relatou que divulga os resultados em reuniões com todos os segmentos em momentos distintos e em conjunto, conforme organizado no planejamento da avaliação do Centro.

Quadro 17 – Uso do resultado da autoavaliação.

Uso do resultado	<p>C1 - sim, principalmente a nível de NDE, bastante preocupados tanto que nossas maiores preocupações são questões de PPC, carga horária, pré-requisito. Todos os apontamentos que os alunos fazem são pontuados para que haja alteração, tem sido uma ferramenta de melhoria do processo de ensino aprendizagem.</p> <p>C2 - O NDE é quem faz essa discussão, não chega na CSA. A infraestrutura é o ponto mais fragilizado e nas avaliações in loco também.</p> <p>C3 - Em 2018/2 foi muito produtiva a avaliação e a participação, com muitas contribuições nas observações. Já em 2019/1 a participação foi boa, mas com poucas observações, percebemos que foi só para cumprir uma obrigação. O que pode se fazer é redimensionar as questões, assim com as de infraestrutura talvez outras possam ser feitas uma vez por ano, como as questões de projetos de pesquisa e extensão. Talvez aí a gente consiga ter uma participação de mais qualidade, ter um processo mais simplificado pode ser mais efetivo.</p> <p>C4 - Os NDEs poderiam olhar mais os resultados para trabalhar com os professores. As vezes se oferta cursos de didática e os professores mal avaliados não participam, tinha que ter alguma coisa amarrada, que fizesse participar.</p> <p>C5 - sim, inclusive nos estamos em processo de reforma curricular de cursos e nós utilizamos os resultados da avaliação institucional até para conscientizar alguns professores de que é necessário realizar mudanças.</p> <p>C6 - Parcialmente na solicitação dos alunos para melhorias na infraestrutura.</p>
------------------	--

	<p>C7 – No Centro temos um colegiado, um grupo gestor, formado pelos diretores, chefes, CSA, representante de técnicos e todas as lideranças estudantis e nas reuniões se discute o dia a dia do Centro e a CSA sempre fala.</p> <p>Encaminha para Diretor Geral os dados de infraestrutura e ele tem o orçamento para definir as ações. Parte pedagógica para Diretores de Ensino (currículo, docente), ações que foram feitas as reformulações dos PPCs dos cursos, cursos de capacitação docente sobre metodologia de aprendizagem, de avaliação, didática e outras questões.</p> <p>Depois de definida as ações em nível de gestão é passado no grupo gestor mencionado e também poderão incluir novas ações. Para os Chefes de Departamento organizam todos os dados e enviam para discutir nos NDEs.</p> <p>Os resultados da CSA são discutidos no planejamento pedagógico, na semana destinada para isso em fevereiro, a avaliação aparece aí como tema estratégico.</p> <p>C8 – em algumas situações sim, já tiveram o caso de um professor que ao receber o resultado da avaliação ficar desgostoso e com calma revisar e considerar os pontos de avaliação para rever sua didática e discutir com os estudantes.</p>
--	--

Fonte: dados primários.

As CSAs relatam que utilizam os resultados da avaliação de curso, mas geralmente de modo parcial, nas reformas do Projeto Pedagógico de Curso e de infraestrutura. Mas as discussões e decisões ficam a nível de NDE, em alguns Centros tem a participação da CSA. Alguns Centros buscam verificar as reivindicações dos alunos e buscam encontrar soluções para dar uma resposta aos acadêmicos, mas consideram que o NDE poderia aproveitar muito mais os dados, inclusive para trabalhar com os professores mal avaliados – “não adianta propor formação continuada e o professor mal avaliado não participar, deveriam amarrar as duas coisas.” Indicam também que a participação é muito baixa e as vezes só para cumprir com uma obrigação, sem ser significativa – “talvez se redimensionar as questões, assim como as de infraestrutura, que são feitas uma vez por ano, como as questões de projetos de pesquisa e extensão, aí a gente consiga ter uma participação de maior qualidade, ter um processo mais simplificado pode ser mais efetivo.”

Apenas em um dos Centros o encaminhamento dos resultados da avaliação vai além do NDE – “Encaminhamos os dados de infraestrutura para o Diretor Geral, ele tem o orçamento para definir as ações. Parte pedagógica para o Diretor de Ensino para serem definidas as ações que envolvem reformulações dos PPCs dos cursos, cursos de capacitação docente, entre outros. Depois de definida as ações em nível de gestão são passadas para um grupo gestor que tem no Centro que envolvem os diretores, CSA, NDEs, professores, técnicos e discentes, que também poderão incluir novas ações. Para os Chefes de Departamento

organizam todos os dados e enviam para discutir nos NDEs”. A CSA tem abertura e diálogo com a gestão e participa do planejamento pedagógico no início do ano e do planejamento estratégico do Centro.

A COAI compreende que como a avaliação é do curso os dados deveriam ser utilizados pelos diretores de ensino e chefes de departamento – “alguns Centros tem dificuldade de compreender que os dados são pra eles utilizarem, que não é da COAI ou da PROEN, não somos nós que vamos direcionar as ações”. Afirma que isso tem relação com a valorização da importância da avaliação e de se trabalhar junto com a gestão.

Em Brasil (2004b, p. 9) se esclarece que os resultados da autoavaliação devem ter dois momentos, primeiro ser analisados de modo participativo e segundo comparação do que se planejou e o que foi efetivado – “O conjunto de informações obtido, após trabalho de análise e interpretação, permite compor uma visão diagnóstica dos processos pedagógicos, científicos e sociais da instituição, identificando possíveis causas de problemas, bem como possibilidades e potencialidades.” (BRASIL, 2004b, p. 9).

Quadro 18 – Reunião com os gestores.

Reunião com gestores	<p>C1 - há um diálogo bem aproximado entre os Chefes de Departamento e a Direção de Ensino. Tem sido uma preocupação alguns pontos mais estratégicos, por que a direção de ensino também já desenvolveu algumas atividades para pontuar e trazer um resultado de melhoria dos processos.</p> <p>C2 - Não. As negociações são diretas com o NDE e os Chefes de Departamento e não passa pela CSA.</p> <p>C3 - Trabalham independente da gestão, mas entende que precisam mudar. Como CSA não sentem autoridade para sentar e discutir com os gestores. Entende que a atribuição é de apresentar os resultados e a gestão definir o que fazer. É sua visão, que não cabe se intrometer, mas se fosse uma função no centro de coordenador de avaliação aí seria um gestor falando com outro gestor.</p> <p>C4 - Fazem reunião com diretor de ensino para planejar reunião. Reúnem-se com NDE para discutir fragilidades.</p> <p>C5 - sim, é passado para a chefia de departamento e dentro do NDE é discutido, então ele tem ciência do resultado. Com os diretores não é feito reunião.</p> <p>C6 - Sim, com a Direção Geral e de Ensino.</p> <p>C7 - Sim, se reúnem com os diretores para planejar e apresentar os resultados, depois apresentam para os professores em reunião. Fazem plano de ação e apresentam no colegiado que criaram no Centro com representação de técnicos, alunos, professores e direção. O que é de infraestrutura vai direto para a direção; avaliação docente, cada professor recebe; relatórios vão para os chefes e DE, o Chefe pode conversar individualmente com cada</p>
----------------------	--

	<p>professor; depois tem a questão do NDE pra definição de ações; os resultados da avaliação a grosso modo servem de base para o planejamento pedagógico, reforma PPCs, revisão das metodologias de ensino e aprendizagem, para a revisão da sistemática de avaliação, para revisão do acervo bibliográfico, para a revisão de conteúdos, e assim por diante.</p> <p>C8 – enviaram o resultado por email, mas não discutiram, tentaram marcar com os NDEs, mas não conseguiram.</p>
--	---

Fonte: dados primários.

Três respondentes das CSAs afirmam que trabalham independentes da gestão, apesar de compreenderem que é importante a parceria com os gestores, já que são necessárias tomadas de decisão, definição de ações e até mesmo recurso financeiro. Os demais respondentes dizem que trabalham em parceria com o Diretor de Ensino e outros diretores o planejamento da avaliação e discussão dos resultados, incluindo nas discussões os Chefes de Departamento e NDEs para a definição de ações referentes às fragilidades indicadas nas avaliações.

Quadro 19 – Apoio dos gestores.

<p>Apoio dos gestores</p>	<p>C1 - sim, tem muito apoio, a avaliação é uma preocupação do Centro, não estamos preocupados somente em trazer o aluno para a universidade, mas em manter ele na instituição e a maneira é oferecer bons cursos.</p> <p>C2 - Tem dificuldades. Tem que ter um técnico destinado para trabalhar com a avaliação, não adianta ter atividades a mais para ele, precisa ser uma pessoa para consulta e auxílio. Tem dificuldades. Tem que ter um técnico destinado para trabalhar com a avaliação, não adianta ter atividades a mais para ele, precisa ser uma pessoa para consulta e auxílio.</p> <p>C3 - tem apoio dos gestores, mas ficam na espera da atuação da CSA, se querem que enviem email para os professores, mandam. Neste ano o DE foi bem presente, a coai enviou para o DE, Importante que eles também saibam, a avaliação não é só responsabilidade só da csa.</p> <p>C4 - sim, apoiam, ajudam na divulgação, conversa muito com os Diretores de Ensino e o Geral para a divulgação, mando o acompanhamento da participação só para o DE para ajudar a acompanhar.</p> <p>C5 - hoje está maior a abertura, antes tinham solicitações que eram passadas para a gestão e não tinha feedback disso.</p> <p>C6 – sim</p> <p>C7 – sim, tem boa relação com a gestão, tem plena consciência que a avaliação institucional só se efetiva em parceria com a gestão. Planejamento primeiramente é com os gestores e depois com os demais segmentos.</p>
---------------------------	---

	C8 – sim, os gestores ajudam na divulgação da avaliação e a CSA encaminha o resultado para os diretores verificarem e discutirem.
--	---

Fonte: dados primários.

A maioria das CSAs afirma que tem apoio dos gestores no desenvolvimento do processo avaliativo. Somente um Centro afirma que não tem apoio, que a CSA está em processo de mudança, estão com os mesmos membros há muito tempo e com desfalque de pessoas já que muitos acabaram saindo e não foram substituídos. Estão discutindo a formação da comissão no Centro, mas estão bem lentas as decisões e comprometimento.

As CSAs que se sentem apoiadas, em grande parte, desenvolve o processo em conjunto com os gestores. Porém, a responsabilidade por planejar e dar os direcionamentos fica com as CSAs e geralmente esse apoio é no suporte da divulgação da avaliação e reforço da importância de participar da avaliação interna. Mas em dois Centros se tem muita clareza da relação da avaliação com o planejamento da gestão e compreendem que a avaliação é construção conjunta de todos os atores envolvidos.

Quando questionados sobre apoio à CSA do Centro a maioria dos Diretores de Ensino afirmaram que dão apoio e trabalham em conjunto com a comissão, buscando contribuir com o processo de autoavaliação. Já os Chefes de Departamento afirmam que o NDE apoia parcialmente a CSA no processo de avaliação do Centro, os que colaboram indicam que auxiliam no planejamento e na elaboração dos indicadores de avaliação do instrumento de pesquisa.

Como afirma Brasil (2004b, p. 11) o processo de autoavaliação é autônomo, não exerce função administrativa, mas para ser de qualidade deve ter o apoio dos gestores – “precisa ter visibilidade e suporte operacional das instâncias dirigentes da IES”.

Quadro 20 – Relatório de avaliação.

Relatório de avaliação	<p>C1 - a gente se perde um pouco com os dados por que algumas informações estão repetidas. E é bastante informação e a gente incentiva que os alunos comentem as questões, não só o sim e não. Mesmo por parte dos professores, é essencial que também pontue na sua avaliação onde ele tem percebido essas dificuldades maiores. O que gera muita informação pra concentrar num relatório de forma mais sucinta.</p> <p>C2- A estrutura do documento, muito rígido e pouco claro, dar mais liberdade. Padronização a partir dos objetivos que tem que estar presente e não o como ser apresentado. Melhorar a interface, talvez de forma digital e ir alimentando ele no decorrer</p>
------------------------	---

	<p>do processo avaliativo, mesmo que seja um excel.</p> <p>C3 – uma dificuldade era não ter modelo, nos últimos acabou vindo, facilita muito. Uma dificuldade é ter que fazer o relatório por centro, por que, tem um quesito que aparece em um curso e não no outro, aí fica uma avaliação de determinado curso e não representa o Centro. Nas questões mais subjetivas o relatório dificulta o trabalho.</p> <p>C4 – Ser mais automatizado e o modelo de relatório tem várias coisas, não ajuda, então eu tô estudando um jeito de fazer um outro relatório, de matriz avaliativa e acho que resolveria o problema, o CESFI faz um relatório que é mais ou menos uma matriz avaliativa. Nossa sugestão foi de transformar o relatório em um, organizado em capítulos. É muito relatório e se repetem e outra coisa que acho ruim é quando vai extrair os relatórios, a COAI cria uns códigos e o sistema é meio burro, puxa dados além quando coloca o código, é muito confuso, demorou para entender. Tem muito relatório e para o NDE fica difícil.</p> <p>C5 – a coleta de dados é um pouco complicada, apesar que o tutorial na página da COAI ajuda bastante. Tendo essa coleta de dados, aí as informações aparecem bem sintetizadas, não vejo problema nisso.</p> <p>C6 – Conseguir o engajamento de todos no processo da avaliação.</p> <p>C7 - Ter um só relatório e organizar em bloco, também não sei como fazer o relatório, é muito confuso, tem um amontoado de dados, mas para onde vão esses dados? Precisa ser totalmente repensado.</p>
--	---

Continua

Quadro 20 – Relatório de avaliação.

Relatório de avaliação	<p>C8 – ter o retorno dos NDEs.</p> <p>Sugestão fazer um relatório com vários capítulos ou blocos e depois tem muita repetição de informações, a CPA e a COAI já não tem todas essas informações do Centro, por que o Centro tem que fazer de novo, por que o Centro não encaminha só o que foi apresentado no Seminário de Avaliação Institucional, a partir das fragilidades encaminha as ações desenvolvidas. ter os 5 eixos, mas nós deveríamos também repensar aquelas subcategorias e eixos, está muito fracionado, a universidade deveria elencar dentre cada eixo quais os temas mais importantes e ações. Penso que também devemos repensar as categorias de cada eixo, tem que ocorrer um reagrupamento, tem muita repetição, e tem que ter uma seleção, exemplo, planejamento e avaliação institucional é o 1º eixo, depois vem outro, daí a definição da missão e visão não está no 1º, está em outro, tem um descompasso.</p>
------------------------	--

Fonte: dados primários.

A respeito do relatório de avaliação as CSAs afirmam que é um instrumento muito repetitivo e que o fato de ter muita informação, diversas observações dos estudantes e professores, fica difícil agrupar. Assim como organizar por Centro é uma dificuldade, a

avaliação é respondida por curso e as considerações de um curso nem sempre é representação do Centro, contudo, importantes de serem mencionadas. Um dos Centros considera a extração dos dados uma dificuldade, por conta do sistema acadêmico gerar códigos que não tem padrão, dificultando encontrá-las, sugerem que o relatório poderia ser simplificado e talvez feito por matriz avaliativa. Hoje tem um modelo de relatório o que ajuda, mas um dos Centros considera que deveriam ter mais liberdade e padronizar a partir de alguns objetivos. As CSAs indicam também que o relatório poderia ser digital, podendo ser alimentando no decorrer do processo avaliativo. Outra questão é o número de relatórios, sugerem transformar em somente um, organizado em capítulos, revendo a quantidade de informação, muita coisa a COAI e CPA já tem, sugerem enviar o que foi apresentado no Seminário de Avaliação Institucional, a partir das fragilidades encaminhar as ações desenvolvidas. Sugerem também repensar as categorias e “subcategorias de cada eixo, está muito fracionado, a universidade deveria elencar dentre cada eixo quais os temas mais importantes e ações”.

O relatório de autoavaliação da UDESC foi elaborado a partir dos eixos de avaliação que norteiam o instrumento de avaliação externa, estabelecidos pela Portaria nº 1.382/2017 e atualmente está organizado da seguinte forma:

Quadro 21 – Relatório de Autoavaliação Institucional – RAI.

RELATÓRIO DE AUTOAVALIAÇÃO	
EIXOS	OBJETIVO
EIXO 1 - Política de Planejamento e Avaliação	Institucionalizar a política de planejamento e de avaliação institucional.
EIXO 2 - Missão intitucional, metas e objetivos do PDI	Implementar instrumentos/mecanismos de desenvolvimento institucional, reinterpretando permanentemente a Missão da UDESC e seu compromisso público com o desenvolvimento sustentável da sociedade.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Graduação	Ampliar, com padrões de qualidade superior e pertinência, as oportunidades de qualificação acadêmica e profissional da comunidade catarinense.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - EaD	Oportunizar o acesso à educação de qualidade mediante a modalidade de ensino a distância.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Pós-Graduação	Consolidar e expandir o ensino de pós-graduação, com excelência, integrada ao ensino de graduação, que desenvolva a cientificidade, o senso crítico e a criatividade nos acadêmicos, pelo exercício da atividade investigativa e de intervenção junto às organizações e a sociedade.

EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Pesquisa	Fomentar as atividades de pesquisa científica, tecnológica, cultural e artística, visando à inovação e ao desenvolvimento da ciência e da tecnologia, tendo em vista a sua relevância, e promover a sua divulgação e a aplicação dos seus resultados.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Extensão	Estabelecer uma relação dinâmica e positiva de reciprocidade entre a comunidade e a Universidade, articulando o conhecimento científico e artístico-cultural com as demandas do entorno social.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Política de atendimento aos discentes	Desenvolver políticas de apoio a inclusão e permanência estudantil e ao acompanhamento do egresso, em consonância com o contexto socioeconômico regional.
EIXO 3 - Políticas Acadêmicas - Comunicação com a sociedade	Estruturar a UDESC no que tange à informatização e à comunicação com a sociedade e a comunidade interna, integradas ao processo de fortalecimento da sua imagem institucional.
EIXO 4 - Política de Gestão - Organização e Gestão Institucional	: Consolidar e aprimorar uma estrutura moderna de gestão da instituição, com autonomia representativa e partilhada.
EIXO 4 - Política de Gestão - Política de Pessoal	Implementar processos de gestão de pessoas que contribuam para a consecução dos objetivos institucionais, junto aos diversos segmentos.
EIXO 4 - Política de Gestão - Sustentabilidade Financeira	Garantir a sustentabilidade financeira e orçamentária da UDESC.
EIXO 5 - Infraestrutura	Prover a UDESC de infraestrutura física e de recursos técnicos e materiais para atender, com excelência, aos objetivos institucionais.

Fonte: RAI UDESC

Em cada eixo há vários indicadores, a CPA selecionou estes para o relatório de autoavaliação para os quais são solicitadas as ações programadas, as ações realizadas e os resultados alcançados (fragilidades e potencialidades), além destas informações a CSA pode inserir suas análises dos dados e recomendações, tornando o processo mais qualitativo.

A COAI explica que o modelo de relatório pede as ações propostas e as ações realizadas das potencialidades e fragilidades. Afirmam que não recebem os relatórios de todos os Centros, o que é uma dificuldade, pois acabam não tendo acesso as informações e muitos dos que entregam acabam fazendo como obrigação, sem compreender o que, por que e pra que fazer. Mas tem algumas CSAs que apesar de não enviarem o relatório divulgam as fragilidades e ações sanadoras no próprio Centro. Uma forma que encontraram de ter acesso ao resultado da avaliação é com a realização do Seminário de Avaliação Institucional, evento organizado pela CPA e COAI, atualmente ocorre anualmente, tendo como público toda a comunidade acadêmica. Em 2019 as CSAs apresentaram as fragilidades e potencialidades indicadas pelo resultado da avaliação e as ações exitosas realizadas a partir desse diagnóstico

avaliativo aos gestores do Centro e dos Cursos e demais membros da CSA. A Coordenadoria de Avaliação tem consciência de que é necessário modificar o relatório, rever o fluxo e colocar no Sistema Acadêmico.

Como elucidado na fundamentação teórica, o relatório contribui para a melhoria da instituição já que fornecem um *feedback* sistematizado sobre a universidade, apresentando considerações sobre a revisão do seu processo de autoavaliação, apontando as potencialidades e fragilidades da instituição e ainda apresentando proposições de melhoramento ou providências que deverão ser tomadas.

Quadro 22 – Revisão do instrumento de avaliação.

Revisão do Instrumento de avaliação	<p>C1 - sim, é uma demanda que veio da CPA, sobre as contribuições que a CSA tinha para o instrumento, foi discutido e encaminhado para a CPA.</p> <p>C2 - Não tem feito revisão, ainda mais que a comissão foi se esvaziando e precisa de alteração de membros, mas até agora nada foi definido no Centro. Falta compromisso.</p> <p>C3 - tivemos uma revisão este ano, foi uma avaliação no sentido de que se ele se aplicava pra EAD ou não. Mas a gente não se ateve se eles atendem, isso no meu entendimento seria resolvido pela CPA.</p>
-------------------------------------	--

Continua

Quadro 22 – Revisão do instrumento de avaliação.

Revisão do instrumento de avaliação	<p>C4 - há perguntas do questionário que são indutoras, indica que o professor deveria usar outra metodologia, parece que o aluno não tem clareza. Quando cheguei na comissão estavam finalizando a revisão, não sabe se terão a chance.</p> <p>C5 - não foi feito, foi mais a nível de CPA.</p> <p>C6 - Foram feitas reuniões mensais para definição de estratégias e levantamento dos resultados, para posterior discussão com as direções.</p> <p>C7 - Já conversou com alguns professores, precisamos fazer uma nova avaliação crítica das questões, por que o instrumento está em constante aperfeiçoamento, não significa que está ruim, estamos sempre buscando melhorar, a cada semestre pode ter ajustes. Eu pergunto aos professores e individualmente eles vêm me falando do questionário. E também fiz uma pré-análise quando recebi o relatório, qual questão os professores tiveram a menor média, nos três cursos, já falei para a COAI e essa questão continua colocando todo mundo lá embaixo: o professor utiliza métodos de ensino diversificados? Já vimos problema com essa questão.</p> <p>C8 - discutiram nas reuniões da comissão.</p>
-------------------------------------	--

Fonte: dados primários.

Duas das CSAs entrevistadas mencionam que não fazem a revisão do instrumento de avaliação utilizado pela universidade para a avaliação de curso, uma delas entende que é uma função da CPA juntamente com a COAI e a outra diz que a CSA no momento está buscando se estabelecer já que muitos membros saíram e outros estão há muito tempo, a fase é de discussão com a Direção de Ensino sobre a formação da CSA do Centro. Os demais entrevistados dizem fazer a revisão do instrumento de pesquisa, um dos respondentes afirma que fizeram somente do que foi solicitado pela CPA a respeito do seu Centro, mas os outros discutiram e repassaram as considerações para a CPA. Entendem que tem questões que precisam ser revistas, pois são dúvidas, precisam buscar melhorar, isso não significa que o instrumento de pesquisa seja ruim, mas que está em constante aperfeiçoamento. Um dos Centros afirma conversar com os professores sobre o questionário e que ao receber os dados da avaliação analisaram as questões em que os professores tiveram a menor média para verificar se havia problema na formulação da questão e já comentaram a respeito com a COAI para serem revistas.

A COAI explica que o instrumento de avaliação da universidade foi construído com base nos instrumentos do INEP e do Conselho Estadual de Educação de Santa Catarina (CEE/SC), material de 2016 disponibilizado na página do CEE/SC². E a avaliação de curso leva em conta a avaliação externa de curso, baseado no tripé organização didático-pedagógica, corpo docente e infraestrutura, e o questionário do ENADE. Afirma que realizam revisão constantemente, a última grande modificação foi em 2018, após um dos Seminários de Avaliação Institucional e Fórum Estudantil do qual criaram um mini comitê para discussão do instrumento juntamente com os estudantes e CPA e ao final trouxeram uma professora da estatística para verificar a coerência da escala do instrumento.

Quadro 23 – Diretrizes.

Diretrizes	<p>C1 - sim, se tem mais definido diretrizes você sabe mais ou menos o caminho para seguir, sem ficar padronizado, cada Centro faz como convém e no final você não consegue ter um olhar da instituição como um todo, penso que fica mais fragmentado. Lógico que são realidades diferentes, é importante que as individualidades apareçam também, mas as diretrizes são uma forma de mostrar um caminho.</p> <p>C2 - Teria que fazê-las e colocar em um manual de uso, tem que</p>
------------	---

² <http://www.cee.sc.gov.br/index.php/legislacao-downloads/educacao-superior/educacao-superior-instrumentos-de-avaliacao/instrumento-de-avaliacao>

	<p>aplicar, dizer para que serve e como pode ser aplicada. Mais que diretrizes ter elementos corretivos do processo. Ser um passo a passo do processo avaliativo. A avaliação precisa deixar claro o impacto que tem, mostrar que gera coisas positivas.</p> <p>C3 - acho que sim, o que falta hoje é isso, ter nortes. Quando comecei a preparar os relatórios para apresentação do Seminário de Avaliação, aí começa a fazer uma autoavaliação e a ver o quanto temos que caminhar.</p> <p>C4 - Acho, até para orientar na divulgação. Obs.: Os calouros precisam ser orientados mais, eles não sabem do que se trata, é bom conversar e levar no laboratório para responder.</p> <p>C5 - uma orientação para usar o resultado de modo mais efetivo, acredito que sim, até com essa coleta que você está entrevistando membros de todos os Centros e a partir daí você consegue ter uma visão mais geral de como isso funciona, então isso será bem vindo.</p> <p>C6 - Acredito que sim, mas precisamos de um amadurecimento dos envolvidos no processo.</p> <p>C7 - Sim, precisamos das diretrizes.</p> <p>C8 – buscamos melhorar, mas ter um olhar de fora pode ajudar, acredita que a definição de diretrizes possa auxiliar nisso.</p>
--	--

Fonte: dados primários.

Todos os respondentes entendem que a definição de diretrizes pode auxiliar no processo de avaliação institucional, que as diretrizes podem ajudar a nortear o trabalho, mostrar um passo a passo do processo e evidenciar a importância da avaliação para a instituição. Pode sim ajudar na utilização mais efetiva do resultado da avaliação, mas que, no entanto, é importante melhorar o envolvimento de todos os segmentos e a participação na autoavaliação.

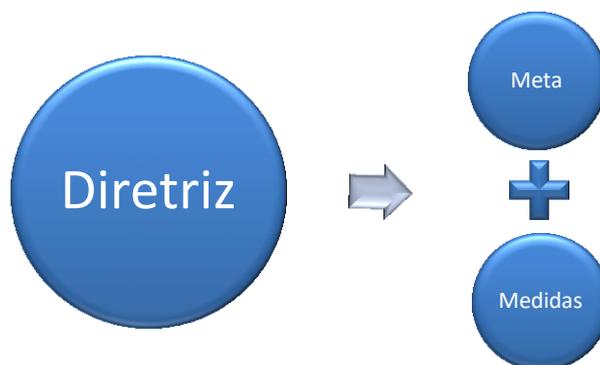
Compreende-se diretriz como um processo de planejamento que busca solucionar problemas a partir da definição de metas e medidas para alcançá-las (FALCONI, 2004). A proposta é elaborá-las a partir dos descritores apresentados nesta análise e em conversas com a COAI e CPA.

5 DESCRIÇÃO DAS DIRETRIZES DE APLICABILIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO NA GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Antes de apresentar a proposta de diretrizes é pertinente discorrer sobre dois pontos, primeiro sobre o conceito de diretriz adotado na pesquisa e segundo a intenção desta proposta.

Assim, o conceito de diretriz adotado consiste em estabelecer metas e para cada uma delas definir medidas para atingi-las, ou seja, definir métodos específicos para se atingir a meta. Falconi (2004) sintetiza deste modo:

Figura 5 – Definição de Diretriz.



Fonte: Falconi, 2004.

A intenção desta proposta não é a de determinar normas para serem seguidas, mas sim de apresentar uma proposta, a partir da escuta dos atores internos envolvidos na avaliação para discussão e aprimoramento do processo de autoavaliação interna e otimização do uso do resultado da autoavaliação na gestão dos cursos de graduação. “A análise transforma a informação em conhecimento que pode, então, ser utilizado na tomada de decisão” (FALCONI, 2004, p. 55).

A partir da pesquisa aplicada aos gestores, comissões de avaliação e COAI, assim como dos documentos da CONAES, INEP e MEC foram definidos alguns descritores que nortearam a proposta de diretrizes desta pesquisa. Tendo como base também a opinião dos participantes se auxiliaria a gestão do curso a definição de diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação de curso e de todos os 38 respondentes, 32 acreditam que pode sim ajudar a nortear as ações a partir dos resultados da autoavaliação de curso, mas que é importante melhorar o envolvimento dos participantes.

5.1 ENTENDIMENTO COMUM DE AUTOAVALIAÇÃO

No documento do INEP/CONAES (BRASIL, 2004a e BRASIL, 2004b) a avaliação é definida como um processo de conhecimento da realidade institucional que busca a melhoria da qualidade das atividades institucionais e definição da sua missão. Segundo os dados da pesquisa, os sujeitos respondentes consideram a avaliação um instrumento para conhecimento

da realidade institucional e para rever ou realizar o planejamento do Centro ou Curso. Também auxilia a COAI e Pró-Reitoria de Ensino na definição de políticas internas para a melhoria dos cursos. No entanto, compreendem que sua maior fragilidade é a falta de consciência da comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação para a gestão institucional e conseqüentemente sua baixa participação que não gera uma amostragem significativa.

É importante que haja vontade de mudança em todas as instâncias institucionais e um entendimento comum sobre a avaliação. Os grupos envolvidos no processo de autoavaliação devem responder as perguntas fundamentais da avaliação: Para que avaliar? O que avaliar? Como avaliar? Como afirma o respondente C7: “Antes de deflagrar projetos, todos os segmentos, Reitoria, Pró-Reitorias, diretores, chefes de departamento, precisam ter muito claro, o que podemos fazer com a avaliação institucionalmente? Há 12 anos participo da comissão de avaliação e converso sobre isso e ainda não sabemos o que fazer. É confuso na cabeça de todos, o que fazer com os resultados da autoavaliação. Os resultados da avaliação dependem da implementação, de orçamento, assim, preciso das direções, chefias de departamento, NDEs, lideranças estudantis, corpo docente e técnico”.

5.2 PLANEJAMENTO DA AUTOAVALIAÇÃO

De acordo com o documento da CONAES (BRASIL, 2004b) a autoavaliação consiste em um processo de análise interna, feita pelo curso ou pela instituição, do que planejou fazer e do que efetivamente realizou, identificando as práticas exitosas e os equívocos para que no plano futuro venha a evitá-los. O documento orienta que seja organizado em três etapas contínuas, os quais são: preparação, desenvolvimento e consolidação. Nas fases de preparação deve se fazer a sensibilização da comunidade interna, a preparação da equipe de avaliação e o planejamento de autoavaliação que consistem em apresentar algumas definições, como finalidade, objetivos, formas de integralização dos diversos instrumentos, envolvimento, uso dos resultados, divulgação e cronograma das atividades avaliativas.

A metade das CSAs entrevistadas disse não ter um planejamento interno, não discutem com a comissão como será a preparação, apenas executam as definições e prazos definidos pela COAI e CPA para o processo de autoavaliação de curso.

Das CSAs que planejam a autoavaliação de curso, alguns discutem em suas reuniões e envolvem o NDE no planejamento; alguns Centros elaboram o planejamento juntamente com o Diretor de Ensino para que tenham apoio e o conhecimento do andamento do processo avaliativo; uma das CSAs entrevistada faz o planejamento de modo participativo, envolvendo todos os segmentos, discutindo com os diretores, para ter apoio, em seguida com professores, técnicos e lideranças estudantis, entendem que é preciso o envolvimento dos gestores para ter amparo e legitimidade. A COAI pensa que devem planejar melhor o processo de sensibilização, para aumentar a participação e o fortalecimento das CSAs, para que sejam mais comprometidas e atuantes.

5.3 SENSIBILIZAÇÃO

Como visto no documento da CONAES (BRASIL, 2004b) a sensibilização deve ser um dos primeiros passos para o desenvolvimento da avaliação interna para que o processo possa ser participativo e eficiente no uso dos resultados. Andriola (2005) considera a sensibilização da comunidade interna um dos maiores desafios das comissões de avaliação, que deve promover um maior conhecimento da autoavaliação e quebrar o mito de avaliação como punitiva e ranqueadora, portanto, um processo formativo. Os atores institucionais precisam compreender que cabe a eles a busca pela melhoria da realidade educacional, a partir da participação e reflexão acerca dos resultados da autoavaliação.

A maioria dos gestores afirma apoiar o processo de sensibilização para a participação do processo de autoavaliação. Já os membros das CSAs afirmam que tem o apoio do Diretor de Ensino, mas que o processo de sensibilização é mais a divulgação da sua aplicação, um dos Centros entrevistado diz envolver o NDE para que conversem com professores para responderem a pesquisa enquanto a CSA passa nas salas convidando os estudantes. Mas somente um dos Centros afirma que desenvolve um processo de sensibilização antes da avaliação, trabalham a sensibilização primeiramente com os dirigentes, traçam as ações de divulgação da avaliação, aplicação do instrumento, divulgação do resultado e discussão dos resultados com os diretores, chefes de departamento, técnicos e lideranças estudantis.

E a COAI reconhece o processo de sensibilização como uma etapa muito importante, deste modo, realizam os Seminários de Avaliação Institucional, aberto a todos os segmentos da instituição e querem ampliar as visitas nos Centros para aumentar o conhecimento sobre a avaliação e melhorar seu envolvimento. Neste último semestre a parceria com a Secretaria de Comunicação teve um bom desempenho, gerou uma boa divulgação. E consideram que os

processos de avaliação externa de curso é também um bom instrumento de sensibilização, já que os gestores e CSAs escutam as contribuições propostas pelos avaliadores.

5.4 REPRESENTATIVIDADE E PARTICIPAÇÃO

Os Chefes de Departamento participantes da pesquisa que estabelecem critérios sobre a indicação do membro docente na composição da CSA disseram que a indicação tem como critério disponibilidade, conhecimento e competência na área da avaliação.

Alguns respondentes não reconhecem a importância da indicação do técnico ou docente que irá compor a comissão de avaliação. Como mencionado na pesquisa, Andriola (2005) afirma que ter pessoas bem preparadas é uma necessidade das comissões de avaliação, não sendo possível, que sejam pessoas interessadas e comprometidas com a avaliação. A dificuldade com relação a esses dois segmentos é a questão de indicação, mas quanto aos outros segmentos, discentes e representante da sociedade civil organizada, é de tê-los na comissão.

Outro grande problema é a rotatividade dos membros, um dos respondentes diz que como é uma atividade voluntária, em que se executa juntamente com sua função na instituição, quando acontece do trabalho aumentar acabam saindo da CSA. Mesmo tendo uma resolução específica que menciona um período mínimo de mandato da comissão de três anos, com a recomendação de recondução de pelo menos 1/3 dos membros, para garantir o conhecimento já construído, isso acaba sendo muito difícil. O que atrapalha bastante o andamento do processo, não permitindo a maturação do grupo, como chama Andriola (2005), que descreve essa maturação como umas das principais necessidades da comissão de avaliação para melhorar o conhecimento mútuo sobre a avaliação e entre os membros.

Outro ponto considerado por Andriola (2005) como um desafio para as comissões de avaliação é a participação o que significa ampliar a mobilização dos atores internos, integrando os três grupos de atores acadêmicos nas discussões a respeito da autoavaliação para que o processo atinja seu princípio, de ser participativo e democrático. É a partir desse trabalho que se atinge a consciência institucional, despertando a necessidade do engajamento e da participação ativa. Segundo o documento da CONAES (BRASIL, 2004b) a finalidade da autoavaliação é de ser um processo construtivo e formativo, que seja contínuo e permita a construção da cultura avaliativa e participativa.

Sobre a participação do processo de autoavaliação, há Centros que afirmam que a participação é baixa por que não se vê sua aplicabilidade, o que se faz com o resultado. Falta o entendimento de que sua melhoria depende do compromisso e maior engajamento de todos os envolvidos no processo de autoavaliação e da participação de toda a comunidade.

Todavia, a maioria dos Centros afirma que o processo é participativo, mas se observa que de modo segmentado, pois na maioria das comissões trabalham de modo isolado, sem envolver gestores, técnicos e estudantes. Um dos Centros relata o processo de avaliação participativo, indicando que a CSA se reúne primeiramente com os diretores e definem os encaminhamentos da avaliação e em seguida realiza reuniões com os Chefes de Departamento, NDEs, lideranças estudantis e técnicos.

Para a COAI, apesar de ainda encontrarem resistência em alguns Centros, consideram que o envolvimento no processo de avaliação interno vem melhorando. Pensam que é importante conversar nos Centros, com os gestores, sobre a importância da definição dos membros de suas comissões para que haja pessoas comprometidas e reduza a rotatividade dos membros e em sugerir para o próximo mandato que os presidentes das CSAs nos Centros sejam membros da CPA, para melhorar a participação e a comunicação.

5.5 CAPACITAÇÃO

Outra grande necessidade da CPA, descrita por Andriola (2005), é que o ideal seria se os membros indicados para as comissões de avaliação tivessem formação humanista e técnica sobre a avaliação institucional, que auxiliaria na qualidade do processo avaliativo. Mas na realidade sabe-se da dificuldade de se conseguir membros, deste modo é importante que as comissões de avaliação sejam capacitadas e busquem a troca de experiência. A Resolução nº 65/2018 – CONSUNI, nos Artigos nº 17 e 18, dizem que é competência das comissões de avaliação da UDESC organizar a capacitação dos membros e da comunidade acadêmica.

Porém, a maioria das CSAs respondentes da pesquisa afirma não realizar momentos de estudo e capacitações, que apenas participam do Seminário de Avaliação Institucional e em algumas reuniões da comissão, por alguma necessidade, acabam estudando alguma temática. Apenas um dos Centros respondentes diz ter feito formação com os membros atuais da comissão e que a CSA tem abertura em outros momentos, como nas reuniões de colegiado, capacitação docente, entre outros, para falar a respeito da autoavaliação. E acreditam que seja importante que a CPA em conjunto com a COAI organizem formações sobre a avaliação.

A COAI quando questionada informou que realizam os Seminários de Avaliação Institucional, evento anual, aberto a toda a comunidade; promovem visita aos Centros que solicitam, mas entendem que isso deve ser ampliado para todos os Centros; que consideram a avaliação externa um processo de formação, já que os Centros buscam implementar as medidas sugeridas pelas comissões de avaliação externa; e participam de eventos externos buscando a troca de experiências. No último AVALIES (evento nacional sobre a autoavaliação institucional), por exemplo, observaram que as dificuldades são muito semelhantes e que é muito rica a troca de experiência com as demais IES sobre suas buscas pela superação destas dificuldades. Compreendem seu papel na capacitação da comunidade interna e das comissões de avaliação, mas também que as CSAs têm liberdade para identificar suas necessidades e promover suas formações ou chamar a COAI para uma conversa.

Orientam as CSAs para pedirem espaço para os Diretores de Ensino e apresentarem nas reuniões de colegiado de ensino as questões mais importantes da avaliação, porém, a grande maioria não compreende seu papel e compromisso diante das instâncias de gestão – “bate de novo na questão do empoderamento, que muitos presidentes de CSA tem medo, não sabe da avaliação, ou a desculpa de que não tem carga horária, mas tem Centros que conseguem e outros não, tem a ver com o compromisso também”.

5.6 USO DO RESULTADO

Tanto os gestores quanto as CSAs disseram que o uso do resultado da autoavaliação de curso na gestão é feita de modo parcial. Reconhecem seu valor, que auxilia na identificação das fragilidades pedagógicas, docentes e de infraestrutura e assim permite a revisão dos PPCs, a reflexão das metodologias de ensino, verificar a atuação docente e a proposição de novas ações para a gestão do curso ou do Centro. Contudo, como sua amostragem é baixa, alguns consideram que não mostra a realidade e não utiliza o resultado da autoavaliação, o que torna negativo o processo de avaliação já que sua efetividade está em ser utilizado amplamente pelos cursos.

Os pontos colocados como dificuldades para a sua utilização são: a baixa participação no processo, os instrumentos de avaliação como estão organizados, assim como os relatórios de avaliação que apresentam informações que não ajudam no processo de gestão, a demora da publicização dos dados do resultado e a falta de compreensão da comunidade acadêmica sobre a importância da autoavaliação. Em síntese, este último ponto resume todas

as dificuldades, é preciso compreender o que é e para que serve a autoavaliação para que se tenha maior envolvimento, melhore a credibilidade e legitimidade do processo avaliativo.

Como afirma a COAI, isso tem relação com a valorização da importância da avaliação e de se trabalhar junto com a gestão. Tanto que algumas CSAs informam que a discussão do resultado é somente a nível de NDE, sem tornar o processo participativo e dificultando que sejam implementadas melhorias já que não envolvem os gestores do Centro. Outros conseguem envolver a CSA e gestores nas discussões, como explica o Respondente C7: “Encaminho para o Diretor Geral os dados de infraestrutura e ele tem o orçamento para definir as ações. Parte pedagógica para o Diretor de Ensino (currículo, docente), ações que foram feitas as reformulações dos PPCs dos cursos, cursos de capacitação docente sobre metodologia de aprendizagem, de avaliação, didática e outras questões. Depois de definida as ações em nível de gestão é passado no grupo gestor mencionado (formado pelos diretores, chefes de departamento, CSA, representante de técnicos e lideranças estudantis) e também poderão incluir novas ações. Para os Chefes de Departamento organizam todos os dados e enviam para discutir nos NDEs. Os resultados são discutidos pela CSA no planejamento pedagógico, na semana destinada para isso em fevereiro, a avaliação aparece aí como tema estratégico”.

5.7 DIVULGAÇÃO DO RESULTADO

Aos gestores foi perguntado se conhecem e utilizam os instrumentos de divulgação do resultado de avaliação utilizados na universidade, como: os Relatórios de Avaliação; o Painel UDESC, o Mapeamento Pedagógico, documentos que contêm dados qualitativos e quantitativos da avaliação externa e interna. E os gestores afirmam conhecer e utilizar, mesmo que parcialmente. Para as CSAs foi perguntado como fazem a divulgação do resultado da autoavaliação e afirmaram que fazem de modo administrativo, disponibilizam no site, no Painel UDESC, em murais. Entendem a importância de discussão dos resultados com os gestores para que possa se definir ações e implementá-las, mas alguns não se sentem a vontade para discutirem com os gestores, como dito pelo Respondente C2: “Como CSA não sentem autoridade para sentar e discutir com os gestores. Entende que a atribuição é de apresentar os resultados e a gestão definir o que fazer”. Já o Respondente D4, que é Diretor de Ensino, diz que se usa parcialmente os resultados “por depender da atitude das chefias de departamento e agilidade da comissão setorial de avaliação em responder com agilidade e efetividade os relatórios avaliativos. Ainda carece de uma sistemática institucional de

feedback para a comunidade acadêmica.” E o Respondente CD17 afirma que não se utiliza o resultado da avaliação por que “não há uma ligação direta entre a tabulação dos resultados da avaliação e apresentação ao chefe do departamento, visando a discussão dos mesmos.” Deste modo afirma o Respondente CH20 “que a avaliação não tem produzido os resultados esperados, o que tem desmotivado a participação da comunidade acadêmica no processo.”

Observa-se um ciclo que falha em um ponto e gera consequências em todos os outros pontos da autoavaliação. A divulgação não é bem feita, gerando descontentamento e redução na participação, tornando o processo sem legitimidade, pois não amplia o envolvimento de todos os atores internos e descredibilidade, pois de que adianta avaliar se não surte resultado. Lógico que há Centros que desenvolvem uma boa publicização dos dados, faz chegar até os alunos as medidas para as suas reclamações, apresenta e discute em grupos gestores os resultados da autoavaliação, mas tendo atenção aos pontos frágeis indicados por esta pesquisa possa-se definir medidas para essa meta: divulgação dos resultados de avaliação.

5.8 APOIO DOS GESTORES

De acordo com a pesquisa aplicada aos gestores, estes afirmam trabalhar em conjunto com as CSAs e dar apoio no que necessitam e as CSAs entrevistadas afirmam que tem apoio da gestão, que trabalham em parceria com o Diretor de Ensino. Já três Centros entrevistados dizem que trabalham independentes da gestão, mas entendem a importância de se trabalhar em parceria com os gestores para se definir e implementar ações frente as fragilidades indicadas no processo avaliativo.

Pelas respostas das entrevistas o apoio que os gestores dão em alguns Centros é somente com a Divulgação, em outros também se discute os resultados da autoavaliação conjuntamente. Mas poucas comissões de avaliação conseguem realizar o processo de autoavaliação em sua globalidade em parceria com os gestores, envolvendo-os desde o planejamento, até por que não são todos que se reúnem para fazer o planejamento.

5.9 RELATÓRIO DE AVALIAÇÃO

Para os membros das CSAs e COAI foi feita uma questão a respeito da elaboração do relatório de autoavaliação, já para os gestores não havia uma questão específica, mas há relatos de que os relatórios, como estão construídos, não ajudam na tomada de decisão. Todas

as CSAs respondentes disseram ter dificuldade em elaborar o relatório de autoavaliação, que é preciso modificá-lo, rever sua estrutura e os indicadores definidos dos 5 eixos do SINAES.

Sugerem que seja agrupado em um único relatório e estruturado em capítulos, que seja digital e possa ser alimentado no decorrer do processo avaliativo. Que os dados numéricos, que a COAI tem acesso, seja automatizado e que a CSA apresente somente as ações desenvolvidas a partir das fragilidades indicadas na análise da autoavaliação, como no último Seminário de Avaliação Institucional.

Segundo o documento da CONAES (BRASIL, 2004b), não há um modelo de relatório a ser seguido, mas indica que devem ser construídos a partir da análise e interpretação dos resultados da autoavaliação e que devem ser claros e concisos já que são para a comunidade acadêmica em geral.

A COAI entende as dificuldades que as CSAs têm em elaborar o relatório de autoavaliação, tanto que não recebem de todos os Centros, ficam sabendo das ações por meio do Seminário de Avaliação Institucional. Pretendem rever o fluxo dos relatórios de avaliação e pensar em um único relatório como sugerido nas reuniões da CPA.

5.10 INSTRUMENTO DE AVALIAÇÃO

A indicação da pesquisa é que o instrumento seja revisto, há questões que estão estruturadas de modo a induzir uma resposta negativa ou a uma interpretação dúbia. Contudo, é importante dizer que os respondentes também indicam que o instrumento é constantemente revisto, que a sua alteração não significa que seja um instrumento ruim, mas que precisa de constante aperfeiçoamento, conforme o caminhar da autoavaliação. A COAI explica a base de elaboração das questões, segundo documento do CEE/CE, e que a última grande revisão foi em 2018, com a formação de um mini comitê com os estudantes e a CPA, que levou as discussões para as CSAs para colaboração, e ao final a participação de uma professora da estatística para analisar o instrumento.

6 PROPOSTA DE DIRETRIZES DE APLICABILIDADE DA AUTOAVALIAÇÃO DE CURSO NA GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO

Com o entendimento de que não é um produto acabado, mas que será discutido com a Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI) e apresentado à CPA para melhoramento

do produto, apresenta-se o quadro resumo da proposta de diretrizes para uso do resultado da autoavaliação, segundo o conceito de diretriz definido para a pesquisa:

Figura 6 – Conceito de Diretriz.



Fonte: Falconi, 2004.

Quadro 24 – Proposta de diretrizes.

Objetivo Geral: Propor diretrizes de aplicabilidade dos resultados da Autoavaliação de Curso na gestão

Diretrizes	Metas	Medidas (%)	
1. Entendimento Comum da autoavaliação	1. Melhorar o conhecimento sobre a autoavaliação dos membros das comissões 2. Melhorar o reconhecimento da importância da avaliação para a gestão.	1. Apresentar o funcionamento da avaliação para as comissões de avaliação (objetivos, finalidades, instrumentos, uso dos resultados, publicização, cronograma de atividades e relatórios); 2. Ter a avaliação como instrumento para conhecimento da realidade institucional e para realização do planejamento do Centro ou Curso visando a melhoria do ensino.	melhorar 100% do conhecimento sobre a avaliação nas comissões de avaliação

Continuação

Diretrizes	Metas	Medidas (%)
------------	-------	-------------

2. Planejamento da autoavaliação	1. Discutir o planejamento de autoavaliação com todos os atores internos	1. Construir o planejamento com base nos documentos de curso e institucionais e considerar os seguintes pontos no planejamento: sensibilização da comunidade interna, preparação das comissões de avaliação, uso dos resultados, divulgação dos resultados, cronograma de atividades e relatórios de autoavaliação; 2. Seguir as três etapas definidas pela CONAES para elaboração do processo avaliativo: preparação desenvolvimento e consolidação; 3. Discutir a autoavaliação de modo participativo, em todos os segmentos acadêmicos, para torná-la conhecida para que se tenha envolvimento, dando maior legitimidade e credibilidade ao processo.	Revisar 100% do Projeto de Avaliação Institucional e discutir com os Centros em seis meses; Melhorar 50% em cada semestre a participação na discussão do planejamento entre gestores e CSAs.
3. Sensibilização	Sensibilizar todos os segmentos acadêmicos sobre a importância da avaliação (para ampliar o envolvimento e uso dos resultados)	1. Discutir o projeto de autoavaliação com todos os atores internos. 2. Divulgar a autoavaliação em eventos: Seminário de Avaliação Institucional; visitas aos Centros; discussão em reuniões colegiadas, do NDE, dos líderes estudantis, além das mídias digitais. 3. Aumentar a publicização das ações decorrentes do resultado de autoavaliação.	Sensibilizar a cada semestre 50% dos discentes 50% dos técnicos 50% dos docentes
4. Representatividade e Participação	1. Promover uma avaliação mais participativa e democrática 2. Reduzir a rotatividade dos membros nas comissões 3. Mobilizar todos os atores internos para ampliação do envolvimento	1. Promover uma maior conscientização sobre a ampliação do envolvimento dos atores internos para que o processo seja participativo; 2. Modificação da Resolução para que o presidente da CSA seja representante na CPA; 3. Conversar com os gestores sobre a importância da indicação dos membros da CSA; 4. Divulgar e discutir as etapas da autoavaliação com todos os atores internos envolvidos com a autoavaliação; 5. Conscientizar os segmentos internos da importância da autoavaliação, compreendendo que é um processo contínuo/participativo.	Aumentar 50% da participação dos docentes, discentes e técnicos no processo avaliativo em relação a última avaliação.

Continuação

Diretrizes	Metas	Medidas (%)	
5. Capacitação	<ol style="list-style-type: none"> 1. Elaborar um plano de capacitação junto com as CSAs 2. Incentivar a participação em eventos sobre a autoavaliação 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Ter atenção ao tempo de mandato dos membros nas comissões para que se tenha maturação; 2. Realizar atividades formativas para os membros das comissões visando capacitá-los sobre o processo de autoavaliação; 3. Incentivar o intercâmbio de experiências interna e externamente. 4. Cada CSA promover momentos de discussão da avaliação interna com os diversos atores interno. 	Capacitar 25% dos membros das CSAs a cada semestre
6. Uso do Resultado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir medidas que otimizem o uso do resultado da autoavaliação 2. Incentivar o desenvolvimento de um processo participativo e comparativo entre o planejado e o efetivado. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Conscientizar a comunidade acadêmica sobre a importância da avaliação e de se trabalhar junto com a gestão; 2. Dar maior agilidade a extração dos dados ao término da autoavaliação de curso; 3. Solicitar ao NDE que faça um levantamento de informações sobre o curso (evasão, trancamento, etc) e avaliação in loco para fazer o cruzamento com a análise da avaliação de curso interna; 4. Promover a discussão do resultado de avaliação com todos os atores interno; 5. Apresentar ações para trabalhar as fragilidades indicadas no processo avaliativo. 	Aumentar 20% por semestre a implementação do resultado da autoavaliação
7. Divulgação do Resultado	<ol style="list-style-type: none"> 1. Discutir o resultado da autoavaliação em todos os segmentos interno 2. Tornar o processo mais ágil e transparente. 	<ol style="list-style-type: none"> 1. Definir prazos para divulgação; 2. Planejar as formas de publicização: meios digitais, reuniões colegiadas, reuniões de planejamento, outras; 3. Organizar momentos para discussão dos resultados da autoavaliação com gestores, NDE, estudantes e técnicos. 4. Apresentação das ações implementadas frente as fragilidades indicadas pela autoavaliação. 	Divulgar o resultado 2 meses depois de sua aplicação, de modo amplo e após discussões participativas. 1 encontro por semestre de avaliação

Diretrizes	Metas	Medidas (%)	
8. Apoio dos Gestores	1. Estimular a discussão do processo avaliativo em conjunto 2. Compreender a importância da parceria entre a CSA e gestores para a implementação das ações necessárias	1. Fortalecer as CSA para que tenham atuação junto aos gestores; 2. Trabalhar conjuntamente com os gestores, discutindo o planejamento da avaliação, seus resultados e a definição de ações diante das fragilidades indicadas na autoavaliação; 3. Definir reuniões para discussão da avaliação com os três segmentos acadêmicos.	1 reunião por semestre com os gestores
9. Relatório de Avaliação	1. Revisão dos relatórios de autoavaliação	1. Rever o fluxo e a estrutura do relatório; 2. Discutir a revisão nas reuniões da CPA, levando para as CSAs e gestores contribuírem; 3. Organizar somente um relatório, que seja digital e podendo ser alimentado no decorrer do processo; 4. Simplificar as informações para que possa ser utilizado pelos gestores e ser acessível a toda a comunidade; 5. Apresentar as informações de modo sistemático, com as considerações da análise e as ações frente às fragilidades.	Implementar a revisão 100% em um ano
10. Instrumento de Avaliação	1. Revisão dos instrumentos de autoavaliação	1. Melhorar as questões indicadas pelas CSAs que induzem interpretações dúbias; 2. Avaliar se os indicadores de cada eixo atendem as necessidades dos cursos; 3. Criar um comitê para discussão e que possa ser partilhado nas reuniões das CSAS para aprovação; 4. Estimular que cada CSA discuta o resultado apresentado pelo comitê de modo participativo, pedindo que cada segmento discuta com seus pares e apresente considerações.	Implementar 100% da revisão em um semestre

Fonte: Elaborado pela autora (2020).

7 CONCLUSÃO

A pesquisa apontou que é importante definir diretrizes para o uso da autoavaliação, que podem contribuir para a gestão dos cursos, ajudando a dar um norte, maior clareza do desenvolvimento do processo de avaliação e auxiliar na formação da consciência institucional sobre a importância do processo avaliativo para a melhoria institucional.

Deste modo, para responder ao problema de pesquisa, “quais as diretrizes de aplicabilidade da autoavaliação institucional na gestão dos cursos de graduação” foram identificadas alguns descritores, a partir dos dados de pesquisa e da bibliografia, como possíveis diretrizes para serem utilizadas na UDESC, os quais são: 1. Entendimento comum da autoavaliação; 2. Planejamento da autoavaliação; 3. Sensibilização; 4. Representatividade e participação; 5. Capacitação; 6. Uso do resultado; 7. Divulgação do Resultado; 8. Apoio dos gestores; 9. Relatório de avaliação; 10. Instrumento de avaliação.

Com relação a visão dos sujeitos de pesquisa quanto a avaliação, consideram a avaliação um instrumento importante para aumentar o conhecimento institucional e para rever ou para realizar o planejamento do Centro ou Curso. Indicando que para lidar com suas fragilidades deve melhorar o processo de sensibilização para aumentar a participação e o uso do resultado de autoavaliação, assim como a realização de capacitações para os membros das comissões, e visitas aos Centros e a promoção de espaços para discussão da autoavaliação para melhorar a consciência sobre a importância do processo avaliativo para a instituição. Deve-se revisar os relatórios e os instrumentos de autoavaliação, assim como sua forma de aplicação e melhorar a parceria entre as CSAs e os gestores para que o trabalho tenha maior efetividade.

A metade das CSAs pesquisadas afirmou não discutir o planejamento da autoavaliação no Centro, apenas seguem o cronograma de atividades definido pela CPA. Contudo, a fundamentação teórica da pesquisa trata da importância de ser um processo participativo. Assim, recomenda-se que seja revista essa ação e se possa fazer de modo participativo, discutindo com os gestores, NDEs, líderes estudantis e técnicos administrativos para ampliação do envolvimento na autoavaliação e maior consciência da importância da autoavaliação.

Entre os pontos de planejamento o primeiro deve ser a sensibilização, visto como a principal função das comissões de avaliação, contribuindo para a criação da consciência institucional e de maior envolvimento em todo o processo e participação como respondente

(Andriola, 2005). A COAI compartilha desta visão de Andriola (2005) e entende que é preciso fortalecer o processo de sensibilização para aumentar a participação, o tratamento e uso dos resultados avaliativos e o comprometimento com a avaliação. Observa-se que há resistência no envolvimento de alguns Centros na participação da autoavaliação, mas que tem melhorado muito. A COAI cita como exemplo, o último Seminário de Avaliação Institucional que teve a presença dos Chefes de Departamento e Diretores de Ensino, com as CSAs promovendo a discussão das ações exitosas pensadas a partir do resultado da autoavaliação.

O Seminário de Avaliação Institucional é uma das ações pensadas para divulgação da avaliação institucional, mas também como capacitação dos membros das comissões de avaliação, que dizem não fazer formações nos Centros. Com exceção de um dos Centros que afirmou que realizaram a formação dos membros da CSA no início do mandato da CSA, para que tivessem maior entendimento do seu funcionamento, finalidade, objetivos, organização, dos instrumentos e dos relatórios.

Os gestores e CSAs dizem conhecer o processo avaliativo interno e que utilizam o resultado da autoavaliação na gestão de modo parcial, que contribui na tomada de decisão, na revisão e direcionamento do planejamento de curso e de Centro. Utilizam para trabalhar as fragilidades indicadas quanto às questões pedagógicas, de atuação docente e de infraestrutura, como por exemplo, nas ações de reformulação de PPC, na revisão das metodologias de ensino, para definir propostas de formações, entre outros. Mas como afirmado no descritor fragilidades, muitos não utilizam o resultado da autoavaliação por considerar insatisfatório devido a baixa participação e a falta de uma ampla divulgação e discussão dos resultados da avaliação.

Em relação ao apoio dos gestores no processo avaliativo, tanto os gestores quanto as CSAs afirmam ter apoio. De modo geral, todas as CSAs compreendem a importância de ter o apoio dos gestores no processo avaliativo, mas acreditam que para funcionar o processo de autoavaliação precisa ser administrativo, ter um técnico disponível e um representante na gestão, deixando de ser autônomo e democrático. A pesquisa evidenciou que duas CSAs conseguem envolver os NDEs e ter apoio dos gestores, tem clareza da relação da avaliação com o planejamento da gestão e compreendem que deve ser uma construção participativa, com o envolvimento de todos os atores internos.

Quanto ao relatório, a pesquisa afirma que a forma que está organizado é confuso e difícil de se fazer, que suas informações ao final acabam não sendo efetivas para o uso dos gestores. Por isso, muitos fazem o relatório de modo mecânico, como o preenchimento de um formulário, sem reflexão e discussão de todos os atores internos. Deste modo a pesquisa

indica uma revisão dos relatórios de avaliação, talvez deixar mais claro que o objetivo do relatório não é ser um documento de descrição, e sim, um documento que contenha análise, críticas e sugestões a respeito dos pontos indicados na avaliação e que consiga comunicar bem as conclusões da autoavaliação.

Constatou-se, no decorrer da aplicação da pesquisa, que há uma certa desorientação por parte das CSAs, não de todas, mas da metade dos respondentes. Sei que a COAI envia material informando sobre as etapas da avaliação, são discutidos pela CPA para serem levadas e discutidas nas CSAs, mas parece que a comunicação não flui e não chega toda a informação. Percebo que os Centros que têm agentes mais atuantes e com conhecimento sobre o processo de avaliação tem maior facilidade de compreender o que está fazendo, para quê e onde querem chegar. Tem mais clareza da concepção de avaliação, de sua funcionalidade e objetivos, de tornar o processo participativo, democrático e ampliar o envolvimento dos atores internos. Compreendem a importância de trabalhar com os gestores e sabem envolver estes atores no processo. Sabem promover a discussão e análise dos resultados e fazer sua publicização de modo amplo e participativo.

Observa-se também que as CSAs e os gestores têm maior facilidade em lidar com os problemas de infraestrutura, que muitas vezes dependem de recursos financeiros para melhoria, como comprar material para laboratório. Já a questão de baixo desempenho docente é um problema de difícil solução, não sabem que encaminhamento dar. E muitas vezes nem é necessário, como um respondente indicou, precisa analisar se a questão não tem uma interpretação dúbia, induzindo o respondente a avaliar negativamente. Portanto, recomenda-se a revisão dos instrumentos de avaliação.

Há a percepção dos próprios respondentes de que falta comprometimento dos membros envolvidos, muita rotatividade e dificuldade de dedicar tempo para as tarefas e estudos sobre o processo avaliativo, por isso acreditam que ter um técnico específico para a função ajudaria e solucionaria o problema, esquecendo que o processo deve promover a ampliação do envolvimento para maior participação e ser um processo democrático e autônomo e não administrativo. Relatam que não se sentem à vontade enquanto CSA para discutir com os gestores, falta afirmação do papel das CSAs no desenvolvimento da autoavaliação. Por isso a COAI indica que precisam trabalhar o fortalecimento das CSAs, para que promovam a utilização dos resultados avaliativos, movimentem os Centros para maior envolvimento no processo avaliativo e sejam mais engajadas, gerando menos rotatividade de membros nas equipes.

Vale salientar que há um ótimo trabalho sendo desenvolvido em muitos Centros, mas há Centros resistentes, que não compreendem a importância da avaliação para a gestão. Contudo, são minoria, o processo avaliativo na universidade tem apresentado melhora perceptível, a maioria dos Centros tem realizado o processo e apresentado resultado. Assim, o objetivo de se estabelecer diretrizes é para auxiliar as comissões, para organização da autoavaliação e como medida de orientação para as novas comissões e reflexão das antigas.

A pesquisa será divulgada a todos os respondentes que indicaram interesse em receber o resultado da pesquisa e também será realizada reunião com a Coordenadoria de Avaliação Institucional (COAI) para apresentação dos resultados de pesquisa. Como continuidade, objetiva-se futura discussão com a CPA e CSAs para melhoria das diretrizes e estudar a possibilidade de aplicação da pesquisa na universidade e a partir da análise da implementação, sua futura publicação para divulgação do conhecimento construído com o trabalho. E também analisar se as diretrizes são passíveis de aplicação em outros contextos universitários, após diálogo com outras IES sobre como utilizam os resultados de autoavaliação.

REFERÊNCIAS

- ANDRIOLA, Wagner Bandeira. Desafios e necessidades que se apresentam às comissões próprias de avaliação (CPAs) das Instituições de Educação Superior (IES), visando à implementação do Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior (SINAES). In: RISTOFF, Dilvo; JÚNIOR ALMEIDA, Vicente de Paula (Org.). **Avaliação participativa: perspectivas e desafios**. Brasília: INEP, 2005. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/489018/Avalia%C3%A7%C3%A3o+participativa+perspectivas+e+desafios/65f743ea-cae5-49c3-9248-d9cb3f170374?version=1.3>. Acesso em: 04 jun. 2019.
- AOKI, Fabiano Kenji. **Processo de autoavaliação institucional**: produção de um manual para apoio à Comissão Própria de Avaliação. 2018. 108 p. Dissertação (Mestrado Profissional - Programa de PósGraduação em Educação) – Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri. Diamantina, 2017.
- ASSIS, Lúcia Maria de. Avaliação institucional e trabalho docente: repercussões, desafios e perspectivas. **RBP**, v. 32, n. 2, p. 527 - 548 mai./ago. 2016. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/rbpae/article/view/63570/38379>. Acesso em: 03/06/2019). Acesso em: 20 jun. 2019.
- BARREYRO, Gladys Beatriz; ROTHEN, José Carlos. Avaliação e regulação da educação superior: normativas e órgãos reguladores nos 10 anos pós LDB. **Avaliação: Revista de Avaliação da Educação Superior**, Sorocaba, v. 12, n. 1, p. 133-147, 2007. Disponível em: <http://educa.fcc.org.br/pdf/aval/v12n01/v12n01a08.pdf>. Acesso em: 05/06/2019.
- BITTENCOURT, Hélio Radke; CASARTELLI, Alam de Oliveira; RODRIGUES, Alziro Cesar de M.. Sobre o Índice Geral de Cursos (IGC). **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 14, n. 3, p. 667-682, nov. 2009.
- BORTOT, Guiomar da Rosa; SCOSS, Anne Marie; FRANCISCO, Thiago Henrique Almino; VEFAGO, Yuri Borba. Avaliação das Políticas de Ensino de Graduação: um olhar sob a ótica do Relatório da CPA. **3º Simpósio avaliação da educação superior** – 05 e 06 de setembro de 2017. Florianópolis. Disponível em: https://repositorio.ufsc.br/bitstream/handle/123456789/179543/103_00648%20-%20ok.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em: 10 jul. 2018.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES. **Orientações gerais para o roteiro da auto-avaliação das instituições**. Brasília: INEP, 2004a.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação da Educação Superior – CONAES. **Diretrizes para a avaliação das instituições de educação superior**. Brasília: MEC, 2004b.
- BRASIL. Ministério da Educação. Comissão Nacional de Avaliação. **SINAES: bases para uma nova proposta de avaliação da educação superior brasileira**. Brasília: CEA, 2004c.

BRASIL. Ministério da Educação. SINAES – Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior. **Sistema nacional de educação superior: da concepção à regulamentação**. 2. ed. Brasília: INEP, 2009.

BRASIL. Lei nº 10.861, de 14 de abril de 2004. Institui o Sistema Nacional de Avaliação da Educação Superior – SINAES e dá outras providências. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF, 2004d.

BRASIL. Ministério da Educação. Regulamenta os procedimentos de avaliação do SINAES. **Portaria MEC nº 2.051**, de 2004e. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/arquivos/pdf/PORTARIA_2051.pdf. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Presidência da República. Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996. Estabelece as diretrizes e bases para a educação nacional. **Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**, Brasília, DF, 20 dez. 1996.

BRASIL. Capítulo III, Seção I – Da Educação. In: **Constituição da República Federativa do Brasil. Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil**. Brasília, DF: Senado Federal: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Ministério da Educação. Aprova, em extrato, os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa. **Portaria MEC nº 92**, de 31 de janeiro de 2014. Disponível em: http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&view=download&alias=15142-seres-portaria-91-2014-pdf&category_slug=fevereiro-2014&Itemid=30192. Acesso em: 15 mai. 2019.

BRASIL. Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira. **Plano nacional de educação PNE 2014-2024: Linha de Base**. – Brasília, DF: Inep, 2015. Disponível em: <http://portal.inep.gov.br/documents/186968/485745/Plano+Nacional+de+Educa%C3%A7%C3%A3o+PNE+2014-2024++Linha+de+Base/c2dd0faa-7227-40ee-a520-12c6fc77700f?version=1.1>. Acesso em: 10 out. 2019.

BRASIL. Ministério da Educação. Aprova, em extrato, os indicadores do instrumento de avaliação institucional externa. **Portaria MEC nº 1.382**, de 31 de outubro de 2017. Disponível em: http://www.in.gov.br/materia/-/asset_publisher/Kujrw0TZC2Mb/content/id/19390707/do1-2017-11-01-portaria-no-1-382-de-31-de-outubro-de-2017-19390624. Acesso em: 15 mai. 2019.

CASTANHEIRA, Ana Maria Porto; CERONI, Mary Rosane. Formação Docente e a Nova Visão da Avaliação Educacional. **Estudos em avaliação educacional**, v. 19, n. 39, jan./abr. 2008.

CATANI, Afrânio Mendes; OLIVEIRA, João Ferreira. As Políticas de Educação Superior no Plano Nacional de Educação (PNE) – 2001. **Pro-Posições**, v. 14, n. 1 (40), jan/abr. 2003. Disponível em: <https://repositorio.bc.ufg.br/bitstream/ri/12853/5/Artigo%20-%20Afr%C3%A2nio%20Mendes%20Catani%20-%202003.pdf>. Acesso em: 11 mai. 2020.

CUNHA, Débora Alfaia da. **Avaliação da educação superior: condições, processos e efeitos da autoavaliação nos cursos de graduação da UFPA**. 2010. 354 p. Tese (Doutorado) – Universidade de Brasília, Faculdade de Educação, 2010.

CHAUI, M. de S. A Universidade Pública sob nova perspectiva. **Revista brasileira de educação**, Rio de Janeiro, n. 24, p. 5-15, set/dez. 2003. Disponível em: www.scielo.br/pdf/rbedu/n24/n24a02.pdf. Acesso em: 21 mar. 2018.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação Institucional na Perspectiva da Integração. In: Dias Sobrinho, José; Ristoff, Dilvo I. (Org.). **Universidade desconstruída: avaliação institucional e resistência**. Florianópolis: Insular, 2000.

DIAS SOBRINHO, José. **Avaliação: políticas educacionais e reformas da educação superior**. São Paulo: Cortez, 2003.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação ética e política em função da educação como direito público ou como mercadoria? **Revista educação e sociedade**, v. 25, nº 88, outubro de 2004, p. 703-723.

DIAS SOBRINHO, José. Avaliação e transformações da educação superior brasileira (1995-2009): do provão ao SINAES. **Avaliação - Revista da Avaliação da Educação Superior**. Sorocaba, SP, v. 15, n. 1, p. 195-224, mar. 2010.

DIAS SOBRINHO, José. Universidade Fraturada: reflexões sobre conhecimento e responsabilidade social. **Revista da avaliação da educação superior**, v. 20, n. 3, nov., 2015, p. 581-601. Universidade de Sorocaba.

Diretoria de Avaliação da Educação Superior (DAES). **Nota Técnica INEP/DAES/CONAES nº 65, de 09 de outubro de 2014**. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/sai/legislacao/arquivos/notatecnica65de2014.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

FERNANDES, Reynaldo; PAZELLO, Elaine Toldo; LEITÃO, Thiago Miguel S. de P; MORICONI, Gabriela Miranda. **Avaliação de cursos na educação superior: a função e a mecânica do Conceito Preliminar de Curso**. Brasília: INEP, 2009.

FERNANDES, Ivanildo Ramos; GRIBOSKI, Claudia Maffini; MENEGHEL, Stela Maria. **Novos Indicadores para a Educação Superior Brasileira: eles são necessários?** 2017. **AVALIES. 3º Simpósio avaliação da educação Superior**. INPEAU/UFSC.

FREIRE, Paulo. **Educação e mudança**. São Paulo: Paz e Terra, 2011.

FURB 2019. **Página Institucional**. Disponível em: <http://www.furb.br/web/1653/institucional/avaliacao/avaliacao-institucional>. Acesso em: 03 ago. 2019.

GERHARDT, T. E.; SILVEIRA, D. T. (Org.). **Métodos de pesquisa**. Coordenado pela Universidade Aberta do Brasil – UAB/UFRGS e pelo Curso de Graduação Tecnológica – Planejamento e Gestão para o Desenvolvimento Rural da SEAD/UFRGS. Porto Alegre: Editora da UFRGS, 2009. Disponível em: <http://www.ufrgs.br/cursopgdr/downloadsSerie/derad005.pdf>. Acesso em: 14 jul. 2018.

GIL, Antônio Carlos. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. São Paulo: Atlas, 1999.

GIOLO, Jaime. SINAES Intermitentes. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 851-856, nov. 2008.

GODOY, A. S. Introdução à Pesquisa Qualitativa e suas Possibilidades. **Revista de administração de empresas**. São Paulo, v. 35, n. 2, p. 57-63, Mar./Abri. 1995. Disponível em: <http://www.scielo.br/pdf/rae/v35n2/a08v35n2.pdf>. Acesso em: 01 out. 2017.

GOUVEIA, Andréa Barbosa; SILVA, Antonia Almeida; SILVEIRA, Adriana A. Dragone; JACOMINI, Márcia Aparecida. Trajetória da Avaliação da Educação Superior no Brasil: singularidades e contradições (1983-2004). **Estudos em avaliação educacional**, v. 16, n. 31, jan./jun. 2005.

HORTA, Cecília Eugenia Rocha (Org.). **Avaliação no ensino superior: acertos e derrapagens**. Brasília: Cadernos ABMES, 2011. Disponível em: https://abmes.org.br/arquivos/publicacoes/ABMES_Cadernos_22.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

HOUSE, Ernest R. (1992). Tendências e educação. **Revista de educación**, n. 299, Madri: Centro de Publicaciones del Ministerio de Educación y Ciencia. Disponível em: https://sede.educacion.gob.es/publiventa/descarga.action?f_codigo_agc=487_19. Acesso em: 27 mai. 2019.

IFC. Resolução nº 069, de 30 de outubro de 2014. **Regimento interno da comissão própria de avaliação** – CPA. Disponível em: <http://ifc.edu.br/wp-content/uploads/2014/05/RESOLU%C3%87%C3%83O-069-2014-Aprova-Regimento-Interno-da-CPA.pdf>. Acesso em: 03 ago. 2019.

INEP. 2019a. **ENADE**. [Online] 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/enade>. Acesso em: 08 jun. 2019.

INEP. 2019b. **Indicadores de qualidade da educação superior**. [Online] 2019. Disponível em: <http://inep.gov.br/web/guest/indicadores-de-qualidade>. Acesso em: 08 jun. 2019.

INEP/MEC. 2019. **Resultado do IDD**. [Online] 2019. Disponível em: http://enadeies.inep.gov.br/enadeResultado/pdfs/nota_tecnica%20-%20IDD.pdf. Acesso em: 03 ago. 2019.

INEP/MEC. 2017. **Censo da educação superior: notas estatísticas 2017**. Disponível em: http://download.inep.gov.br/educacao_superior/censo_superior/documentos/2018/censo_da_educacao_superior_2017-notas_estatisticas2.pdf. Acesso em: 08 jun. 2019.

LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

LEITE, D. (Org.). Avaliação da Educação Superior. In: MOROSINI, Marília Costa (Org.). **Enciclopédia de pedagogia universitária**. v. 2. Brasília-DF: Inep/MEC, 2006.

MARTINS, Clícia Bühner. **Autoavaliação institucional e suas articulações com a reformulação curricular de cursos de graduação**. 2016. 118 f. Tese (Doutorado em Educação: Currículo) – Programa de Estudos Pós-Graduados em Educação: Currículo, Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 2016.

MEC. 2019. Secretaria de Educação Superior. **Portal MEC [online]** 2019. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/sesu-secretaria-de-educacao-superior/apresentacao>. Acesso em: 08 jun. 2019.

NUNES, Ana Karin; SCHMIDT, João Pedro. Sinaes: da concepção à ação. Uma análise a partir da experiência da Unisc. In: **Avaliação - Revista de avaliação da educação superior (RAIES)**, v. 12, n. 1, mar. 2007.

RIZZO, Mauro Afonso. **Índice Geral de Cursos (IGC) como indicador de qualidade das instituições de ensino superior**. 2013. 207 p. Tese (doutorado) - Universidade Estadual Paulista, Faculdade de Ciências e Letras de Araraquara, 2013. Disponível em: <http://hdl.handle.net/11449/101571>. Acesso em: 20 jul. 2019.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. **Princípios do Programa de Avaliação Institucional**. Palestra apresentada no 1º Seminário Nacional do PAIUB, realizado na Universidade de Brasília, de 24 a 26 de agosto de 1994. Disponível em: <http://periodicos.uniso.br/ojs/index.php/avaliacao/article/view/727/739>. Acesso em: 30 jun. 2018.

RISTOFF, Dilvo Ilvo. Avaliação Institucional: pensando princípios. In: DIAS SOBRINHO, José; BALZAN, Newton César. **Avaliação institucional: teoria e experiências**. 2. ed. São Paulo: Cortez, 2000. p. 37-52.

SANTOS, João Timóteo de los Santos. **Diretrizes para o desenvolvimento de processos de autoavaliação de cursos de graduação**. 2018. 184 p. Dissertação (Mestrado em Políticas Públicas e Gestão Educacional) - Universidade Federal de Santa Maria, Centro de Educação, RS, 2018.

SCHLICKMANN, Raphael; MELO, Pedro Antônio; ALPERSTEDT, Graziela Dias. **Enfoques da teoria institucional nos modelos de avaliação institucional brasileiros**. Avaliação, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 1, p. 153-168, mar. 2008.

SOUSA, Clarilza Prado de; MARCONDES, Anamérica Prado. Buscando possibilidades para a avaliação institucional da educação superior. **Revista Avaliação**, v. 10, n. 4, p. 23-38. Campinas, SP, dez. 2005.

TENÓRIO, Robinson Moreira; ANDRADE, Maria Antonia Brandão. **A avaliação da educação superior no Brasil: desafios e perspectivas**. (2009) Disponível em: <http://books.scielo.org/id/wd/pdf/lordelo-9788523209315-03.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2019.

TRINDADE, Maria Nazaré. Concepção de Avaliação. **Intermeio: revista do Mestrado em Educação**, Campo Grande, MS, 7(14): 16-21, 2001.

TRIVIÑOS, Augusto Nivaldo Silva. **Introdução à pesquisa em ciências sociais: a pesquisa qualitativa em educação**. São Paulo: Atlas, 2012.

UDESC. **Projeto de avaliação institucional (PAI) 2017-2019**. Florianópolis, 2017. Disponível em: http://www.udesc.br/arquivos/udesc/documentos/PAI_1511349135897_5035.pdf > Acesso em: 25 jun. 2018.

UDESC. **Regimento Geral da UDESC**. Resolução nº 044, de 01 de junho de 2007. Disponível em: <http://secon.udesc.br/consuni/resol-anexos/2007/Regimento-Geral-da-UDESC-2007.pdf>. Acesso em: 25 jan. 2019.

UDESC/PROPLAN. **Relatório de gestão 2017**. Florianópolis, 2017. Disponível em: https://www.udesc.br/arquivos/udesc/id_cpmenu/6830/Relat_rio_de_Gest_o_Udesc_2017_1520457564184_6830.pdf. Acesso em: 20 abr. 2019.

UDESC. **Avaliação institucional**. Disponível em: www.udesc.br/avaliacaoinstitucional. Acesso em: 25 mar. 2020.

UFSC. **Relatório de avaliação institucional - 2019**. Disponível em: <https://arquivos.ufsc.br/f/a12fe983302b4917b97f/>. Acesso em: 03 ago. 2019

UFSC. **AVALIES 2017** – 3º Simpósio Avaliação da Educação. Disponível em: <https://repositorio.ufsc.br/handle/123456789/179289>. Acesso em: 25/03/2020.

UFSC. **Banco de teses e dissertações do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU)**. Disponível em: <https://ppgau.ufsc.br>. Acesso em: 25 mar. 2020.

YIN, R. K. **Estudo de caso: planejamento e métodos**. Porto Alegre, RS: Bookman, 2005.

ZAINKO. Maria Amelia Sabbag. Avaliação da Educação Superior no Brasil: processo de construção histórica. **Avaliação**, Campinas; Sorocaba, SP, v. 13, n. 3, p. 827-831, nov. 2008.

**APÊNDICE A – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido
(Diretores de Ensino e Chefes de Departamento)**

Prezado(a) Diretor(a) de Ensino e Presidente do NDE, este questionário será aplicado como instrumento de pesquisa da dissertação de mestrado intitulada **Proposta de Diretrizes para a Aplicabilidade dos Resultados da Autoavaliação Institucional na Gestão dos Cursos de Graduação**, que tem como objetivo "propor diretrizes de aplicabilidade dos resultados da autoavaliação de curso na gestão dos cursos de graduação".

A pesquisa será aplicada a todos os presidentes dos NDEs e Diretores de Ensino, tendo como instrumento de pesquisa o questionário, e a um membro das CSAs de cada Centro e a equipe da COAI, utilizando a entrevista como instrumento de pesquisa.

O questionário dura em torno de 10 minutos e sua participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, sem ter que apresentar justificativa. Mesmo após o envio do formulário, caso queira desistir da participação por algum motivo, você pode solicitar a exclusão de todos os dados fornecidos, sem qualquer prejuízo.

Este projeto segue as exigências e os cuidados éticos para realização de pesquisas com seres humanos, previstas nas Resoluções CNS nº 466/12 e 510/2016. A realização deste questionário oferece riscos mínimos de constrangimento e/ou aborrecimento ao responder o questionário, assim, caso se sinta incomodado com algum questionamento você é livre para não responder ou desistir de sua participação até a data da defesa da dissertação (prevista para março de 2020).

Também gostaríamos de salientar que suas informações serão tratadas de forma anônima e confidencial e, em nenhum momento, será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os pesquisadores serão os únicos a terem acesso aos dados coletados e manterão seu sigilo, tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo dos mesmos, ficando garantido o ressarcimento de despesas e indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da lei.

Por outro lado, os benefícios relacionados à sua participação vão além de gerar conhecimento científico para a área da avaliação institucional, os resultados obtidos poderão ser utilizados na melhoria dos processos de avaliação institucional, irão oferecer dados e indicadores para a elaboração de diretrizes com o intuito de auxiliar na utilização dos resultados da avaliação interna para a tomada de decisões e estratégias na gestão dos cursos de graduação.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa. Contatos dos pesquisadores:

Liliane Machado Martins.

Andressa Pacheco

E-mail: lilimachado09@gmail.com

E-mail: andressa.ufsc@gmail.com

Telefone: (41) 98424-8529

O participante terá direito a receber o resultado da pesquisa, caso seja de seu interesse informe seu e-mail ao final do questionário.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)

Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401. Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis.

Telefone para contato: 3721-6094 – E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____ .

APÊNDICE B – Questionário sobre a Autoavaliação de Curso de Graduação

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO

Mestranda: Liliane Machado Martins.

Orientadora: Dr^a Andressa Sasaki Vasques Pacheco.

Programa: Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária (PPGAU) da Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC).

Objetivo geral: Proposta de diretrizes para a aplicabilidade dos resultados da autoavaliação institucional na gestão dos cursos de graduação.

Tempo médio necessário para resposta: 10 minutos.

Privacidade dos dados: Não é necessário identificar-se. Os dados serão tratados de modo agrupado e coletivo. Terão acesso à base de dados somente a mestranda e sua orientadora.

Divulgação dos resultados: O participante terá direito a receber o resultado da pesquisa, caso seja de seu interesse informe seu e-mail ao final do questionário.

Obrigatoriedade: Participação voluntária, podendo interromper o preenchimento a qualquer momento, sem quaisquer sanções ou constrangimentos.

Cuidados Éticos: A pesquisa está de acordo com as Resoluções CNS nº 466/12 e 510/2016 que em seu Art. 1º, inciso VII, diz sobre as situações que não serão registradas nem avaliadas pelo sistema CEP/CONEP: "pesquisa que objetiva o aprofundamento teórico de situações que emergem espontânea e contingencialmente na prática profissional, desde que não revelem dados que possam identificar o sujeito".

Benefícios: produção científica na área da avaliação institucional, indicadores para a elaboração de diretrizes, melhoria da qualidade do processo de avaliação institucional da UDESC.

Termo de Consentimento Livre e Esclarecido completo:
https://drive.google.com/file/d/1ruHF7H6XZFGVrAu5kaQb2f5LxWKI_SIs/view?usp=sharing

Declaro que li o presente termo e concordo em participar da pesquisa (obrigatório para seguir para o questionário).

Questionário sobre a avaliação de curso de Graduação da UDESC

Prezado Diretor(a) de Ensino ou Presidente do NDE, o questionário tem como propósito verificar a utilização dos resultados da autoavaliação de curso, assim como sua organização e é composto por 9 questões de múltipla escolha obrigatórias e 3 questões abertas opcionais (Diretores de Ensino). É composto por 12 questões de múltipla escolha obrigatórias e 4 questões abertas opcionais (NDE).

De acordo com sua percepção sobre as afirmativas a seguir, assinale uma alternativa por linha, em uma escala de 1 a 5, sendo o 1 o discordo totalmente e o 5 concordo totalmente:

	Perguntas para os Presidentes dos NDEs	1	2	3	4	5
1	A autoavaliação têm implicações na organização e funcionamento do Curso de Graduação.					
2	A avaliação de curso serve de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade institucional.					
3	Tenho conhecimento dos instrumentos de divulgação dos resultados de avaliação, ou seja, Relatórios de Avaliação, Painel UDESC, Mapeamento Pedagógico, documentos que contém dados qualitativos e quantitativos da avaliação externa e interna.					
4	É utilizado algum destes instrumentos na revisão da gestão do curso.					
5	O NDE contribui com sugestões para o planejamento da autoavaliação de curso.					
6	O NDE contribui na elaboração dos indicadores que compõe o instrumento de avaliação.					
7	Os resultados da autoavaliação de curso são utilizados na gestão de curso.					
8	Auxiliaria a gestão do curso a definição de diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação de curso.					
9	As solicitações, reclamações ou sugestões dos estudantes formalizadas na avaliação de curso quanto ao corpo docente, infraestrutura e questões didático-pedagógica são discutidas e solucionadas.					
10	O NDE trabalha em parceria com a CSA dando apoio no desenvolvimento das atividades do processo de avaliação institucional.					
11	A avaliação interna, institucional e de curso, auxilia no desenvolvimento de suas atribuições como Chefe de Departamento e no atendimento dos objetivos do NDE, como por exemplo, incorporar indicadores de qualidade nos cursos de graduação e elementos de diferenciação quanto ao comprometimento da Instituição com o padrão					

	de formação acadêmica.					
12	O NDE auxilia no processo de sensibilização da comunidade acadêmica para a participação no processo avaliativo, seja no seu planejamento, divulgação, uso dos resultados ou como respondente.					

1. O que considera positivo do processo de avaliação interno como mecanismo de gestão?
2. A autoavaliação de curso permite uma reflexão das estratégias utilizadas em seus projetos/planejamentos de gestão do curso?
3. Quais critérios são utilizados na indicação do membro (docente/técnico universitário) para compor a CSA?
4. Como os resultados da autoavaliação de curso são utilizados? Exemplifique.

Caso queira fazer algum comentário:

O participante terá direito a receber o resultado da pesquisa, caso seja de seu interesse informe seu e-mail: _____.

	Perguntas para os Diretores de Ensino	1	2	3	4	5
1	A avaliação de curso serve de instrumento para aumentar a consciência sobre a identidade institucional.					
2	Tenho conhecimento dos instrumentos de divulgação dos resultados de avaliação, ou seja, Relatórios de Avaliação, Painel UDESC, Mapeamento Pedagógico, documentos que contêm dados qualitativos e quantitativos da avaliação externa e interna.					
3	É utilizado algum destes instrumentos na revisão da gestão do Centro.					
4	Os resultados da autoavaliação institucional e de curso são utilizados na gestão de Centro.					
5	Auxiliaria a gestão do curso a definição de diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação de curso.					
6	As solicitações, reclamações ou sugestões dos estudantes formalizadas na avaliação de curso quanto ao corpo docente, infraestrutura e questões didático-pedagógica são discutidas e solucionadas.					
7	A Direção de Ensino trabalha em parceria com a CSA dando apoio no desenvolvimento das atividades do processo de avaliação institucional.					
8	A avaliação interna, institucional e de curso, auxilia no desenvolvimento de suas atribuições como gestor, seja na					

	coordenação das atividades de ensino, na coordenação da política de formação didático-pedagógica do corpo docente ou na supervisão da execução da avaliação dos cursos de graduação.					
9	A direção de ensino auxilia no processo de sensibilização da comunidade acadêmica para a participação no processo avaliativo, seja no seu planejamento, divulgação, uso dos resultados ou como respondente.					

1. O que considera positivo do processo de avaliação interno como mecanismo de gestão?
2. A autoavaliação de curso permite a reflexão das estratégias utilizadas em seus projetos/planejamentos de gestão do Centro?
3. Como os resultados da autoavaliação de curso são utilizados na gestão do Centro? Exemplifique.

Caso queira fazer algum comentário:

O participante terá direito a receber o resultado da pesquisa, caso seja de seu interesse informe seu e-mail: _____.

APÊNDICE C – Consentimento para Gravações das Entrevistas

Permito que seja realizada gravação de minha entrevista para fins da pesquisa científica intitulada “PROPOSTA DE DIRETRIZES PARA A APLICABILIDADE DOS RESULTADOS DA AUTOAVALIAÇÃO INSTITUCIONAL NA GESTÃO DOS CURSOS DE GRADUAÇÃO”, e concordo que o material e informações obtidas relacionadas à minha pessoa possam ser publicados em eventos científicos ou publicações científicas. Porém, a minha pessoa não deve ser identificada por nome ou rosto em qualquer uma das vias de publicação ou uso.

As gravações ficarão sob a propriedade da pesquisadora para utilização somente como dados para a pesquisa.

_____, _____ de _____ de _____
Local e Data

Nome do Sujeito Pesquisado

Assinatura do Sujeito Pesquisado

APÊNDICE D – Termo de Consentimento Livre e Esclarecido (COAI e CSAs)

Prezado(a) membro da CSA e COAI, esta entrevista será aplicada como instrumento de pesquisa da dissertação de mestrado intitulada **Proposta de Diretrizes para a Aplicabilidade dos Resultados da Autoavaliação Institucional na Gestão dos Cursos de Graduação**, que tem como objetivo "propor diretrizes de aplicabilidade dos resultados da autoavaliação de curso na gestão dos cursos de graduação".

A pesquisa será aplicada a todos os Chefes de Departamento e Diretores de Ensino, tendo como instrumento de pesquisa o questionário; e a um membro das CSAs de cada Centro e a equipe da COAI, utilizando a entrevista como instrumento de pesquisa.

A entrevista tem duração aproximada de 30 minutos e sua participação é voluntária, podendo ser interrompida a qualquer momento, sem ter que apresentar justificativa. Mesmo após a gravação da entrevista ou transcrição dos dados, caso queira desistir da participação por algum motivo, você pode solicitar a exclusão de todos os dados fornecidos, sem qualquer prejuízo.

Este projeto segue as exigências e os cuidados éticos para realização de pesquisas com seres humanos, previstas nas Resoluções CNS nº 466/12 e 510/2016. A realização desta entrevista oferece riscos mínimos de constrangimento e/ou aborrecimento ao responder a entrevista ou sua gravação, assim, caso se sinta incomodado com algum questionamento você é livre para não responder ou desistir de sua participação, até a data da defesa da dissertação (prevista para março de 2020) e poderá escolher não gravar sua entrevista, cabendo ao pesquisador tomar nota.

Também gostaríamos de salientar que suas informações serão tratadas de forma anônima e confidencial e, em nenhum momento, será divulgado o seu nome em qualquer fase do estudo. Os pesquisadores serão os únicos a terem acesso aos dados coletados e manterão seu sigilo, tomarão todas as providências necessárias para manter o sigilo dos mesmos, ficando garantido o ressarcimento de despesas e indenização em caso de danos comprovadamente decorrentes da participação na pesquisa, nos termos da lei.

Por outro lado, os benefícios relacionados à sua participação vão além de gerar conhecimento científico para a área da avaliação institucional, os resultados obtidos poderão ser utilizados na melhoria dos processos de avaliação institucional, irão oferecer dados e indicadores para auxiliar na elaboração de diretrizes com o intuito de auxiliar na utilização dos resultados da avaliação interna para a tomada de decisões e estratégias na gestão dos cursos de graduação.

Os pesquisadores estarão a sua disposição para qualquer esclarecimento que considere necessário, em qualquer etapa da pesquisa. Contatos do pesquisador:

Liliane Machado Martins.

Andressa Pacheco

E-mail: lilimachado09@gmail.com

E-mail: andressa.ufsc@gmail.com

Telefone: (41) 98424-8529

O participante terá direito a receber o resultado da pesquisa, caso seja de seu interesse informe seu e-mail ao final da entrevista.

Comitê de Ética em Pesquisa com Seres Humanos (CEPSH-UFSC)

Prédio Reitoria II, 4º andar, sala 401, Rua Desembargador Vitor Lima, nº 222, Trindade, Florianópolis.

Telefone para contato: 3721-6094 – E-mail: cep.propesq@contato.ufsc.br

CONEP- Comissão Nacional de Ética em Pesquisa

SRTV 701, Via W 5 Norte – lote D - Edifício PO 700, 3º andar – Asa Norte - Brasília-DF - 70719-040

Fone: (61) 3315-5878/ 5879 – E-mail: conep@saude.gov.br

TERMO DE CONSENTIMENTO

Declaro que fui informado sobre todos os procedimentos da pesquisa e, que recebi de forma clara e objetiva todas as explicações pertinentes ao projeto e, que todos os dados a meu respeito serão sigilosos. Eu compreendo que neste estudo, as medições dos experimentos/procedimentos serão feitas em mim, e que fui informado que posso me retirar do estudo a qualquer momento.

Nome por extenso

Assinatura _____ Local: _____ Data: ____/____/____.

APÊNDICE E – Roteiro de Entrevista sobre a Autoavaliação de Curso de Graduação

Quadro de apoio para realização da entrevista:

1. Agendamento da Entrevista <ul style="list-style-type: none"> • Agendar a entrevista com o entrevistado • Confirmar o agendamento um dia antes da realização da entrevista
2. Organização da realização da entrevista <ul style="list-style-type: none"> • Preparar o gravador e caderno para anotações
3. Preâmbulos da entrevista <ul style="list-style-type: none"> • Apresentar-se como estudante do Programa de Pós-Graduação em Administração Universitária e como membra da CPA da UDESC • Explicar a proposta da pesquisa e o objetivo desta entrevista • Pedir autorização para gravar a entrevista, explicando a importância para a realização da transcrição fidedignamente. • Informar que após transcrição da entrevista o material será disponibilizado para o entrevistado caso haja interesse. • Explicar como vai acontecer a entrevista • Anotar e-mail do participante interessado em receber o resultado da pesquisa.

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Entrevista para a COAI

1. Quais os principais limites e principais potencialidades que você identifica no processo de autoavaliação de curso de graduação?
2. Há algo que poderia ser melhorado no processo de revisão do projeto avaliativo institucional?
3. Como são identificadas as necessidades de capacitação e desenvolvimento das pessoas, visando o êxito do processo avaliativo e a formação da cultura avaliativa no Curso/Centro/Instituição?
4. A instituição participa de eventos externos sobre a avaliação institucional como meio de intercâmbio de ideias e aquisição de novos conhecimentos? Como são compartilhados?
5. Há critérios na indicação dos membros que irão compor as CSA? Se não, seria importante defini-los?
6. Como foram construídos os instrumentos de avaliação de curso?(baseado em que, quem formulou, foi revisado, como foi o processo de revisão)
8. Que parâmetros (método, objetivos, participação) são utilizados para formular os indicadores avaliativos no instrumento de avaliação de curso?
7. Quais suas impressões, positivas e negativas, a respeito do uso dos resultados da avaliação de curso (interna e externa) na gestão dos cursos?
8. Considera importante ter diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação de curso na gestão institucional?
9. A elaboração dos relatórios de avaliação auxiliam os Centros a definirem ações para solucionar os problemas identificados no processo avaliativo?
10. Quais são as ações adotadas institucionalmente para a sensibilização da comunidade acadêmica?

Fonte: elaborado pela autora (2019).

Entrevista para os membros das CSAs

1. Quais os principais limites e principais potencialidades que você identifica no processo de autoavaliação de curso de graduação realizado na UDESC?
2. Como é feito o planejamento da autoavaliação de curso em seu Centro?
3. Quais ações de sensibilização foram planejadas e quais foram executadas em 2019?
4. Qual o nível de participação na avaliação de curso do seu Centro em relação ao planejamento, análise do resultado e respondente do questionário?
5. Conseguem ter na estrutura da CSA representação de todos os segmentos definidos na Resolução nº 65/2018 – CONSUNI? Os membros dedicam o tempo definido em Resolução (nº 65/2018 - CONSUNI) para as atividades da CSA?
6. Organizam momentos de estudos para a capacitação dos membros da CSA e propõe ações formativas com base nos resultados dos processos de autoavaliação institucional e autoavaliação de curso?
7. Como é feita a divulgação dos resultados da autoavaliação de curso em seu Centro, fazem reuniões, seminários para divulgação e debate dos resultados?
8. No caso específico do seu Centro, foi possível utilizar os resultados da autoavaliação de curso, ou parte deles, como objeto de reflexões, problematizações e ações no processo de gestão do curso? De que forma?
9. É feita reuniões com os gestores sobre o resultado da autoavaliação de curso para sua utilização no planejamento de curso? Os gestores ajudam a construir os indicadores que seriam importantes conhecer para a elaboração de ações?
10. A CSA tem abertura e apoio dos gestores para desenvolver a avaliação institucional?
11. Quais as principais dificuldades na elaboração dos relatórios da autoavaliação?
12. A CSA oportuniza momentos para rever o processo e o instrumento de autoavaliação de curso? A CSA promoveu discussões para a revisão dos indicadores definidos no instrumento de avaliação? Por que sim/não?
13. Considera importante ter diretrizes para o uso dos resultados da autoavaliação de curso na gestão institucional, seja em nível de Centro ou curso?

Fonte: elaborado pela autora (2019).